

PERIODICIDADE | TRIMESTRAL

 **OUT / NOV / DEZ**

ISSN 2595-2234

2019

BO
LE
TIM
DE



IMESC

CONJUNTURA

ECONÔMICA MARANHENSE



SEPE

SECRETARIA DE ESTADO DE
PROGRAMAS ESTRATÉGICOS

IMESC

INSTITUTO MARANHENSE DE ESTUDOS
SOCIOECONÔMICOS E CARTOGRÁFICOS

O Boletim, fruto do trabalho de uma das linhas de pesquisa do Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos (IMESC), tem por missão subsidiar o Governo do Estado com informações sobre a dinâmica da atual economia maranhense, bem como sobre as perspectivas de curto e médio prazos.

WWW.IMESC.MA.GOV.BR

GOVERNADOR DO ESTADO DO MARANHÃO

Flávio Dino de Castro e Costa

VICE-GOVERNADOR DO ESTADO DO MARANHÃO

Carlos Orleans Brandão Júnior

SECRETÁRIO DE ESTADO DE PROGRAMAS ESTRATÉGICOS

Luís Fernando Silva

**PRESIDENTE DO INSTITUTO MARANHENSE DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS E
CARTOGRÁFICOS**

Dionatan Silva Carvalho

DIRETOR DE ESTUDOS AMBIENTAIS E CARTOGRÁFICOS

Josiel Ribeiro Ferreira

DIRETOR DE ESTUDOS E PESQUISAS

Hiroshi Matsumoto

DEPARTAMENTO DE ESTUDOS POPULACIONAIS E SOCIAIS

Talita de Sousa Nascimento

DEPARTAMENTO DE CONTAS REGIONAIS E FINANÇAS PÚBLICAS

Anderson Nunes Silva

DEPARTAMENTO DE ESTUDOS REGIONAIS E SETORIAIS

Geilson Bruno Pestana Moraes

COORDENAÇÃO

Geilson Bruno Pestana Moraes

ELABORAÇÃO

Matheus Pereira Farias

Neuzilene Lima Costa

Pedro Augusto da Silva Tavares

Raphael Bruno Bezerra Silva

Adriana Cristina Rabelo da Silva

Anderson Nunes Silva

Carlos Eduardo Nascimento

Dionatan Silva Carvalho

Geilson Bruno Pestana Moraes

CAPA/DIREÇÃO DE ARTE

Matheus Soeiro

NORMALIZAÇÃO

Dyana Pereira

REVISÃO DE LINGUAGEM

Yamille Castro

Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos-IMESC

Boletim de Conjuntura Econômica Maranhense / Instituto Maranhense de
Estudos Socioeconômicos e Cartográficos-IMESC. v. 7, n. 4, out./dez. – São
Luís: IMESC, 2019.

Trimestral

ISSN 2595 2234

71 p.

1. Economia 2. Maranhão I. Título

CDU 33 (812.1)

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	8
SUMÁRIO EXECUTIVO	9
1 ABRANGÊNCIA INTERNACIONAL	11
BOX 1: Balança Comercial Brasil-Irã	13
2 ABRANGÊNCIA NACIONAL	14
2.1 Aspectos Políticos	14
2.2 Nível de Atividades	15
2.2.1 Câmbio, Inflação e juros	15
BOX 2: Fatores da alta da carne no Brasil	19
2.2.2 Produto Interno Bruto	19
2.2.3 Agricultura	21
2.2.4 Indústria	23
2.2.5 Comércio	27
2.2.6 Serviços	29
2.2.7 Crédito	30
2.2.8 Financiamento Imobiliário	31
2.3 Comércio Exterior e Balanço de Pagamentos	31
2.3.1 Balanço de Pagamentos	31
2.3.2 Commodities	33
2.3.3 Balança Comercial	34
2.4 Mercado de Trabalho	35
2.4.1 Ocupação	35
BOX 3: Desocupação entre jovens	38
2.4.2 Emprego Formal	38
2.5 Finanças Públicas	39
3 ABRANGÊNCIA ESTADUAL	44
3.1 Nível de Atividades	44
3.1.1 Produto Interno Bruto	44
3.1.2 Agricultura	46
3.1.3 Indústria Maranhense	49
3.1.4 Serviços	51
3.1.5 Comércio Varejista	51
3.2 Comércio Exterior	54
3.2.1 Balança Comercial	54
3.3 Investimentos	57
3.4 Mercado de Trabalho	59
3.4.1 Ocupação	59
3.4.2 Emprego Formal	63
3.5 Finanças Públicas	66

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – BRASIL EVOLUÇÃO DA TAXA DE CâMBIO, REAL BRASILEIRO (BRL), COMPARADO COM O DÓLAR DOS EUA (USD), JANEIRO A DEZEMBRO DE 2019, MÉDIA MENSAL E PREVISÃO.....	16
GRÁFICO 2 - BRASIL: VARIAÇÃO MENSAL DO IPCA POR GRUPOS: ALIMENTAÇÃO E BEBIDAS; HABITAÇÃO; TRANSPORTE; OUTROS¹ – JANEIRO DE 2019 A NOVEMBRO E DEZEMBRO DE 2019² 17	17
GRÁFICO 3 - BRASIL: CURVA DE JUROS FUTUROS (DI X PRÉ), NOS PERÍODOS SELECIONADOS, ENTRE JANEIRO DE 2020 E JANEIRO DE 2025 EM PERCENTUAL (OUTUBRO, NOVEMBRO E DEZEMBRO DE 2019)	18
GRÁFICO 4 - BRASIL: ESTIMATIVA DA PRODUÇÃO DAS CULTURAS DE GRÃOS*, ACOMPANHADA PELO LSPA DO BRASIL – 2018 E 2019 (MIL TONELADAS)	21
GRÁFICO 5 - BRASIL: VARIAÇÃO MENSAL DA PRODUÇÃO FÍSICA POR ATIVIDADE DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO – VARIAÇÃO DO ACUMULADO DE JANEIRO A OUTUBRO (%).....	25
GRÁFICO 6 - BRASIL: ÍNDICE DE CONFIANÇA DO EMPRESÁRIO INDUSTRIAL, RESULTADOS MENSAIS DO PERÍODO DE NOVEMBRO DE 2012 A NOVEMBRO DE 2019	26
GRÁFICO 7 - BRASIL: EVOLUÇÃO DO NÍVEL DE UTILIZAÇÃO DA CAPACIDADE INSTALADA, ENTRE OUTUBRO DE 2012 E OUTUBRO DE 2019	26
GRÁFICO 8 - BRASIL: EVOLUÇÃO DO ÍNDICE DE CONFIANÇA DO COMÉRCIO VAREJISTA E DO ÍNDICE DE CONFIANÇA DO CONSUMIDOR, DE OUTUBRO DE 2010 A OUTUBRO DE 2019.....	29
GRÁFICO 9 - BRASIL: VARIAÇÃO (%) DO INDICADOR DE CUSTO DO CRÉDITO ICC, DE SETEMBRO DE 2013 A SETEMBRO DE 2019.....	30
GRÁFICO 10 - ÍNDICE DE LASPEYERS PARA A COTAÇÃO INTERNACIONAL DA SOJA, MILHO, CARNE BOVINA, ALGODÃO E FERTILIZANTES DE JANEIRO DE 2018 A OUTUBRO DE 2019, BASEADO NO PREÇO EM DÓLARES (US\$) NOMINAIS (BASE 2010 = 100)	33
GRÁFICO 11 - ÍNDICE DE LASPEYERS PARA A COTAÇÃO INTERNACIONAL DO PETRÓLEO, ALUMÍNIO, MINÉRIO DE FERRO E COBRE, DE JANEIRO DE 2018 A JULHO DE 2019, BASEADO NO PREÇO EM DÓLARES (US\$) NOMINAIS (BASE 2010 = 100)	34
GRÁFICO 12 - BRASIL: TAXA DE DESOCUPAÇÃO DAS PESSOAS NA FORÇA DE TRABALHO, DE 2012 A 2019, EM PERCENTUAL (%)	35
GRÁFICO 13 - BRASIL: EVOLUÇÃO DA TAXA DE INFORMALIDADE DA POPULAÇÃO OCUPADA, EM PERCENTUAL	36
GRÁFICO 14 - BRASIL: NÚMERO DE OCUPADOS POR POSIÇÕES NA OCUPAÇÃO (EM MIL PESSOAS) – CATEGORIAS DE EMPREGOS INFORMAIS E TAXA DE INFORMALIDADE (%), NO TRIMESTRE MÓVEL ENCERRADO EM OUTUBRO.....	36
GRÁFICO 15 - BRASIL: RENDIMENTO MÉDIO REAL (R\$) DE TODOS OS TRABALHOS E MASSA REAL DE RENDIMENTOS (R\$ BILHÕES), DE 2012 A 2019, INFLACIONADOS PELO IPCA A PREÇOS DE SETEMBRO DE 2019	37
GRÁFICO 16 - BRASIL: DECOMPOSIÇÃO DO RESULTADO DO SETOR PÚBLICO CONSOLIDADO EM % DO PIB, NO ACUMULADO DE 12 MESES ATÉ OUTUBRO DE 2019	42
GRÁFICO 17 - BRASIL: DÍVIDA BRUTA DO GOVERNO GERAL E DÍVIDA LÍQUIDA DO SETOR PÚBLICO, EM PERCENTUAL DO PIB, DE 2007 A OUTUBRO DE 2019	43

GRÁFICO 18 - MARANHÃO: PIB NOMINAL (R\$ MILHÕES) E TAXA DE CRESCIMENTO REAL DO PIB – 2010 A 2022 (%)	44
GRÁFICO 19 - MARANHÃO: VARIAÇÃO EM VOLUME DO VALOR ADICIONADO DO PIB, SEGUNDO OS SETORES DE ATIVIDADE ECONÔMICA (VALORES EM %) – 2011 A 2019	46
GRÁFICO 20 - MARANHÃO: ESTIMATIVA DA PRODUÇÃO DAS PRINCIPAIS CULTURAS ACOMPANHADAS PELO LSPA – 2018 E 2019* (MIL TONELADAS)	47
GRÁFICO 21 - MARANHÃO: ESTIMATIVA DA PARTICIPAÇÃO DAS PRINCIPAIS CULTURAS NO TOTAL DE GRÃOS PRODUZIDOS NO MARANHÃO, EM OUTUBRO DE 2019 (%)	48
GRÁFICO 22 - MARANHÃO: ÍNDICE DE CONFIANÇA DO EMPRESÁRIO INDUSTRIAL MARANHENSE – DADOS ATUALIZADOS ATÉ SETEMBRO 2019	50
GRÁFICO 23 - BRASIL, NORDESTE E MARANHÃO: VARIAÇÃO (%) DO NÚMERO DE DEVEDORES, DE OUTUBRO DE 2011 A OUTUBRO DE 2019	53
GRÁFICO 24 - MARANHÃO: VARIAÇÃO (%) DE DÍVIDAS POR SETOR CREDOR, DE OUTUBRO DE 2011 A OUTUBRO DE 2019	54
GRÁFICO 25 - BRASIL, NORDESTE E MARANHÃO: VARIAÇÃO (%) DO NÚMERO DE DÍVIDAS POR DEVEDOR, DE OUTUBRO DE 2011 A OUTUBRO DE 2019	54
GRÁFICO 26 - MARANHÃO: DESTINAÇÃO DE INVESTIMENTOS PRIVADOS ESTADUAIS EM ANDAMENTO POR CATEGORIA, ATUALIZADOS EM 2019 (%)	59
GRÁFICO 27 - BRASIL, NORDESTE E MARANHÃO: TAXA DE DESOCUPAÇÃO TRIMESTRAL DAS PESSOAS NA FORÇA DE TRABALHO DE 2012 A 2019 EM PERCENTUAL (%)	59
GRÁFICO 28 - BRASIL E MARANHÃO: MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL – QUANTIDADE DE OPTANTES DE 2012 A 2019*	62
GRÁFICO 29 - BRASIL E MARANHÃO: RENDIMENTO MÉDIO REAL (R\$) DE TODOS OS TRABALHOS E MASSA REAL DE RENDIMENTOS (R\$ BILHÕES), DO 1º TRIMESTRE DE 2014 AO 2º TRIMESTRE DE 2019, INFLACIONADOS PELO IPCA A PREÇOS DE MAIO DE 2019	62
GRÁFICO 30 - MARANHÃO: SALDO DE EMPREGOS GERADOS, SEGUNDO PORTE DAS EMPRESAS, ACUMULADO* DE 2018 E 2019	64
GRÁFICO 31 - MARANHÃO: SALDO DE EMPREGO COM CARTEIRA EM REGIME PARCIAL E TRABALHO INTERMITENTE, ACUMULADO* DE 2018 E 2019	65
GRÁFICO 32 - DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS DA CESSÃO ONEROSA POR UNIDADES DA FEDERAÇÃO, EM R\$ MILHÕES	71

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - BRASIL: TAXAS DE CRESCIMENTO DO PIB TRIMESTRAL EM 2019 (BASE: MESMO TRIMESTRE DO ANO ANTERIOR E ACUMULADO AO LONGO DO ANO ANTERIOR).....	20
TABELA 2 - BRASIL: PROGNÓSTICO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA DOS PRINCIPAIS PRODUTOS, PARA SAFRA 2020 – COMPARATIVO ENTRE AS SAFRAS 2019 E AS ESTIMATIVAS PARA 2020.....	22
TABELA 3 - BRASIL: VARIAÇÃO DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL POR CATEGORIA DE USO – RESULTADOS MENSAIS DO TRIMESTRE ENCERRADO EM OUTUBRO DE 2019, EM 12 MESES E COMPARAÇÃO INTERANUAL: MENSAL, ACUMULADO DO ANO.....	24
TABELA 4 - BRASIL: VARIAÇÃO (%) DOS INDICADORES DO VOLUME DE VENDAS DO COMÉRCIO VAREJISTA, SEGUNDO AS ATIVIDADES DE DIVULGAÇÃO, EM OUTUBRO DE 2019 (BASE FIXA 2014 = 100).....	28
TABELA 5 - BRASIL: BALANÇO DE PAGAMENTOS 2018 E 2019* (US\$ BILHÕES)	32
TABELA 6 - BRASIL: BALANÇA COMERCIAL E CORRENTE COMERCIAL DE 2015 A 2019*, VALORES EM US\$ MILHÕES E VARIAÇÃO EM (%)	34
TABELA 7 - BRASIL: SALDO DE EMPREGO FORMAL POR SUBSETOR DE ATIVIDADE ECONÔMICA, EM 2018 E 2019*, SALDO MENSAL; VARIAÇÃO ABSOLUTA	39
TABELA 8 - BRASIL: RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL, EM OUTUBRO DE 2019, ACUMULADO DE JANEIRO A OUTUBRO DE 2019, EM R\$ MILHÕES CONSTANTES DE OUTUBRO DE 2019, CORRIGIDOS PELO IPCA E TAXA DE CRESCIMENTO REAL (%)	39
TABELA 9 - BRASIL: RECEITA TOTAL DESAGREGADA EM 2018, EM OUTUBRO DE 2019 E NO ACUMULADO DE JANEIRO A OUTUBRO DE 2019, EM R\$ MILHÕES CONSTANTES DE OUTUBRO DE 2019, CORRIGIDOS PELO IPCA, TAXA DE CRESCIMENTO REAL (%) E VARIAÇÃO ABSOLUTA	40
TABELA 10 - BRASIL: DESPESA TOTAL DESAGREGADA EM 2018, EM OUTUBRO DE 2018 E 2019, ACUMULADO DE JANEIRO A OUTUBRO DE 2018 E 2019, EM R\$ MILHÕES CONSTANTES DE OUTUBRO DE 2019, CORRIGIDOS PELO IPCA, TAXA DE CRESCIMENTO REAL (%) E VARIAÇÃO ABSOLUTA	41
TABELA 11 - MARANHÃO: VARIAÇÃO PERCENTUAL DO COMPARATIVO DE 12 MESES NO DESEMPENHO DA INDÚSTRIA MARANHENSE – DADOS ATUALIZADOS ATÉ JULHO 2019.....	49
TABELA 12 - MARANHÃO: VARIAÇÃO PERCENTUAL DO COMPARATIVO DE 12 MESES DO DESEMPENHO DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO CIVIL MARANHENSE – DADOS ATUALIZADOS ATÉ SETEMBRO DE 2019.....	50
TABELA 13 - MARANHÃO: VARIAÇÃO (%) DOS INDICADORES DE RECEITA E VOLUME DE SERVIÇOS, EM SETEMBRO DE 2019 (BASE FIXA 2014 = 100)	51
TABELA 14 - MARANHÃO: VARIAÇÃO (%) DOS INDICADORES DO VOLUME DE VENDAS DO COMÉRCIO VAREJISTA RESTRITO E AMPLIADO, EM SETEMBRO DE 2019 (BASE FIXA 2014 = 100)	52
TABELA 15 - MARANHÃO: VARIAÇÕES (%) DO TOTAL DE LICENCIAMENTOS DE VEÍCULOS, EM NOVEMBRO DE 2019.....	52
TABELA 16 - MARANHÃO: BALANÇA COMERCIAL DE 2015 A 2019*, VALORES EM US\$ MILHÕES E VARIAÇÃO EM (%).....	55
TABELA 17 - MARANHÃO: PRINCIPAIS COMPLEXOS E PRODUTOS EXPORTADOS DE 2018 ATÉ 2019*, VALORES EM US\$ MILHÕES, QUANTIDADE EM (1.000 TONELADAS) E CRESCIMENTO (%)	55

TABELA 18 - MARANHÃO: IMPORTAÇÕES POR GRANDES CATEGORIAS ECONÔMICAS (GCE) DE 2018 A 2019*, VALORES EM US\$ MILHÕES, PARTICIPAÇÃO EM (% DO TOTAL) E VARIAÇÃO EM (%).....56

TABELA 19 - MARANHÃO: PRINCIPAIS PRODUTOS DAS IMPORTAÇÕES DE 2018 A 2019*, VALORES EM US\$ MILHÕES, QUANTIDADE EM MIL TONELADAS E VARIAÇÃO (%).....57

TABELA 20 - MARANHÃO: DESTINAÇÃO DE INVESTIMENTOS PÚBLICOS ESTADUAIS POR CATEGORIA, ATUALIZADOS EM 2019 (R\$ MILHÕES).....58

TABELA 21 - MARANHÃO: DESTINAÇÃO DE INVESTIMENTOS PRIVADOS ESTADUAIS EM ANDAMENTO POR CATEGORIA, ATUALIZADOS EM 2019 (R\$ MILHÕES)58

TABELA 22 - MARANHÃO: NÚMERO DE OCUPADOS (EM MIL PESSOAS), SEGUNDO OS GRUPAMENTOS DE ATIVIDADE, DE 2017 A 2019; VARIAÇÃO ABSOLUTA E TAXA DE CRESCIMENTO (%).....60

TABELA 23 - BRASIL E MARANHÃO: NÚMERO DE OCUPADOS POR POSIÇÕES NA OCUPAÇÃO, CATEGORIAS DE EMPREGO E TAXA DE CRESCIMENTO (%) DE 2017 A 201961

TABELA 24 - MARANHÃO: GERAÇÃO DE EMPREGO FORMAL DE 2017 A 2019*, SEGUNDO SUBSETORES DE ATIVIDADE; SALDO MENSAL, ACUMULADO E VARIAÇÃO ABSOLUTA63

TABELA 25 - MUNICÍPIOS MARANHENSES: SALDO DE EMPREGOS CELETISTAS POR MUNICÍPIO, SEGUNDO SETORES DE ATIVIDADE: MAIORES E MENORES SALDOS DE CONTRATAÇÃO NO ACUMULADO* DE 2019.....65

TABELA 26 - MARANHÃO: RECEITAS CORRENTES E DE CAPITAL, EM R\$ MILHÕES CORRENTES E % TOTAL, NO ACUMULADO DE JANEIRO A OUTUBRO DE 2019*.....67

TABELA 27 - MARANHÃO: ARRECADAÇÃO DE TRIBUTOS ESTADUAIS EM 2018, EM NOVEMBRO DE 2019 E NO ACUMULADO DE JANEIRO A NOVEMBRO DE 2019, EM R\$ MILHÕES, CORRIGIDOS PELO IPCA DE NOVEMBRO DE 2019 E CRESCIMENTO REAL (%)68

TABELA 28 - MARANHÃO: ARRECADAÇÃO DE ICMS POR SETOR DE ATIVIDADE ECONÔMICA EM 2018, EM OUTUBRO DE 2019, EM R\$ MILHÕES, CORRIGIDOS PELO IPCA DE OUTUBRO DE 2019, CRESCIMENTO REAL 2018/2019 (%) E VARIAÇÃO ABSOLUTA68

TABELA 29 - MARANHÃO: TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS PARA O MARANHÃO EM 2018, EM NOVEMBRO DE 2019, NO ACUMULADO DE JANEIRO A NOVEMBRO DE 2019, EM R\$ MILHÕES, CORRIGIDOS PELO IPCA DE NOVEMBRO DE 2019, CRESCIMENTO REAL 2018/2019 (%) E VARIAÇÃO ABSOLUTA69

TABELA 30 - MARANHÃO: DESPESAS CORRENTES E DE CAPITAL, NO ACUMULADO DE JANEIRO A OUTUBRO DE 2019, EM R\$ MILHÕES CORRENTES69

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - BRASIL: QUADRO COMPARATIVO ENTRE A PEC 110 E A PEC 45/2010.....	15
FIGURA 2 - BRASIL: PRECIPITAÇÃO ACUMULADA NOS PERÍODOS DE 16/10/2018 A 15/11/2018 E 16/10/2019 A 15/11/2019.....	23
FIGURA 3 - MARANHÃO: GASTOS POR FUNÇÃO, NO ACUMULADO DE JANEIRO A OUTUBRO DE 2019*, EM R\$ MILHÕES CORRENTES	70

APRESENTAÇÃO

O Boletim de Conjuntura Econômica Maranhense tem por missão subsidiar o Governo do Estado com informações sobre a dinâmica da economia maranhense, bem como sobre as perspectivas de curto e médio prazos. Além do setor público, o Boletim alcança os mais diversos segmentos: empresários, trabalhadores, acadêmicos, professores, pesquisadores e sociedade civil organizada ou não. Publicado desde o ano de 2008, o referido documento constitui-se um dos principais produtos do IMESC e vem sendo continuamente aprimorado, com a finalidade de retratar a economia maranhense, de forma holística, por meio de informações oficiais.

A análise estrutura-se em três grandes blocos: economia internacional, economia nacional e economia maranhense. Na economia internacional, analisa-se a dinâmica das principais economias e dos principais parceiros comerciais do Brasil, bem como os fatores geopolíticos mais relevantes. Ao passo que na economia nacional, são analisados os indicadores de nível de atividades (Produto Interno Bruto – PIB, produção industrial, comércio, endividamento, inflação e juros); comércio exterior (balanço de pagamentos, *commodities* e balança comercial); mercado de trabalho (formal e ocupação); e finanças públicas. Na economia maranhense, faz-se um amplo levantamento dos principais indicadores disponíveis para o âmbito estadual, tanto em bases secundárias (ministérios, jornais, revistas, notícias, dentre outros), como informações provenientes de registros administrativos de secretarias de estado, órgãos estaduais, conselhos de classe e empresas), nos seguintes temas: nível de atividade (produção agrícola, financiamento imobiliário, comércio, endividamento, inadimplência, investimentos e PIB); comércio exterior (balança comercial); mercado de trabalho estadual (formal e ocupação) e municipal (formal); e finanças públicas (receitas e despesas).

Boa Leitura!

SUMÁRIO EXECUTIVO

Em relação à abrangência internacional, destaca-se que os EUA e a China assinaram a chamada “fase um” do pacto comercial no início de janeiro, conforme pronunciamento do secretário do Tesouro dos EUA, feito em dezembro. Esse ato, portanto, gera perspectivas positivas para o Comércio e o PIB mundial, que têm mostrado desaceleração do crescimento.

Em contraponto, como parte da política comercial adotada pelos EUA, ressalta-se a possível fragilização da Organização Mundial do Comércio (OMC), a partir da paralisação do órgão responsável pelas apelações. Essa é uma situação preocupante para o comércio mundial por ameaçar parte de um sistema de governança global, que se destina a resolver conflitos comerciais entre as nações. A fragilização da OMC atinge o Brasil e, conseqüentemente, o Maranhão, enquanto estado com elevado grau de abertura comercial.

No que se refere à América do Sul, verifica-se um quadro adverso nas economias dos países Bolívia, Chile e Argentina que, por afetar a economia nacional, tem contribuído para a desvalorização do real, frente ao dólar e para uma perspectiva de piora no saldo de transações correntes do Brasil. A cotação do dólar americano, frente ao real, atravessa trajetória de alta, ao longo de 2019, pressionada por fatores como: os cortes da Selic; o elevado déficit da conta corrente do balanço de pagamentos, decorrente, principalmente, da queda no saldo da balança comercial; a frustração com o megaleilão do pré-sal, que atraiu menos recursos que o esperado; e as tensões comerciais entre Estados Unidos e China.

Em relação ao PIB do Brasil, registrou-se crescimento de 1,0% no acumulado do ano até o terceiro trimestre de 2019, em relação ao mesmo período de 2018. Pela ótica da produção, a Agropecuária obteve crescimento de 1,4%; a Indústria de 0,1%; e os Serviços registraram 1,1% de crescimento.

O resultado do setor primário pode ser explicado, principalmente, pelo desempenho do milho (23,2%), do algodão herbáceo (39,7%) e da laranja (6,3%). Por sua vez, na Indústria, o crescimento foi propiciado pelos segmentos “Eletricidade e gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos” (2,8%) e “Construção” (1,7%), ao passo que as “Indústrias de Transformação” (-0,2%) e “Indústrias Extrativas” (-2,7%) apresentaram queda. No setor de Serviços, alavancaram o crescimento, principalmente, os segmentos: “Informação e comunicação” (3,8%), “Atividades imobiliárias” (2,5%) e “Comércio” (1,6%).

Pela ótica da demanda, os componentes que impulsionaram o crescimento econômico, até o terceiro trimestre de 2019, foram: a Formação Bruta de Capital Fixo, que cresceu 3,1%; e a Despesa de Consumo das Famílias, que aumentou 1,8%.

No que tange ao mercado de trabalho, nota-se uma reação incipiente condizente com a taxa de crescimento do PIB, no acumulado do ano. A taxa de desocupação apresentou leve recuo de 0,2 pontos percentuais, ao registrar 11,6% das pessoas na força de trabalho, no trimestre de agosto a outubro/2019, em relação ao mesmo período do ano anterior. Isso corresponde a 12,4 milhões de pessoas que almejam um posto de trabalho, mas que ainda não obtiveram sucesso. Parte da queda na desocupação é explicada pelo incremento de 948,3 mil empregos formais no acumulado do ano até novembro.

Considerando as Finanças públicas nacionais, nota-se a contribuição positiva do aumento do emprego formal sobre as Receitas do Governo Central, que apresentou aumento de R\$ 13,8 bilhões, com contribuição da arrecadação do Imposto sobre a Renda (+6,3%). Já nas Despesas, verificou-se redução de R\$ 11,8 bilhões no comparativo interanual, influenciada pela retração de 17,0% nas despesas discricionárias. Como consequência, houve uma melhora de 14,9% no Resultado Primário do Governo Central em 2019, em relação ao mesmo período de 2018, embora persista em Déficit (R\$ 63,8 bilhões); e a relação do componente Despesas do Governo com o PIB nacional registrou queda de 0,7%, no acumulado de 2019.

Na abrangência Estadual, a taxa de crescimento estimada para o PIB do Maranhão em 2019 foi mantida em 0,98%, assim como para 2020 (4,02%). Pela ótica da produção, estima-se que o setor que mais impulsionou o PIB em 2019 foi o de Serviços (1,4%), em virtude da dinâmica positiva do Comércio e da Administração Pública. Em seguida, está a Indústria, com um crescimento estimado de 1,2%, tendo em vista a recuperação da Construção Civil, em relação ao ano anterior. Em contrapartida, estima-se recuo de 2,3% na Agropecuária, em decorrência da

queda na safra de mandioca, mesmo com o recorde na produção de grãos (11% de crescimento em 2019 em relação a 2018).

No que se refere à Indústria Maranhense, o Índice de Confiança do Empresário Industrial – ICEI apresentou o maior nível dos últimos oito meses em setembro, decorrente do maior otimismo no componente de expectativa da dinâmica econômica estadual para os próximos seis meses. Considerando a abertura por subsetores, a Construção obteve o melhor resultado, atingindo 59,7 pontos e apresentando aumento de 3,89% no comparativo de 12 meses, o que corrobora com os dados de geração de emprego formal pela Construção Civil no estado em 2019.

No que tange ao setor terciário, o resultado do volume de serviços cresceu 3,4% no acumulado do ano até setembro de 2019, enquanto que o Comércio Varejista apresentou variação positiva de 0,2% no mesmo intervalo.

No que se refere às relações de comércio exterior do Maranhão, as exportações maranhenses apresentaram recuo de 14,6% em 2019, em termos de valor. O complexo alumínio, responsável pela maior participação no valor das exportações, apresentou queda de 26,4% no valor exportado no acumulado até outubro de 2019, associada principalmente à desvalorização registrada na cotação da *commodity*. A exportação de soja, por sua vez, registrou queda de 29,3%, em termos de valor, na comparação interanual, devido, sobretudo, à queda de 8% nos preços internacionais, associada a uma menor demanda chinesa. Tal resultado acompanha o mesmo comportamento no nível nacional.

O valor das importações maranhenses registrou aumento de 25% no período de janeiro a outubro de 2019 na comparação com o mesmo período de 2018. O item Combustíveis e Lubrificantes, que teve alta de 64% no referido período, foi o principal responsável pelo aumento das importações, US\$ 741 milhões a mais que no ano passado. Vale ressaltar que o Maranhão é importante via de entrada de Combustíveis e Lubrificantes e, apesar de serem contabilizados como importações do estado, são distribuídos para outras unidades federativas, o que gera cobrança de ICMS e arrecadação própria para o Maranhão. Destaca-se que a arrecadação desse tributo na rubrica *Combustíveis* apresentou um incremento de 7,1% na variação interanual até outubro de 2019.

Em relação às Finanças Públicas, na contramão do ocorrido no cenário nacional, o estado do Maranhão tem apresentado melhora na arrecadação própria em 2019. A análise das Receitas Correntes evidencia que as que mais contribuíram para o resultado foram as Receitas Tributárias (R\$ 6,6 bilhões) e as Transferências Correntes (R\$ 6,2 bilhões). Já em relação às Receitas de Capital, aquelas que apresentaram maior relevância durante o período foram as Operações de Crédito (R\$ 166,2 milhões), cujos recursos têm sido utilizados para a realização de obras como a implantação do BRT (que deve beneficiar a população dos municípios de Paço do Lumiar, Raposa, São José de Ribamar e São Luís) e para o Programa Mais Asfalto.

Quanto aos gastos por função, observou-se que, no acumulado de janeiro a outubro de 2019, as áreas que receberam os maiores volumes de recursos no Maranhão foram: Educação (R\$ 2,5 bilhões); Previdência Social (R\$ 2,1 bilhões); Saúde (R\$ 1,8 bilhão); e Segurança Pública (R\$ 1,5 bilhão).

Diante do crescimento econômico do Maranhão em 2019, o mercado de trabalho apresentou melhora no total de ocupações, como também no emprego formal. A taxa de desocupação registrou recuo de 0,5 p.p. (pontos percentuais), em relação ao segundo trimestre do ano, e foi a segunda maior queda do Nordeste. Já o emprego formal atingiu a abertura de 15,3 mil vagas no acumulado do ano, com 2,1 mil empregos adicionais em relação ao mesmo período do ano passado, parte expressiva em Micro e Pequenas Empresas.

Para 2020, estima-se um crescimento do PIB de 4,02% no Maranhão, tendo em vista as perspectivas de recuperação econômica do país (+2% do PIB); de ampliação de investimentos, diante do cenário esperado de juros e inflação baixos; e do ambiente de negócios favorável. Na Agropecuária, a safra maranhense de grãos deve registrar produção 6,3% maior em 2020, de acordo com o prognóstico da produção agrícola realizado em novembro de 2019 pelo IBGE. A principal responsável por esse resultado é a soja, que deve produzir 11% a mais, em comparação com a safra de 2019.

1 ABRANGÊNCIA INTERNACIONAL

Os EUA e a China assinaram a chamada “fase um” do pacto comercial em janeiro

Na última reunião de 2019, realizada em dezembro, o Federal Reserve System - FED decidiu manter a taxa de juros, após um histórico de três cortes consecutivos. A expectativa da instituição é de proteger a economia americana contra possíveis consequências de uma prolongada guerra comercial com a China e a desaceleração do crescimento global. Contribuem para a decisão do FED, a expansão econômica pelo 11º ano consecutivo e o alto nível de confiança, medidos pela instituição, quanto ao consumo doméstico, dadas as condições financeiras e monetárias favoráveis à sua expansão.

Por outro lado, a guerra comercial tem trazido incertezas sobre a política comercial externa adotada e impactado no nível de investimento das empresas. O maior obstáculo para um acordo entre os governos tem sido a exigência do governo americano pela criação de um mecanismo que garanta o aumento da importação, pela China, de soja, aves e outros produtos agrícolas americanos. Ressalta-se que essa negociação atinge diretamente o Brasil que é um grande exportador mundial desses produtos¹.

Destaca-se que foi assinada, no dia 15 de janeiro de 2020, a primeira fase do acordo comercial entre China e Estados Unidos. Essa mudança gera perspectivas positivas para o Comércio e o PIB mundial, os quais têm mostrado desaceleração.

O acordo tem como pontos básicos:

- Compromisso chinês em comprar U\$ 200 bilhões em bens manufaturados, energia, produtos agrícolas e serviços entre 2020 e 2021;
- Aumento da proteção a direitos de propriedade intelectual;
- Cancelamento das tarifas americanas sobre *smarthphones*, brinquedos e *laptops* feitos na China.

Entretanto, segundo o vice-premiê chinês, as compras agrícolas chinesas que, pelo acordo, deverão ter um acréscimo de U\$ 32 bilhões, quando comparadas à base de 2017, continuarão seguindo princípios de mercado, como a competitividade do produto em comparação com similares no comércio internacional.

A pauta de exportação brasileira poderá sofrer impactos com esse acordo, especialmente na venda de produtos agrícolas para a China como a carne e a soja. No contexto da guerra comercial, ao longo de 2019, o Brasil havia aumentado em 5% o valor exportado aos chineses.

Como política comercial adotada pelos EUA, ressalta-se a provável paralisação do órgão de apelações da Organização Mundial do Comércio (OMC), através da não indicação de novos juízes solicitados para dar continuidade aos processos em tramitação na OMC. Essa é uma situação preocupante para o comércio mundial por ameaçar parte de um sistema de governança global construído após o fim da Segunda Guerra Mundial e que se destina a resolver conflitos comerciais entre nações, de modo a tornar mais justos os termos de trocas comerciais entre as economias do mundo.

A fragilização da OMC atinge o Brasil e, conseqüentemente, o Maranhão, os quais não terão como contornar protecionismos das nações contra as exportações nacionais, principalmente da pauta de produtos dos segmentos do agronegócio e da siderurgia. Desta forma, os EUA buscam atingir o objetivo de solucionar discussões comerciais de forma bilateral, trazendo maior poder de negociação aos estadunidenses, em face do tamanho e peso de sua economia.

¹ Para maiores informações, consultar o Boletim de Conjuntura Econômica Maranhense do 3º Trimestre.

Nesse quadro internacional adverso, a União Europeia vem tentando diminuir os efeitos que a guerra comercial possa ter sobre sua economia. Porém, o BREXIT – (saída inglesa do bloco europeu) vem causando impactos sobre a economia do Reino Unido e indiretamente sobre os demais países da União Europeia. Na tentativa de acabar com o impasse interno no Reino Unido, sobre o seu processo de saída do bloco europeu, o atual primeiro ministro britânico conseguiu renovar o parlamento com as eleições gerais do dia 12 de dezembro de 2019, favorecendo um possível fechamento de acordo sobre a saída do bloco europeu.

No que tange ao Oriente médio, no dia 03 de janeiro de 2020, as redondezas do aeroporto de Bagdá foram bombardeadas por um drone norte-americano, ocasionando a morte do general iraniano Qassem Soleimani. O ato foi visto pelo Líder Supremo iraniano, Aiatolá Ali Khamenei, como uma agressão ao Irã. Diante disso, o Brasil emitiu uma nota, através do Itamaraty, no dia 07 de janeiro, condenando o terrorismo e dispondo-se a colaborar com os esforços internacionais na manutenção da paz mundial, o que demonstra seu alinhamento com o governo estadunidense. Em resposta, a chancelaria iraniana convocou a encarregada de negócios brasileira em Teerã e demonstrou descontentamento pelas declarações brasileiras. A despeito disso, o Itamaraty reforçou que deseja manter as relações comerciais com a economia iraniana.

Em relação à América do Sul, nota-se um quadro adverso nas economias locais, ressaltando-se a Bolívia e o Chile. A Bolívia tem tido consequências negativas em sua economia com a mudança turbulenta de governo, após a renúncia do Presidente Evo Morales, em face de denúncias de irregularidades referentes ao processo eleitoral ocorrido em 20 de outubro de 2019. O protesto ocorrido após a renúncia do presidente e a instalação de um governo interino vêm trazendo prejuízos, em função de paralizações, segundo o atual governo. Destaca-se que, desde 2006, a Bolívia apresentava um crescimento econômico ancorado nas receitas com exportação de gás e petróleo, que vinha provocando uma alta do PIB em média de 5%, e tinha a tendência de terminar o ano de 2019 com um crescimento de 4%, segundo previsão feita pelo FMI no início do ano. Os protestos populares no Chile trazem uma pauta da sociedade civil a qual pede a aprovação de uma nova Constituição que seja direcionada ao aumento dos direitos sociais e reduza as desigualdades presentes na sociedade chilena, o que poderá ocasionar um aumento dos gastos federais em programas sociais direcionados à saúde e educação públicas.

Ressalta-se que as principais economias sul-americanas vêm sofrendo uma desaceleração econômica, ocasionada também por um contexto externo de queda dos preços de matérias-primas, crise econômica da Argentina e guerra comercial EUA-China. Na Argentina, a posse do novo Chefe do Executivo enfrenta um quadro desafiador de crescimento de sua dívida externa que representa 75,9% do PIB, segundo o FMI, e reservas internacionais de US\$ 44 bilhões (insuficiente para o cumprimento de compromissos financeiros no curto prazo), além de inflação no acumulado de 12 meses até novembro de 52,1%, segundo dados do Banco Central Argentino – BCRA. A conjuntura econômica enfrentada pela Argentina é preocupante para o Brasil, dada a sua importância como terceiro maior mercado consumidor da pauta de exportação do Brasil e maior comprador de produtos manufaturados brasileiros.

O saldo da balança comercial brasileira com o Irã foi de US\$ 2,09 bilhões, no período de janeiro a dezembro de 2019, demonstrando uma expressiva relevância para a economia brasileira, embora tenha caído 5,7%, em comparação ao mesmo período anterior. Os iranianos gastaram, aproximadamente, US\$ 998 milhões, no ano de 2019, com as compras de milho no país, o que representa 13,6% das exportações totais do cereal, segundo o Ministério da Economia.

Desta forma, o Irã se posiciona na pauta de exportação brasileira como o segundo maior importador de milho, o quinto maior comprador de soja e o sexto maior importador de carne bovina em 2019. Pelo lado das importações, o principal produto vendido pelo Irã ao Brasil foi a Ureia (US\$ 113,9 mi), importante componente para a fabricação de fertilizantes, os quais são

indispensáveis à agricultura brasileira.

As bolsas internacionais refletem as tensões no Oriente Médio, com destaque para as oscilações do preço da *commodity* petróleo tipo Brent, que subiu 3,5% no dia 03 de janeiro e, desde então, indica trajetória de alta. Destaca-se que o aumento do preço do petróleo pode ter impactos sobre a inflação brasileira através do preço dos combustíveis aplicado em território nacional.

O Maranhão, por sua vez, exportou cerca de US\$ 19,2 milhões ao Irã no ano passado, valor que também corresponde ao saldo da balança comercial com o país, uma vez que o estado não importou nenhum produto iraniano. As exportações maranhenses basearam-se somente em dois produtos, soja e milho, que totalizaram US\$ 13,7 e US\$ 5,5 milhões, respectivamente.

BOX 1: Balança Comercial Brasil-Irã

Balança Comercial do Brasil com o Irã em 2019 – US\$ Milhões

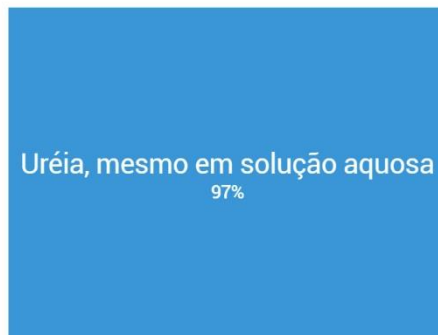


Exportações e Importações do Brasil com o Irã em 2019

Exportações



Importações



2 ABRANGÊNCIA NACIONAL

2.1 Aspectos Políticos

Proposta do Plano Mais Brasil foi apresentada em novembro de 2019 pelo Ministro da Economia ao Congresso Nacional

Com a proposta de ajustar as contas públicas da União, estados e municípios e promover a descentralização de recursos, beneficiando os municípios, e a gradual redução da dívida pública, o Governo Federal apresentou, em novembro, o Plano mais Brasil que inclui três Propostas de Emenda Constitucional (PEC), a saber: PEC do Pacto Federativo, PEC dos Fundos Públicos e a PEC Emergencial.

- A PEC do Pacto Federativo propõe alterar o conjunto de regras constitucionais que determinam como são distribuídos e gastos os recursos arrecadados pela União, estados e municípios. Algumas das principais propostas são: criação do Conselho Fiscal da República; programas e obras ganham previsão no orçamento, para que os fluxos de recursos não sejam interrompidos, extinguindo o PPA; revisão a cada 4 anos dos benefícios tributários, não podendo exceder os 2% do PIB; administração conjunta dos limites mínimos para saúde e educação; a União fica proibida de socorrer entes em dificuldades fiscal-financeiras a partir de 2026;
- A PEC dos Fundos Públicos visa racionalizar o uso dos recursos contidos nos fundos públicos que hoje possuem R\$ 220 bilhões. Essa PEC apresenta algumas propostas como: uso dos recursos para redução da dívida pública; extinção de fundos determinados pelo Congresso Nacional; exigência de lei complementar para a criação de fundos públicos; destinação de novos recursos em programas de erradicação da pobreza e de reconstrução nacional;
- A PEC Emergencial permite a adoção de dispositivos emergenciais, quando houver descumprimento da "regra de ouro", que se refere ao momento em que as operações de crédito superam as despesas de capital em 1 ano. Principais dispositivos: suspensão da criação de despesas obrigatórias e de benefícios tributários; redução de 25% da jornada do servidor com adequação dos vencimentos; suspensão de repasse dos recursos do FAT ao BNDES; proibição de criação de cargos, reestruturação de carreiras, concursos e verbas indenizatórias.

Em 11 de dezembro de 2019, a Câmara dos deputados aprovou o texto-base do marco do saneamento básico

A Câmara dos deputados aprovou o texto-base do marco legal do Saneamento básico que prevê a exploração do serviço, por meio de concessão à iniciativa privada e que tem meta de fornecer coleta de esgoto a 90% da população até 2033. Essa proposta tem o objetivo de atrair a iniciativa privada para atuar na exploração do serviço de fornecimento de água e sistemas de esgotos para a população.

Pressupõe, portanto, a formação de consórcios públicos e convênios de cooperação entre municípios vizinhos para a cobertura da prestação de serviços em região delimitada. Como premissa para a implantação dos serviços, deverá ser criado um plano de saneamento básico com metas e indicadores de desempenho com mecanismos para aferir resultados da prestação dos serviços. Deverá haver uma entidade para regular e fiscalizar a prestação dos serviços. Ainda constam no projeto, metas para eficiência e uso racional de água, reuso de efluentes sanitários e aproveitamento da água da chuva.

Para o ano de 2020, as perspectivas giram em torno do início da tramitação da Reforma Tributária, que ainda está em fase de elaboração, mas já possui escopo de projeto na Câmara dos Deputados e no Senado, conforme o quadro abaixo:

Figura 1 - Brasil: Quadro comparativo entre a PEC 110 e a PEC 45/2010

PEC 110/2019	PEC 45/2019
• Senado • Tributação no consumo: PIS, Cofins, IPI, ICMS, ISS, IOF e salário educação. (IBS) • Imposto seletivo: fumo, bebidas, energia elétrica, telecom, combustíveis e automóveis. • Alíquotas: múltiplas alíquotas, fixadas por LC. • Transição: 5 anos.	• Câmara • Tributação no consumo: PIS, Cofins, IPI, ICMS e ISS. (IBS) • Imposto seletivo: incidente sobre bens e serviços geradores de externalidades negativas. • Alíquotas: uniformes; autonomia na fixação para União, estados e municípios. • Transição: 10 anos.

Fonte IMESC

2.2 Nível de Atividades

2.2.1 Câmbio, Inflação e juros

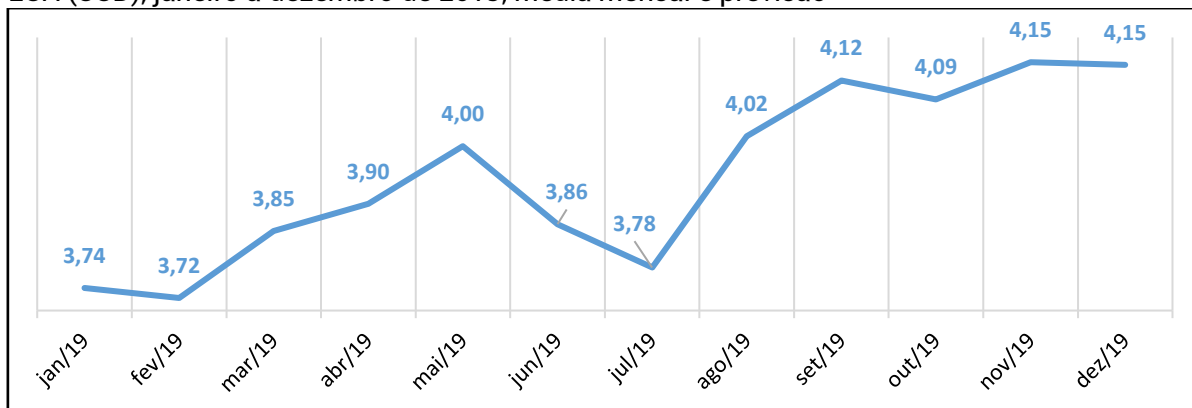
Câmbio: Em novembro, câmbio atinge recorde histórico em termos nominais

A cotação do dólar americano atravessa trajetória de alta ao longo de 2019. Em novembro, o dólar comercial chegou a valer R\$ 4,23 na venda, o maior valor nominal, desde a criação do Plano Real, fechando, assim, o mês com média de R\$ 4,15 e acumulando alta de 7,2% no ano.

Alguns fatores vêm pressionando o câmbio, como: os cortes da Selic; o elevado déficit da conta corrente do balanço de pagamentos; a frustração com o megaleilão do pré-sal, que atraiu menos recursos que o esperado e a continuidade das tensões comerciais entre Estados Unidos e China.

Para segurar a moeda, o Banco Central fez intervenções no mercado de câmbio, com leilões de dólar à vista e venda de contratos de swap cambial.

Gráfico 1 - Brasil: Evolução da taxa de câmbio, real brasileiro (BRL), comparado com o dólar dos EUA (USD), janeiro a dezembro de 2019, média mensal e previsão



Fonte: Banco Central do Brasil; Previsão para dezembro – Relatório Focus

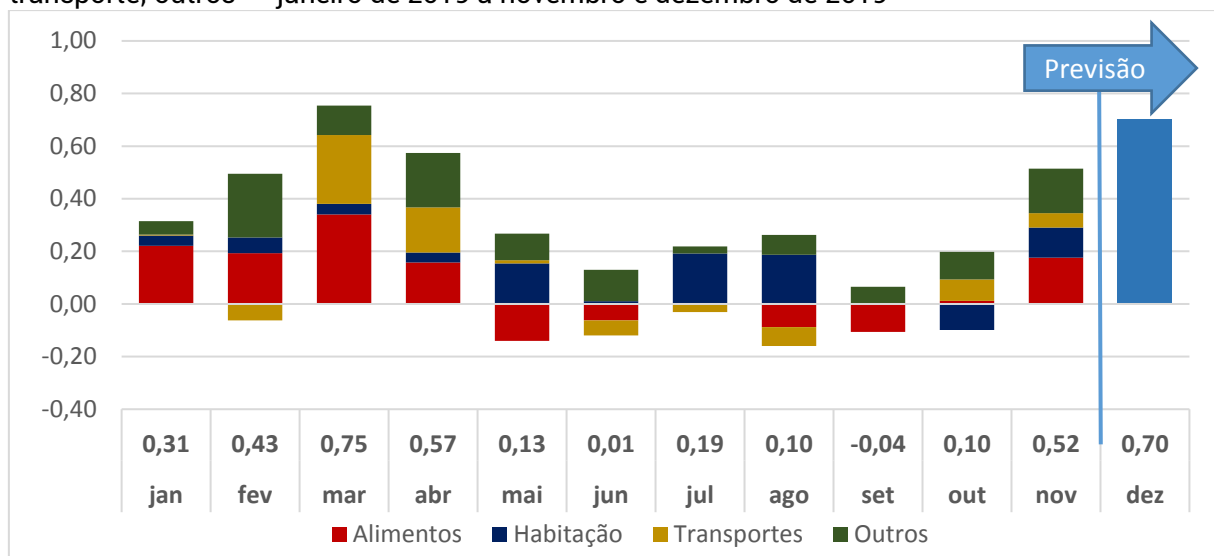
De acordo com o Boletim Focus, do Banco Central, a mediana das expectativas é que o real feche o ano com patamar de desvalorização, com a taxa de câmbio próxima a R\$ 4,15/US\$. Essa perspectiva dá-se em função de quatro motivos:

- **Juros baixos** – os juros servem de base para as projeções de rentabilidade de investimentos. Com as sucessivas quedas da Selic, hoje em 4,5% ao ano, o Brasil passou a oferecer remuneração menor para investidores estrangeiros, que acabam fazendo seus aportes em outros locais. As empresas também aproveitam os juros baixos para tomar empréstimos aqui e antecipar o pagamento de dívida externa;
- **Fluxo menor de dólares** – em novembro, o ponto de inflexão do câmbio ocorreu com o megaleilão do pré-sal, que não atraiu o interesse esperado, frustrando expectativas de uma grande entrada de recursos no país;
- **Contas externas** – o saldo das contas externas influencia o câmbio, ao mostrar como varia a disponibilidade de dólares no mercado nacional. O Brasil registrou déficit das transações correntes de US\$ 45,7 bilhões no acumulado de janeiro a outubro de 2019, um aumento de 41%, comparado ao mesmo período do ano passado.
- **Fatores externos** – os investidores estão atentos quanto às incertezas relativas à guerra comercial China-EUA e seus impactos na economia mundial. Também se considera relevante a conjuntura instável da América do Sul para explicar a desvalorização do real, frente ao dólar.

Inflação: Com alta de 8,09%, item carnes destaca-se como principal influência para o resultado do IPCA no mês

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) registrou aumento de 0,51% em novembro. No ano, a inflação oficial acumula alta de 3,12%, abaixo dos 3,59% registrados em igual período de 2018. Quando se considera a inflação acumulada em 12 meses encerrados em novembro, o IPCA apresenta um acumulado total de 3,27%, abaixo do centro da meta estabelecida pelo Banco Central (4,25%).

Gráfico 2 - Brasil: Variação mensal do IPCA por grupos: alimentação e bebidas; habitação; transporte; outros¹ – janeiro de 2019 a novembro e dezembro de 2019²



Fonte: IPCA/IBGE; ¹Estão inclusos os grupos Artigos de residência; Vestuário; Saúde e cuidados pessoais; Despesas pessoais; Educação; Comunicação. ²Previsão do boletim Focus de 06/12/2019

No último trimestre do ano, contando com os resultados do mês de outubro e novembro, pode-se destacar que as principais influências para as variações mensais do IPCA foram originadas nos grupos Habitação e Alimentos.

Em outubro, o grupo Habitação apresentou variação negativa de 0,61% e destacou-se como o grupo de maior influência neste mês. Esse resultado pode ser explicado pela redução de patamar da bandeira tarifária. No referido mês, foi aplicada a bandeira tarifária amarela que adiciona R\$ 1,50 para cada 100 quilowatts-hora. Esse fato possibilitou que o item Energia Elétrica apresentasse variação negativa de 3,22% e contribuisse no IPCA com -0,13 p.p..

Já no mês de novembro, o resultado teve influência do grupo Alimentação e Bebidas. A elevação de 8,09% no item "carnes" possibilitou impacto na variação mensal em 0,22 p.p. no total do IPCA, correspondendo, aproximadamente, a 42% da variação para o referido mês. Esse resultado é reflexo do aumento da demanda Chinesa, devido a uma crise de oferta no país. Aliado a isso, a apreciação do dólar impactou os preços destes itens, favorecendo aos produtores locais maiores ganhos na exportação, pressionando assim os preços internos.

Inflação poderá se manter pelo segundo ano consecutivo abaixo de 4%

O panorama do nível de preços no ano pode ser explicado pela ótica das pressões nos custos, principalmente pelas variações nos grupos Alimentação e Bebidas, Habitação e Transportes. É possível observar no **Gráfico 2** que os alimentos apresentaram forte elevação nos primeiros quatro meses do ano. Esse comportamento sazonal é oriundo do nível de chuvas e calor que afetam os alimentos *in natura*.

Também se destaca o comportamento do grupo Transportes que, devido às variações da cotação internacional do petróleo e as mudanças da taxa de câmbio, influenciou os preços dos combustíveis. Além disso, é possível destacar o comportamento do grupo Habitação que, a partir do mês de maio, apresentou fortes variações.

A diminuição dos reservatórios, oriunda da redução no nível de chuvas, implica no uso de outras fontes de energia, o que se reflete na aplicação de bandeiras tarifárias que aumentam o custo do consumo em energia elétrica.

Com a previsão do boletim Focus, a inflação para o ano de 2019 poderá alcançar um acumulado de 3,92%, acima do resultado de 2018 (3,75%). Com as mudanças na estrutura de ponderação do IPCA, resultante da nova Pesquisa de orçamentos familiares (POF), o ano de 2020 terá Transportes como o grupo de maior influência no resultado geral, seguido do grupo Alimentação e Bebidas.

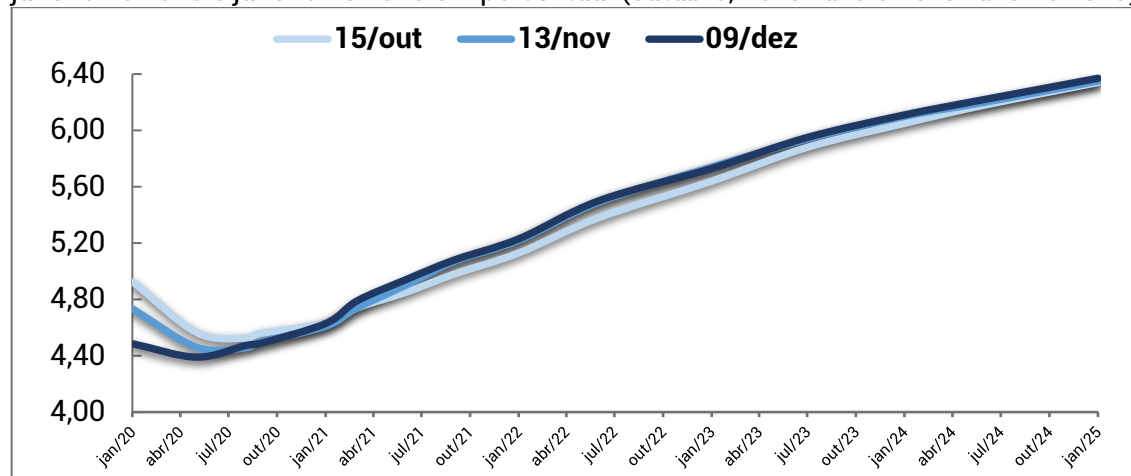
Com essa nova configuração metodológica, espera-se uma inflação pressionada no primeiro trimestre pelos custos dos combustíveis (influenciados pelo patamar da taxa de câmbio) e pela possível elevação do preço dos alimentos, decorrente de fatores sazonais. Mantendo-se o atual patamar da taxa de câmbio, o custo dos combustíveis apresenta-se como possível vetor na aceleração dos preços no primeiro trimestre.

Juros: com novo corte, a taxa de juros alcança 4,5% ao ano, o menor patamar da história

Os juros futuros apontam decréscimo no curto prazo e elevação, a partir de abril de 2020. Nesse período, a diferença entre as curvas do dia 13 de novembro e 9 de dezembro mostrou-se pequena, chegando a 9,5 pontos base (pb). Destaca-se que tal tendência é desenhada, desde outubro de 2019, com diferenças apenas para o período de janeiro de 2020.

A tendência desenhada pela curva de juros aponta para uma aceleração nos juros, a partir do segundo trimestre de 2020. É esperada uma continuidade do ciclo de afrouxamento monetário e expansão do crédito. A expectativa aponta que os juros futuros sejam negociados por volta de 4,0% ao ano até o início de 2020, quando se espera que termine o ciclo de afrouxamento e inicie um período de acomodação da taxa básica de juros.

Gráfico 3 - Brasil: Curva de Juros Futuros (DI x Pré), nos períodos selecionados, entre janeiro de 2020 e janeiro de 2025 em percentual (outubro, novembro e dezembro de 2019)



Fonte: ADVFN/BM&F BOVESPA

BOX 2: Fatores da alta da carne no Brasil

Em novembro, o IPCA do item Carnes elevou-se em 8,09. Esse resultado contribuiu para a inflação com 21 pontos percentuais. A pressão inflacionária nesse item pode ser explicada tanto por fatores internos quanto por fatores externos.

Fatores externos:

- Demanda Chinesa: De acordo com a Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carne (ABIEC), 24,5% do total produzido no Brasil foram direcionados para a China. O aumento da demanda está relacionado a uma crise de oferta no referido país, devido à crise da peste suína.
- Com a autorização para exportação de mais frigoríficos nacionais, a competição pela carne nacional foi acentuada
- O atual patamar da taxa de câmbio é favorável à exportação pelos produtores nacionais, dando possibilidade para maior ganho com a venda para o exterior.

Fatores internos:

- De acordo com o CEPEA, nos últimos anos, houve uma maior taxa de abate de vacas. Esse crescimento afetou a disponibilidade de bezerros, diminuindo assim a produtividade do setor de carnes nacional.
- As festas de fim de ano corroboram com o aumento da demanda, gerando competitividade com o setor externo e pressionando o nível de preços.

2.2.2 Produto Interno Bruto

A estimativa do PIB nacional cresceu 1,2% no terceiro trimestre de 2019, quando comparado ao mesmo período do ano anterior, impulsionado pela Formação Bruta de Capital Fixo

Segundo os dados das Contas Trimestrais do IBGE, a estimativa do PIB cresceu 1,2% no terceiro trimestre de 2019, quando comparado ao mesmo período do ano anterior. Dentre as atividades que contribuem para a geração do Valor Adicionado, a Agropecuária registrou crescimento de 2,1% em relação ao mesmo período do ano anterior. Esse resultado pode ser explicado, principalmente, pelo desempenho do milho (23,2%), do algodão herbáceo (39,7%) e da laranja (6,3%).

A Indústria teve expansão de 1,0%, impulsionada pela Construção, que apresentou crescimento de 4,4%. Esse foi o segundo crescimento desse subsetor, após 20 trimestres consecutivos de queda, em comparação ao mesmo período do ano anterior. Em contrapartida, a Indústria de Transformação registrou recuo de 0,5%, influenciada pela crise da Argentina. O setor de Serviços também foi positivo, com crescimento de 1,0%, em comparação ao mesmo período do ano anterior, com destaque para Informação e comunicação (4,2%) e Comércio (2,4%).

Pela ótica da Despesa, Formação Bruta de Capital Fixo impulsiona PIB no terceiro trimestre de 2019

Em relação à estimativa pela ótica da demanda, considerando a mesma base de comparação, verificou-se que a Despesa de Consumo das Famílias registrou expansão 1,9%, influenciada pelo comportamento dos indicadores de crédito para pessoa física, bem como da expansão da massa salarial real no terceiro trimestre de 2019. Já a Formação Bruta de Capital Fixo cresceu 2,9% no terceiro trimestre de 2019. Esse aumento é justificado pelo crescimento registrado na Construção e na Produção de Bens de Capital (+1,4%, no comparativo interanual, segundo a Pesquisa Industrial Mensal de Produção Física – PIMPF).

A Despesa de Consumo do Governo apresentou queda de 1,4%, em relação ao terceiro trimestre de 2018, influenciada pelo corte de despesa discricionária. No setor externo, as Exportações de Bens e Serviços caíram 5,5% e as Importações de Bens e Serviços subiram 2,2% no terceiro trimestre de 2019. Dentre as exportações de bens, a queda é explicada, principalmente, pelo recuo nos produtos da indústria automotiva. Na pauta de importações de bens, destacam-se os aumentos em metalurgia e derivados de petróleo.

Tabela 1 - Brasil: Taxas de Crescimento do PIB trimestral em 2019 (Base: mesmo trimestre do ano anterior e acumulado ao longo do ano anterior)

Ótica da Demanda	Jan. a set./2019	3º Tri/2019
PIB	1,0	1,2
Consumo das famílias	1,8	1,9
Consumo do governo	-0,7	-1,4
FBCF	3,1	2,9
Exportação	-2	-5,5
Importação	1,6	2,2
Ótica da Oferta		
Agropecuária	1,4	2,1
Indústria	0,1	1
Extrativa	-2,7	4
Transformação	-0,2	-0,5
SIUP	2,8	1,6
Construção	1,7	4,4
Serviços	1,1	1
Comércio	1,6	2,4
Transp., armaz. e correio	-0,1	-1
Informação e comunicação	3,8	4,2
Atividades financeiras, de seguro e serviços relacionados.	0,4	1,3
Atividades Imobiliárias	2,5	1,9
Outros Serviços	1,2	0,9
Adm., defesa, saúde e educação públicas e seguridade social	-0,1	-0,6

Fonte: IBGE, Contas Nacionais

De janeiro a setembro de 2019, a estimativa do PIB nacional registrou aumento de 1,0%

O PIB nacional cresceu 1,0% no acumulado do ano até o terceiro trimestre de 2019, em relação ao mesmo período de 2018. Pela ótica da produção, a Agropecuária obteve crescimento de 1,4%; a Indústria de 0,1%; e os Serviços registraram 1,1% de crescimento.

Dentre as atividades da Indústria que registram resultado positivo, destacam-se: "Eletricidade e gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos" (2,8%) e "Construção" (1,7%). Por outro lado, apresentaram queda as "Indústrias de Transformação" (-0,2%) e as "Indústrias Extrativas" (-2,7%). No setor de Serviços, alavancaram o crescimento, principalmente, os segmentos: "Informação e Comunicação" (3,8%); "Atividades Imobiliárias" (2,5%); e "Comércio" (1,6%).

Na análise, pela ótica da demanda, considerando o mesmo período de comparação, a Formação Bruta de Capital Fixo cresceu 3,1% e a Despesa de Consumo das Famílias aumentou 1,8%. Em contrapartida, a Despesa de Consumo do Governo registrou variação de -0,7%. No que tange ao setor externo, as "Importações de Bens e Serviços" apresentaram expansão de 1,6%, enquanto as "Exportações de Bens e Serviços" apresentaram queda de 2,0%².

Em relação à previsão para o ano de 2019, o boletim Focus³ do Banco Central aponta um crescimento de 1,10% no PIB nacional, com 1,56% de aumento na Agropecuária, 0,34% na Indústria e 1,20% nos Serviços, tendo em vista a melhora nas condições de crédito, dada a

² Para maiores informações, consultar a seção de Comércio Exterior.

³ Previsão de 06/12/19

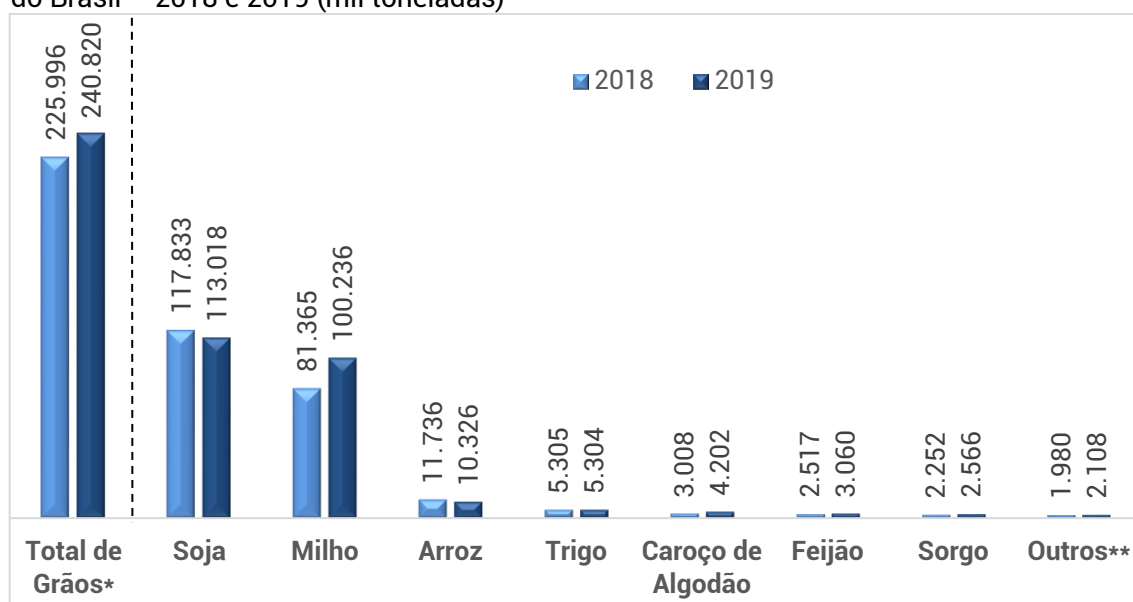
redução na taxa básica de juros (atualmente 4,5% a.a.), além da liberação de recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviços (FGTS) e do “décimo terceiro⁴” do Minha Casa Minha Vida.

2.2.3 Agricultura

A produção de grãos deve apresentar safra recorde de 240,8 milhões de toneladas, em 2019, impulsionada pelo milho

A produção estimada de grãos deve apresentar safra recorde, no Brasil, em 2019, quando se espera colher cerca de 240,8 milhões de toneladas, de acordo com o Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA), realizado em outubro pelo IBGE. O resultado em questão representa um aumento de 6,1% na produção estimada em comparação a 2018⁵ (226 milhões de toneladas).

Gráfico 4 - Brasil: Estimativa da produção das culturas de grãos*, acompanhada pelo LSPA do Brasil – 2018 e 2019 (mil toneladas)



Fonte: LSPA/IBGE *Cereais, leguminosas e oleaginosas; **Amendoim, aveia, centeio, cevada, girassol, mamona e triticale

- A soja deve registrar uma produção de 113 milhões de toneladas, 4,1% menor que em 2018. Apesar do aumento na área colhida, um período de estiagem, no final do ano passado, nos estados do Paraná, São Paulo, Minas Gerais e Bahia, afetou a produtividade da safra;
- O milho apresentou variação de 23,2% na produção estimada em outubro de 2019, em comparação a 2018. A segunda safra foi a grande responsável pelo crescimento do plantio, apresentando rendimento médio 20,6% superior ao verificado no ano passado, devido, sobretudo, às chuvas que favoreceram o desenvolvimento das plantas. Em relação ao levantamento de agosto, o rendimento médio também apresentou variação positiva, o que elevou a estimativa de produção para um patamar de mais de 100 milhões de toneladas;

⁴ Instituído pela Medida Provisória 898, editada em outubro, o abono consiste no benefício pago em dobro em dezembro. Segundo a Caixa Econômica Federal, que administra os pagamentos, 13,1 milhões de famílias estão sendo atendidas pelo Bolsa Família em dezembro. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2019-12/caixa-comeca-pagar-hoje-decimo-terceiro-do-bolsa-familia>

⁵ Dados de 2018, referentes ao LSPA realizado em dezembro.

- O arroz apresentou leve melhora no levantamento de outubro, em relação ao de agosto de 2019 (+77 mil/t), contudo ainda permanece em queda, em comparação com a safra do ano passado, devido, principalmente, à substituição da cultura pela soja no Rio Grande do Sul, principal estado produtor;
- O algodão foi a cultura que apresentou maior crescimento na produção (39,7%), devendo atingir um patamar recorde de 6,9 milhões de toneladas. O caroço de algodão, que corresponde a 61% do peso, segundo metodologia do IBGE, deve alcançar cerca de 4,2 milhões de toneladas.

Outra importante lavoura do país, a cana-de-açúcar, registrou uma leve melhora no rendimento médio no LSPA de outubro, em relação a agosto, fato que elevou a estimativa de produção para 666 milhões de toneladas em 2019, patamar 11% inferior ao registrado em 2018. Esse resultado foi decorrente da diminuição da área plantada não só na região Centro-Sul (principal produtora), mas no país em geral, uma vez que alguns produtores trocaram a cana por outras culturas, como a soja.

Já a mandioca registrou crescimento de 3,6% no levantamento de outubro em relação a 2018, alcançando pouco mais de 20 milhões de toneladas. Estima-se que os estados do Pará (20%) e Paraná (17%) obterão a maior parte da produção, ainda que essa cultura esteja presente em todos os estados da federação.

Safra brasileira de grãos deve registrar produção 1% menor em 2020

De acordo com o Prognóstico da produção agrícola de 2020, realizado pelo IBGE, a safra brasileira de grãos deve atingir 338,5 milhões de toneladas no ano que vem, patamar abaixo do estimado para 2019 (-1%).

Tabela 2 - Brasil: Prognóstico da produção agrícola dos principais produtos, para safra 2020 – comparativo entre as safras 2019 e as estimativas para 2020

Lavoura	Produção (mil/t)		
	2018/2019	2019/2020	Var %
TOTAL	240.820	238.462	-1.0
Algodão herbáceo	4.202	4.198	-0.1
Amendoim 1ª safra	548	573	4.5
Amendoim 2ª safra	12	9	-29.4
Arroz	10.326	10.494	1.6
Aveia	939	904	-3.7
Centeio	9	8	-12.2
Cevada	408	340	-16.7
Feijão 1ª safra	1.303	1.283	-1.5
Feijão 2ª safra	1.171	1.102	-5.9
Feijão 3ª safra	585	462	-21.1
Girassol	131	120	-8.7
Mamona	30	28	-5.7
Milho 1ª safra	25.922	25.606	-1.2
Milho 2ª safra	74.314	67.089	-9.7
Soja	113.018	118.372	4.7
Sorgo	2.566	2.563	-0.1
Trigo	5.304	5.284	-0.4
Triticale	30	30	-1.8

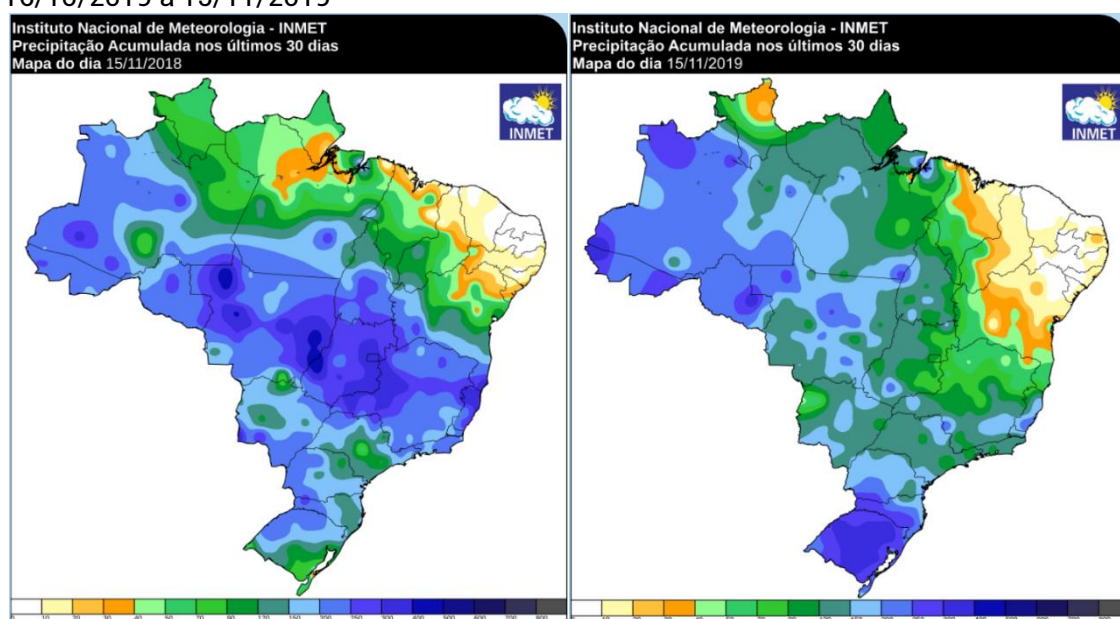
Fonte: IBGE

O principal responsável pela variação anual negativa deve ser o milho segunda safra, com uma produção de 67 milhões de toneladas (7 milhões a menos que a estimada para 2019). Esse resultado é decorrente das condições climáticas que permitiram, na safra de 2018/2019, uma

antecipação do plantio de soja, fazendo com que o milho segunda^a safra (que é plantado geralmente após a colheita da soja) tivesse mais tempo para se desenvolver e para aproveitar as melhores condições climáticas. Na safra 2019/2020, o mesmo fenômeno não deve se repetir, uma vez que o plantio de soja está seguindo o ritmo “normal” ou com atraso em algumas regiões, devido à demora no início das chuvas⁶.

De acordo com informações do Instituto Nacional de Meteorologia – INMET, no período de 16/10/2019 a 15/11/2019, as chuvas concentraram-se no oeste da região norte e no extremo sul do país. Já no mesmo período do ano passado, os maiores volumes caíram justamente nas principais regiões produtoras de grãos, como os estados do Centro-Oeste, Sul e na região do MATOPIBA⁷, favorecendo a safra de grãos, conforme mencionado anteriormente.

Figura 2 - Brasil: Precipitação acumulada nos períodos de 16/10/2018 a 15/11/2018 e 16/10/2019 a 15/11/2019



Fonte: Instituto Nacional de Meteorologia – INMET

A soja, por sua vez, deve compensar parte da perda do milho, recuperando o patamar antes previsto para a safra 2018/2019 de 118 milhões de toneladas, consolidando o país como principal produtor mundial da *commodity*.

2.2.4 Indústria

Produção industrial recuou 1,1% no acumulado até outubro de 2019

Segundo a Pesquisa Industrial Mensal (PIM/IBGE), a produção da indústria brasileira cresceu 0,8% em outubro, em comparação com o mês anterior, puxada principalmente pelos produtos alimentícios e farmacêuticos. Trata-se da terceira alta mensal consecutiva e o melhor resultado para outubro desde 2012, quando houve avanço de 1,5%. No acumulado do ano até outubro, no entanto, o setor Industrial⁸ recuou 1,1% em termos de produção, efeito da queda na Indústria Extrativista de 9,5%. No acumulado de 12 meses, a produção industrial caiu 1,3%, prosseguindo com desaceleração de perda iniciada em agosto.

⁶ Disponível em: <https://istoe.com.br/falta-de-chuvas-no-brasil-em-setembro-pode-afetar-safrinha-de-milho-diz-btg/>.

⁷ Região que compõe a maior parte do Maranhão, todo o estado do Tocantins, o sudoeste do Piauí e o oeste da Bahia, considerada pela Embrapa como a grande fronteira agrícola nacional da atualidade.

⁸ A referida pesquisa não considera a Construção Civil como componente do setor Indústria.

Ainda que apresentem queda na comparação do acumulado do ano, esses dados reafirmam a reação da indústria nacional, atrelada à melhora da demanda doméstica, em meio a um cenário de queda da taxa básica de juros, inflação em baixo patamar, expansão do crédito e a recuperação gradual do mercado de trabalho, que tem elevado o número de ocupados e, consequentemente, a massa de rendimentos.

Fatores sazonais ou pontuais, como a liberação dos recursos do FGTS e a *Black Friday*, impactaram o resultado da ponta, ao impulsionar a produção para atender a alta da demanda. Corroborando com esse fato, destaca-se que, em outubro, as fábricas de embalagens, segmento "termômetro" da atividade industrial, produziram pela primeira vez mais de 334 mil toneladas de caixas, acessórios e chapas de papelão, um aumento de 2,7% em relação ao mesmo período de 2018.

Tabela 3 - Brasil: Variação da produção industrial por categoria de uso – resultados mensais do trimestre encerrado em outubro de 2019, em 12 meses e comparação interanual: mensal, acumulado do ano

Categoria de uso	% contra mês anterior (com ajuste sazonal)			MoM	Acum. Ano	12 meses
	Ago./19	Set./19	Out./19			
Indústria geral	1,3	0,3	0,8	1	-1,1	-1,3
Bens de capital	0,1	-0,4	-0,3	-2,9	0,4	0,2
Bens intermediários	1,6	0,2	0,3	0,1	-2,2	-2,2
Bens de consumo	-0,3	1,4	1,0	4,1	1,1	0,5
Bens de consumo duráveis	-1,0	2,8	1,3	6,9	2,2	0,6
Bens de consumo semiduráveis e não duráveis	-0,2	0,8	1,0	3,3	0,7	0,4

Fonte: PIM-PF/IBGE

Na abertura por categorias de uso, destaca-se que a produção de Bens de Capital, que reflete investimentos, recuou 0,3% em outubro de 2019, na comparação com setembro do mesmo ano, configurando a quarta queda em cinco meses, o que sugere uma potencial redução da dinâmica dos gastos com investimentos, ligada a um ambiente ainda de incertezas. Todavia, o resultado para os dez meses do ano ainda é positivo (0,4%). Na composição da categoria, ressalta-se o desempenho dos bens de capital voltados para a Construção, que variou 4,4% no comparativo interanual do acumulado do ano, refletindo o bom desempenho da Indústria de Construção em 2019.

A produção de Bens Intermediários, isto é, insumos industrializados usados no setor produtivo, quando comparado ao acumulado do ano anterior, apresenta queda de 2,2%, em razão, sobretudo, do fechamento de sítios de exploração de minério de ferro na primeira metade do ano de 2019.

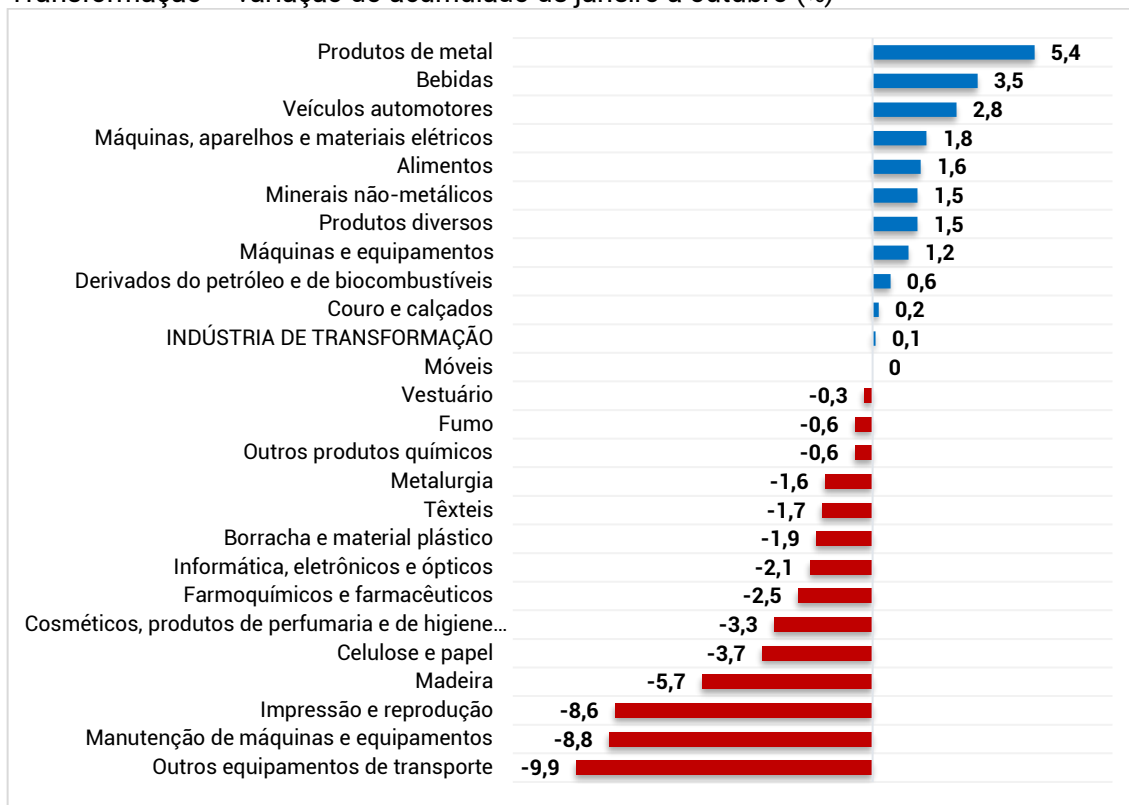
No segmento de Bens Duráveis, no comparativo entre os acumulados de 2019 e 2018, a produção do segmento mostrou avanço de 2,2%, impulsionada, em grande parte, pela maior fabricação de eletrodomésticos da "linha branca" (12,5%). A categoria de Bens de Consumo semiduráveis e não duráveis, que reflete o consumo diário das famílias, avançou 0,7% no acumulado do ano, capitaneada pelas indústrias de Bebidas (4,3%) e Alimentos (1,6%).

Indústria de Transformação apresentou perdas em 14 das 25 atividades

No índice acumulado de janeiro a outubro de 2019, frente a igual período do ano anterior, a Indústria de Transformação apresentou perdas em 14 dos 25 ramos destacados. Dentre as atividades, "Equipamentos de transporte" (-9,9%) exerceu o pior desempenho em termos de variação. Vale destacar também as contribuições negativas do ramo de "Manutenção de máquinas e equipamentos" (-8,8%) e "Celulose e papel" (-3,7%).

Por outro lado, dentre as dez atividades que cresceram em 2019, a principal influência, em relação ao peso, foi “Veículos automotores” (2,8%). Outras contribuições positivas relevantes vieram de “Alimentos” (1,6%) e de “Derivados do petróleo e de biocombustíveis” (0,6%).

Gráfico 5 - Brasil: Variação mensal da produção física por atividade da Indústria de Transformação – variação do acumulado de janeiro a outubro (%)

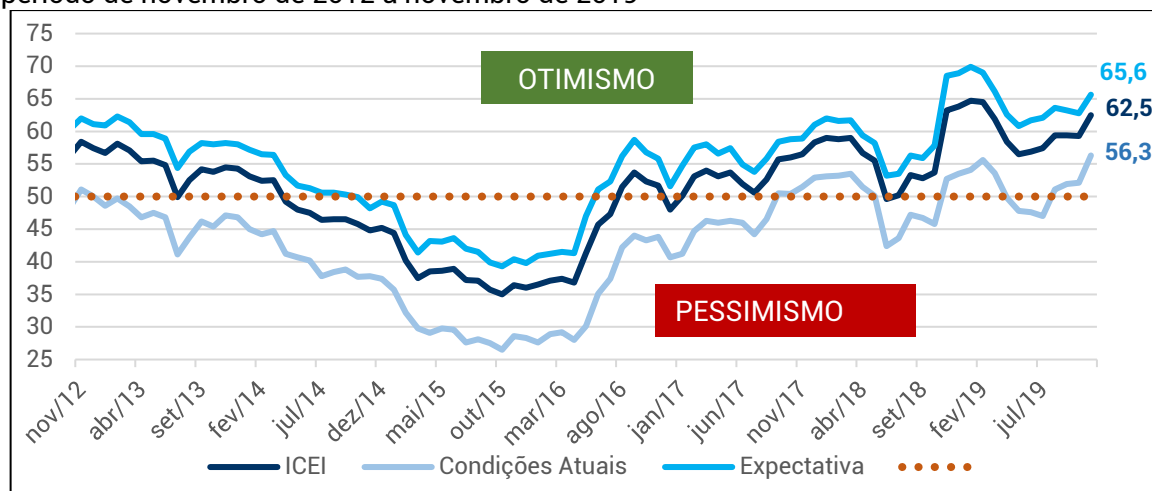


Fonte: PIM-PF/IBGE

Confiança do empresário industrial continua em trajetória de alta em novembro, decorrente tanto do sentimento de melhora da situação corrente como das expectativas para os próximos meses

O Índice de Confiança do Empresário Industrial (ICEI) alcançou 62,5 pontos em novembro. O aumento de 3,2 pontos na comparação com outubro confirma a trajetória de crescimento da confiança iniciada em junho. Cabe destacar, nesse mês, a percepção de que a situação da economia está melhor do que nos últimos seis meses – Índice de Condições Atuais – é a mais alta, desde outubro de 2010.

Gráfico 6 - Brasil: Índice de Confiança do Empresário Industrial, resultados mensais do período de novembro de 2012 a novembro de 2019



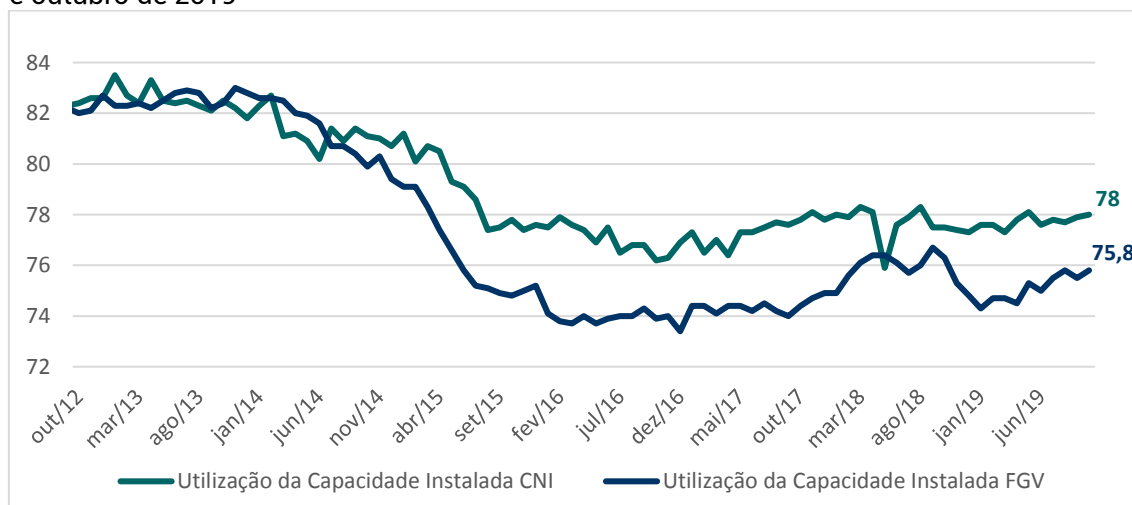
Fonte: ICEI/CNI

O ICEI de novembro de 2019 está 0,7 ponto abaixo do registrado em novembro de 2018. Ressalta-se, contudo, que atualmente a elevada confiança está baseada tanto no sentimento de melhora da situação corrente quanto nas expectativas para os próximos meses. Em 2018, a confiança do empresariado baseava-se, sobretudo, nas expectativas positivas, impulsionadas pela eleição.

Utilização da capacidade instalada apresenta ténue alta em outubro de 2019

A utilização da capacidade instalada (UCI) de outubro, estimada pela CNI, se estabeleceu em 78%. O valor representa alta de 0,1 ponto percentual em relação ao registrado em setembro e é 0,5 ponto percentual superior a outubro de 2018. Tem-se a mesma tendência auferida pelo índice similar medido pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), que registrou avanço de 0,3 p.p., em relação ao trimestre anterior.

Gráfico 7 - Brasil: Evolução do nível de utilização da capacidade instalada, entre outubro de 2012 e outubro de 2019



Fonte: NUCI/FGV; CNI

A melhora no nível de produção e de confiança do empresário industrial corroboram com o impacto da indústria no PIB do terceiro trimestre, com avanço de 0,8%, frente ao segundo trimestre. Todavia, o desempenho foi desequilibrado: a Indústria Extrativa e a Construção impulsionaram a alta, enquanto a Indústria de Transformação recuou 0,5% na comparação interanual. Esse resultado foi influenciado, sobretudo, pela redução nas exportações para a Argentina, principal mercado consumidor da indústria automotiva nacional: de janeiro a outubro de 2019, o Brasil exportou 186 mil automóveis e veículos comerciais leves para a Argentina – queda de 52% em relação ao mesmo período do ano passado – acrescenta-se também a desaceleração no ritmo de crescimento mundial, especialmente da economia chinesa. Diante desse quadro, a expectativa para o ano de 2019, segundo o relatório Focus do Banco Central, publicado no dia 6 de dezembro, é de que a produção industrial tenha queda de 0,7% no ano, refletindo ainda a lenta dinâmica das montadoras, que estão com altos estoques, o que pode afetar os números da Indústria de Transformação no último trimestre do ano.

2.2.5 Comércio

Em outubro de 2019, as vendas do varejo ampliado cresceram pela sexta vez seguida na variação mensal, mas com redução no ritmo de crescimento

O volume de vendas em outubro de 2019, quando comparado com setembro, cresceu 0,8%, influenciado pelas vendas do segmento “Veículos, motos, partes e peças” que tiveram alta de 2,4%, conforme dados da PMC. A melhora desse segmento é confirmada pela venda de 253,4 mil unidades de veículos novos, um crescimento de 7,9%, quando comparado ao mês anterior, segundo dados da Federação Nacional da Distribuição de Veículos Automotores - FENABRAVE. Continuando a análise do crescimento das vendas por segmento e conforme o peso na PMC, “Materiais de Construção” foi o segundo setor com crescimento mais expressivo, 2,1% na variação mensal. Esse crescimento é explicado em grande medida pelo aumento de 10,6% das vendas de cimento em outubro, segundo dados do Sindicato Nacional da Indústria de Cimento – SNIC.

A variação interanual do resultado do mês de outubro de 2019 foi de 5,6% no volume de vendas, com as contribuições dadas pelos segmentos “Veículos, motos, partes e peças” e “Materiais de Construção” que cresceram 9,2% e 6,5%, respectivamente. Considerando ainda o peso das atividades na PMC, destaca-se, também, o segmento “Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios e bebidas”, que apresentou alta de 2,6%, explicada pelo aumento do consumo das atividades de “Serviços prestados às famílias” que cresceu 2,5%, segundo a PMS para esse mesmo período comparativo. Já o segmento “Materiais de Construção”, segundo dados da Associação Brasileira da Indústria de Materiais de Construção – ABRAMAT, teve crescimento ocasionado pela alta do consumo de cimento, após quatro anos consecutivos de queda nesse comparativo interanual; e pelo aumento do faturamento do setor de acabamentos internos em 2,8%.

No acumulado do ano até outubro de 2019, o varejo ampliado cresceu 3,8% e novamente o segmento “Veículos, motos, partes e peças” foi o principal responsável pela alta, ao acumular vendas de 2,282 milhões de veículos neste período, conforme dados de vendas da FENABRAVE, subindo 8,7%, quando comparado com o mesmo período de 2018. A alta das vendas de veículos novos, somada à melhora nas vendas de partes e peças automotivas, contribuiu para o crescimento de 10,5% na PMC. O segmento “Materiais de Construção” cresceu 4,2%, devido às vendas de 45,78 milhões de toneladas de cimento, 3,6% maior que o ano anterior, segundo o SNIC.

O volume de vendas no acumulado de 12 meses até outubro cresceu 3,8% e apresenta estabilidade no ritmo de crescimento para os dois últimos meses de 2019. Essas perspectivas se mantêm positivas, face à melhora na confiança do consumidor e ao maior dinamismo do mercado

de trabalho. Soma-se a esse quadro conjuntural, a liberação de saque do FGTS que teve limite alterado de R\$ 500,00 reais para R\$ 998 reais, favorecendo 10 milhões de trabalhadores e com estimativa de injeção de R\$ 2,5 bilhões na economia.

Tabela 4 - Brasil: Variação (%) dos indicadores do volume de vendas do Comércio Varejista, segundo as atividades de divulgação, em outubro de 2019 (Base Fixa 2014 = 100)

Atividades	Mensal			Anual Out.19	Acum. Ano 2019	12 meses	Participação no Varejo Ampliado
	Ago.19	Set.19	Out.19				
Comércio Varejista Ampliado (i, ii e iii)	0,2	1	0,8	5,6	3,8	3,8	100,0
Veículos, motocicletas, partes e peças (i)	-1,5	1,2	2,4	9,2	10,5	10,4	24,2
Material de construção (ii)	-0,3	1,8	2,1	6,5	4,2	3,5	8,9
Comércio Varejista Restrito (iii)	0,3	0,8	0,1	4,2	1,6	1,8	-
Combustíveis e lubrificantes	-3,3	1,2	1,7	2,9	0,8	0,4	8,3
Hiper., super., prod. alim., beb. e fumo	0,5	0,3	-0,1	2,6	0,6	0,9	30,5
Tecidos, vestuário e calçados	-1,9	3,4	0,2	2,5	0,0	0,3	6,2
Móveis e eletrodomésticos	-2,6	6,2	0,9	8,0	1,5	0,8	7,4
Art. farm., méd., orto., perf. e cosm.	-0,1	0,7	1,2	7,3	6,5	6,6	5,2
Livros, jornais, revistas e papelaria	-1,2	-2,1	-1,1	-13,3	-23,6	-24,5	0,6
Equip. e mat. escrit., inform. Comum.	3,9	-1,7	5,3	4,9	-0,1	-0,1	0,9
Outros art. uso pessoal e doméstico	0,2	1,8	0,3	8,3	5,6	6,3	7,8

Fonte: PMC, IBGE

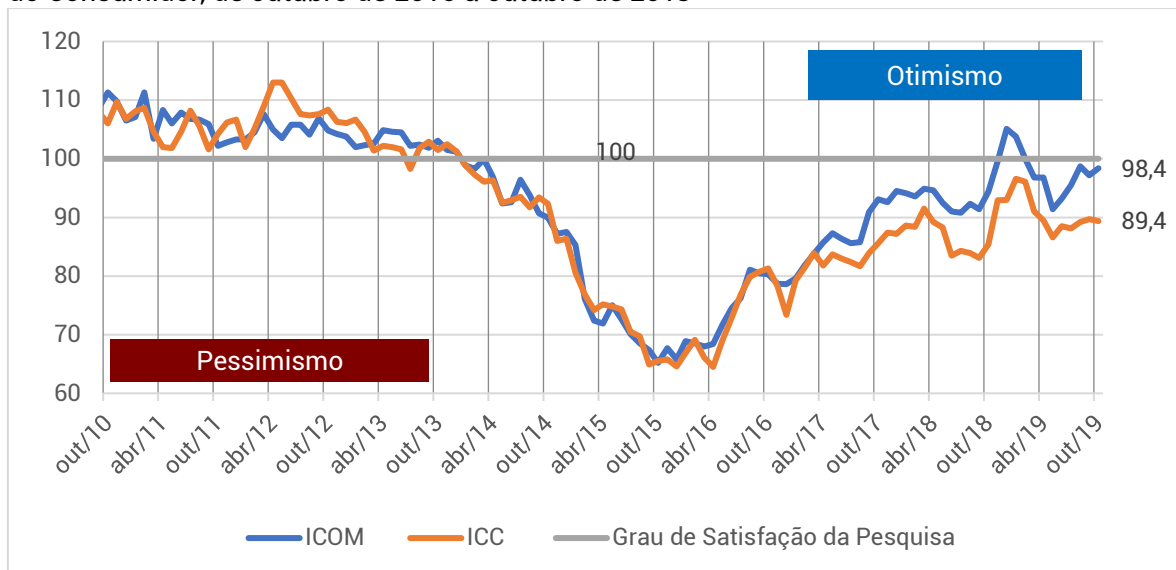
2.2.5.1 Confiança do Empresário do Comércio e Confiança do Consumidor

O Índice de Confiança do Empresário do Varejo Ampliado (ICOM) cresceu 1,2%, em comparação ao mês anterior, segundo estudos da Fundação Getúlio Vargas (FGV)

Conforme aponta a FGV, o ICOM alcançou 98,4 pontos em outubro de 2019, representando uma alta de 1,2%, em comparação ao mês anterior, em razão do subcomponente que avalia a situação atual (3,25%). O subcomponente "situação atual" indica investimento em estoque e aumento de contratações de mão de obra. Em comparação ao mesmo período do ano anterior, o ICOM subiu 4%, mostrando a recuperação da confiança do empresário do comércio que é atribuída à proximidade das festividades do natal.

Por outro lado, o Índice de Confiança do Consumidor (ICC) caiu 0,3% em sua variação mensal e atingiu 89,4 pontos em outubro de 2019. Ainda no campo pessimista, o resultado indica estabilidade. Apesar da queda na variação mensal, o indicador segue em patamar 4,7% superior ao do mesmo período do ano anterior. A manutenção do ICC abaixo dos 100 pontos sugere que o consumidor segue cauteloso em tomar decisões de gasto ou de equilibrar o orçamento familiar.

Gráfico 8 - Brasil: Evolução do Índice de Confiança do Comércio Varejista e do Índice de Confiança do Consumidor, de outubro de 2010 a outubro de 2019



Fonte: ICOM e ICC, FGV

2.2.6 Serviços

O volume do setor de serviços alcançou 90,4 pontos, após crescer 1,2% no mês de setembro de 2019, em comparação ao mês anterior

No Brasil, o volume de serviços cresceu 1,2%, no mês de setembro de 2019, em comparação ao mês anterior, conforme indica a Pesquisa Mensal dos Serviços – PMS. Contribuiu para o crescimento da variação mensal, o segmento de “Transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio” que avançou 1,6% em setembro de 2019, quando comparado ao mês anterior. As outras três atividades que apresentaram variação positiva foram: “serviços profissionais, administrativos e complementares”, que cresceu 1,8%, “serviços prestados às famílias” com alta de 0,8% e “outros serviços” que subiu 0,5%.

Na comparação entre setembro de 2019 e igual período do ano anterior, houve avanço de 1,4% no volume do setor de Serviços, com alta em três das cinco atividades de divulgação, sendo a principal o segmento de “Serviços de informação e comunicação” que subiu 2,2% e teve o maior peso no resultado desse comparativo. Esse segmento foi alavancado pelo bom desempenho das receitas das empresas de portais e provedores de conteúdo e ferramentas de busca na internet, além de serviços de desenvolvimento e licenciamento de programas de computador customizáveis.

No acumulado do ano de janeiro a setembro de 2019 e igual período de 2018, o setor de serviços cresceu 0,6% com expansão de três das cinco atividades pesquisadas pela PMS, e em 51,8% dos 166 tipos de serviços investigados. O maior impacto positivo nesse comparativo deve-se ao segmento “Serviços de informação e comunicação” que subiu 2,9%, impulsionado pelas atividades de desenvolvimento e licenciamento de programas de computador.

Analisando a variação do acumulado dos últimos 12 meses até setembro de 2019, o volume de serviços, ao passar de 0,6% em agosto para 0,7% em setembro, indicou leve ganho de dinamismo econômico. Nesse comparativo, pela ordem do peso de maior influência no cálculo da PMS, o segmento de “Transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio” caiu 2% e foi o segmento que exerceu a maior pressão negativa sobre esse comparativo. Por outro lado, está o segmento de “Serviços de comunicação e informática” que subiu 2,7% e representa 30,4% do peso no cálculo geral do resultado do volume de serviços nesse comparativo.

O Turismo cresceu 15,34% no volume em setembro de 2019, comparado ao mês anterior, alcançando 93,9 pontos. Na comparação interanual entre setembro de 2019 e igual período do ano anterior, o turismo cresceu 9,6%, alavancado pelo aumento das receitas de empresas de locação de automóveis.

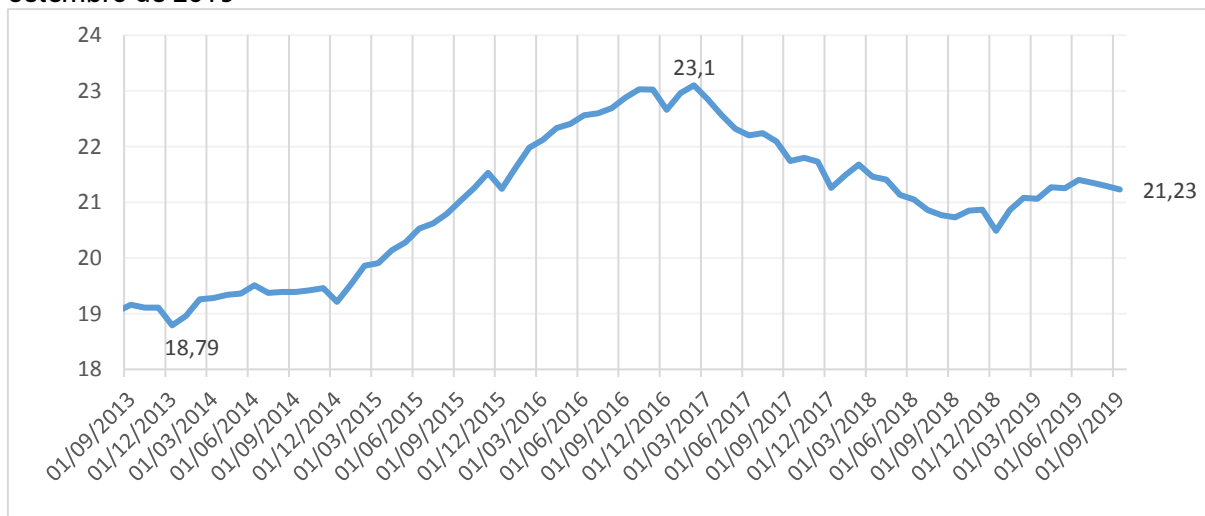
2.2.7 Crédito

O crédito direcionado ao consumo das famílias foi beneficiado pelo crescimento de 11% na concessão de crédito livre para pessoas físicas, no período de janeiro a setembro de 2019

O consumo das famílias foi impulsionado pelo crescimento de 11% na concessão de crédito livre para pessoas físicas, no período de janeiro a setembro de 2019, quando comparado a igual período imediatamente anterior, conforme dados do Banco Central do Brasil (BACEN). Esses dados evidenciam uma melhora no perfil da tomada de crédito com redução do uso de produtos bancários de maior custo por outros de custo menor, o que deverá ter um impacto menor desses custos na renda das famílias e, possivelmente, contribuirá para a melhora na capacidade de consumo.

A queda do custo do crédito e sua evolução podem ser analisadas através do Indicador de Custo de Crédito (ICC), que considera os juros de todas as dívidas não quitadas divididas pelo saldo total dessas mesmas dívidas. Em 2019, observa-se uma redução gradual do custo do crédito, com o indicador caindo 0,17 ponto percentual de junho até setembro, alcançando 21,23 pontos.

Gráfico 9 - Brasil: Variação (%) do Indicador de Custo do Crédito ICC, de setembro de 2013 a setembro de 2019



Fonte: Banco Central do Brasil

O maior volume de concessão de crédito dos últimos sete anos apresentou um volume de R\$ 1,59 bilhão nos primeiros nove meses de 2019. Contribuem para a melhora da tomada de crédito pelas famílias, a lenta redução da taxa de desocupação que foi estimada em 11,8% no trimestre móvel de julho a setembro de 2019 e que era de 12,4% em julho a setembro de 2017, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNADc; e a redução contínua da taxa básica de juros Selic que era de 6,5% em julho deste ano e, atualmente, encontra-se em 4,5%, segundo dados do Banco Central do Brasil.

Apesar da taxa básica de juros que se encontra em sua mínima histórica, as suas contínuas reduções em 2019 ainda não foram repassadas totalmente para todos os produtos do mercado de crédito. Isso resulta em um *spread* bancário, que é a diferença entre o que os bancos

remuneram dos recursos captados e o quanto cobram em juros para a tomada de empréstimos pelos consumidores, o qual, em setembro de 2019, foi de 45 pontos para pessoas físicas, resultado que o situa acima dos 40,7 pontos observados em dezembro de 2018.

Analisando a evolução da série histórica do crédito, medida pelo BCB, desde o seu início em março de 2011, observa-se o avanço do volume de recursos nos usos do cartão de crédito e tomada de crédito pessoal que eram de R\$ 48 bilhões e R\$ 24 bilhões e, em setembro de 2019, alcançaram R\$ 81.732 bilhões e R\$ 34.886 bilhões, respectivamente. Por outro lado, ocorreram recuos na tomada de recursos considerados emergenciais pelo consumidor, como o cheque especial que registrava R\$ 38 bilhões e o cartão rotativo e parcelado que registrava R\$ 24 bilhões, ambos em 2011, para atuais R\$ 31 bilhões e R\$ 21 bilhões, respectivamente, em setembro de 2019.

2.2.8 Financiamento Imobiliário

De janeiro a setembro de 2019, foram concedidos R\$ 54,7 bilhões de crédito para aquisição e construção de imóveis

O financiamento de imóveis com recursos da poupança foi de R\$ 7,59 bilhões em setembro de 2019, o que representa o maior valor mensal desde maio de 2015. Comparado ao mês anterior, houve crescimento de 13,2%. Já no comparativo interanual, a alta foi de 54,5%, segundo dados da Associação Brasileira das Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança (ABECIP). Contribuíram para esse resultado, a redução das taxas de juros do financiamento imobiliário, a contribuição do acirramento da concorrência entre bancos e a melhora da capacidade de pagamento das famílias.

De janeiro a setembro de 2019, foram concedidos R\$ 54,7 bilhões de crédito para aquisição e construção de imóveis, valor foi 34,1% maior, quando comparado ao mesmo período do ano anterior. Em setembro, foram financiados 27,2 mil imóveis, quantitativo 3% maior que o registrado no mês anterior e 31,5% maior no comparativo interanual.

O setor de construção de imóveis lançou 56.069 unidades no acumulado do ano até agosto de 2019, cresceu 9,9%, quando comparado ao mesmo período em 2018. Somente em agosto, foram lançadas, em todo o país, 7.683 unidades, segundo dados da Associação Brasileira de Incorporadoras Imobiliárias - ABRAINC.

Esses valores reforçam o reaquecimento das vendas e o lançamento de novas unidades. Segundo o Banco Central, apenas em julho de 2019, foram tomados R\$ 639,277 bilhões para financiamento de imóveis residenciais, um crescimento de 0,39% na variação mensal e 4,41%, quando comparado ao mesmo mês no ano anterior.

Considerando a composição da carteira de crédito do SFN, o bom momento do setor imobiliário o mantém como o segmento com maior saldo de participação, no total do Sistema Financeiro Nacional (SFN), com 18,6% de participação em setembro de 2019.

2.3 Comércio Exterior e Balanço de Pagamentos

2.3.1 Balanço de Pagamentos

Investimentos estrangeiros diretos continuaram a compensar o déficit das transações correntes no acumulado do ano

O Brasil registrou déficit corrente de US\$ 45,7 bilhões, no acumulado de janeiro a outubro de 2019, um aumento de US\$ 13,3 bilhões, comparado ao mesmo período do ano passado. Esse resultado decorreu principalmente da diminuição no saldo da Balança Comercial de Bens, que foi 33% menor que no mesmo período de 2018, devido, sobretudo, à queda na venda de bens de capital.

Tabela 5 - Brasil: Balanço de pagamentos 2018 e 2019* (US\$ bilhões)

Discriminação	2017	2018	Acumulado do ano 2018*	2019*	Var. % 19*/18*
TRANSAÇÕES CORRENTES	-15,0	-41,5	-32,4	-45,7	41,0%
Balança Comercial (Bens e Serviços)	26,0	17,3	14,1	-0,5	-96,5%
Balança Comercial – Bens	64,0	53,0	43,5	29,1	-33,0%
Balança Comercial – Serviços	-37,9	-35,7	-29,4	-29,6	0,8%
Renda Primária	-43,2	-58,8	-46,2	-46,4	0,5%
Renda Secundária	2,1	0,0	-0,3	1,3	371,6%
CONTA CAPITAL + FINANCEIRA	-9,5	-42,0	-33,8	-48,1	42,2%
Conta Capital	0,4	0,4	0,4	0,3	-17,6%
Conta Financeira	-9,9	-42,4	-34,2	-48,4	41,5%
Investimento Direto (IDE-IDP)	-95,1	-152,3	-62,8	-43,4	-31,0%
Investimento Direto no Exterior	21,3	2,0	-2,0	18,8	828,7%
Investimento Direto no País	68,9	78,2	60,8	62,1	2,2%
Investimento em Carteira	17,7	6,9	-0,5	18,9	3457,1%
Outros Investimentos	14,1	21,2	15,4	-12,0	-22,1%
TRANSAÇÕES CORRENTES (% PIB)	0,7%	2,2%	2,1%	3,0%	44,9%
RESERVAS INTERNACIONAIS	374,0	374,7	380,3	369,8	-2,7%

Fonte: Banco Central do Brasil; *janeiro a outubro

- O saldo das contas Capital e Financeira atingiu déficit de US\$ 48,1 bilhões, uma diferença de -14,3 bilhões, em comparação com 2018. Fato esse que se deveu, sobretudo, aos resultados das rubricas de Investimento Direto no Exterior, Investimento em Carteira e Outros Investimentos;
- Os Investimentos Diretos no Exterior aumentaram em 20,8 bilhões, entre janeiro e outubro de 2019, em comparação com o ano passado. O aumento da participação do capital de residentes brasileiros em empresas estrangeiras (+US\$ 24,5 bi) foi o que mais contribuiu para o resultado;
- Os maiores saldos nas aquisições (de residentes) de ativos em carteira, ações, fundos de investimentos e títulos de dívida, além de uma retirada maior de investimentos estrangeiros, contribuíram para o resultado de US\$ 18,9 bilhões na conta Investimento em Carteira no acumulado do ano⁹. Por outro lado, o resultado negativo na conta Outros Investimentos foi impactado, principalmente, pelo menor valor de saída de empréstimos estrangeiros no país;
- Os Investimentos Diretos no País (IDP) registraram um pequeno aumento de 2,2% no acumulado de 2019, atingindo um total de US\$ 62,1 bilhões, indicando que o país está atraindo capital estrangeiro para investimentos produtivos e participações no capital de empresas brasileiras. Com isso, a necessidade de financiamento externo (NFE), que é calculada através da diferença entre o déficit da conta corrente e o IDP, assinalou um total de US\$ 16,4 bilhões, indicando que há entrada de capital externo suficiente para compensar o déficit em conta corrente.

Segundo o Boletim Focus (06/12/2019), divulgado pelo Banco Central, o mercado espera que, em 2019, o déficit corrente seja de US\$ 45 bilhões, resultado que vem apresentando piora nas revisões das últimas semanas. Os Investimentos Diretos no País, por sua vez, devem encerrar o ano em US\$ 75 bilhões, patamar inferior ao de 2018 (US\$ 78 bilhões).

⁹ Sobre a saída de capitais, consultar o Boletim de Conjuntura Econômica do 3º trimestre de 2019. Disponível em: <http://imesc.ma.gov.br/portal/Post/view/boletim-conjuntura/317>

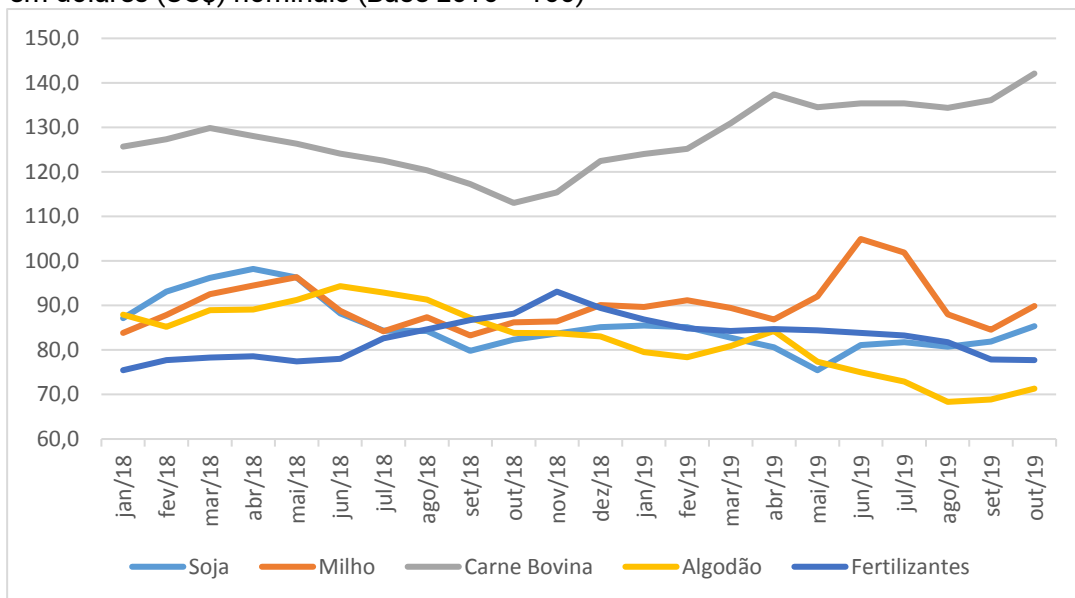
2.3.2 Commodities

Cotação de commodities: carne bovina teve a maior apreciação, de janeiro a outubro de 2019, enquanto o algodão foi o que mais se depreciou no período

A cotação da carne bovina no mercado internacional variou 14,5%, entre os meses de janeiro e outubro de 2019. Essa variação foi consequência, principalmente, do aumento de demanda da China. O surto de peste suína nesse país atingiu fortemente a produção de carne de porco, fazendo com que fosse necessário importar não somente carne suína, mas também bovina, para suprir a enorme demanda da população, aumentando o seu preço no mercado internacional.

O algodão, por sua vez, se desvalorizou 10,3%, entre janeiro e outubro de 2019. Estoques mais altos nos EUA e o prolongamento da disputa comercial com a China afetou para baixo o preço desse produto. Vale lembrar que esse é um dos que sofreram tarifas adicionais por parte da China como retaliação aos EUA.

Gráfico 10 - Índice de Laspeyers para a cotação internacional da soja, milho, carne bovina, algodão e fertilizantes de janeiro de 2018 a outubro de 2019, baseado no preço em dólares (US\$) nominais (Base 2010 = 100)

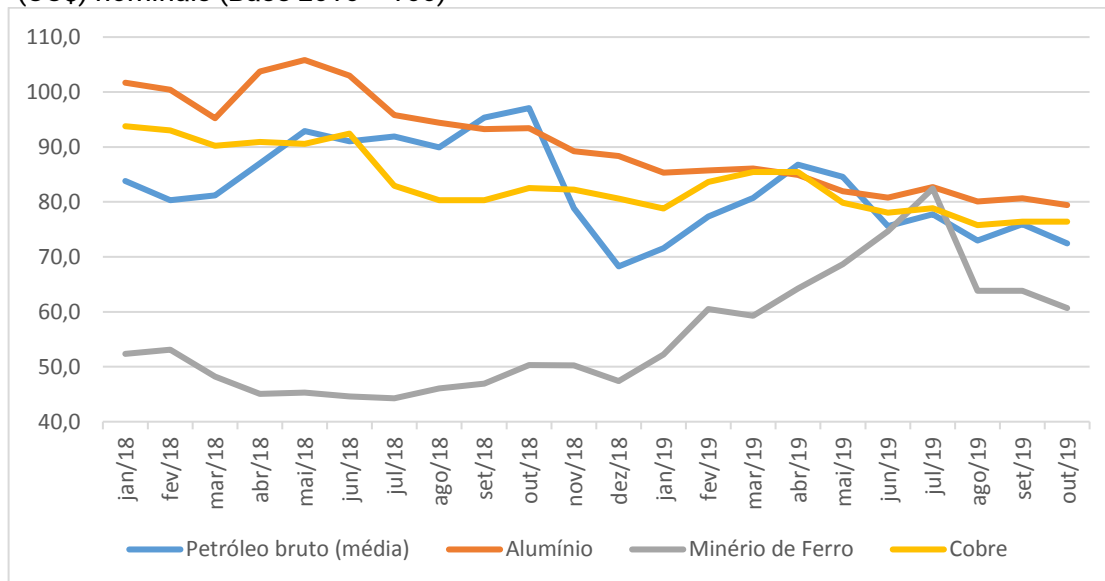


Fonte: Banco Mundial

A cotação do minério de ferro teve alta de 16,2%, entre janeiro e outubro de 2019, no mercado internacional, causada, principalmente, pela paralização parcial na produção da Vale, após o desastre em Brumadinho (MG) e pelos impactos do ciclone Verônica na produção australiana. Entretanto, a partir do mês de agosto, o minério passou a apresentar queda nos preços, uma vez que a mineradora Vale está autorizada a voltar a operar em algumas áreas¹⁰. De modo geral, o baixo nível de atividade no cenário internacional tem feito com que os preços das commodities minerais estejam com perspectivas para baixo.

¹⁰ Disponível em: <https://exame.abril.com.br/negocios/vale-obtem-aval-para-retomar-operacao-de-mina-em-mariana/>

Gráfico 11 - Índice de Laspeyers para a cotação internacional do petróleo, alumínio, minério de ferro e cobre, de janeiro de 2018 a julho de 2019, baseado no preço em dólares (US\$) nominais (Base 2010 = 100)



Fonte: Banco Mundial

2.3.3 Balança Comercial

Saldo da Balança Comercial brasileira alcançou US\$ 34,9 bilhões, no acumulado de janeiro a outubro de 2019

Na Balança Comercial brasileira, foi registrado saldo de US\$ 34,9 bilhões, no acumulado de janeiro a outubro de 2019, valor 26,5% menor que o registrado no mesmo período do ano passado. A categoria de Bens de Capital (-21,4%) foi a que apresentou a maior redução nas exportações brasileiras, decorrente, especialmente, da queda nas exportações de aviões, que variou -24,9% em valor e -28,8% em quantidade.

Tabela 6 - Brasil: Balança Comercial e Corrente Comercial de 2015 a 2019*, valores em US\$ milhões e variação em (%)

Anos	(A) Exportação (US\$ mi)	Exportação (Var %)	(B) Importação (US\$ mi)	Importação (Var %)	(A+B) Saldo (US\$ mi)	Saldo (Var %)	(A-B) Corrente Comercial (US\$ mi)
2015	190.971	-15,1	-171.459	-25,2	19.512	-569,8	362.430
2016	185.232	-3,0	-137.586	-19,8	47.683	144,4	322.787
2017	217.739	17,5	-150.749	9,6	66.990	40,5	368.489
2018	239.889	10,2	-181.231	20,2	58.659	-12,4	421.120
2018*	198.980	-	-151.452	-	47.528	-	350.431
2019*	185.536	-6,8	-150.615	-0,6	34.921	-26,5	336.150

Fonte: Ministério da Economia; *acumulado de janeiro a outubro

A categoria de Bens de Consumo (-6,2%) também impactou negativamente as exportações, devido, sobretudo, à queda nas exportações de automóveis, já que o principal mercado consumidor desses produtos brasileiros, a Argentina, enfrenta uma grave crise econômica. Em termos de participação, os principais produtos vendidos pelo Brasil, no acumulado de janeiro a outubro de 2019, foram: soja (12,2%), óleos brutos do petróleo (10,2%) e minérios de ferro (9,0%).

Nessa mesma base de comparação, as importações registraram pequena queda de 0,6%, permanecendo relativamente estáveis. As categorias Bens de Capital e Bens de Consumo

apresentaram quedas de 5,6% e 6,3%, respectivamente, porém foram compensadas parcialmente pelo aumento dos Bens Intermediários (+3,1), que possuem o maior peso nas importações brasileiras. Destaca-se que a pauta de importação é bem mais diversificada que a de exportação. Os principais produtos importados em 2019 foram: óleo diesel (3,8%), plataformas de perfuração ou exploração (2,6%) e óleos brutos de petróleo (2,5%).

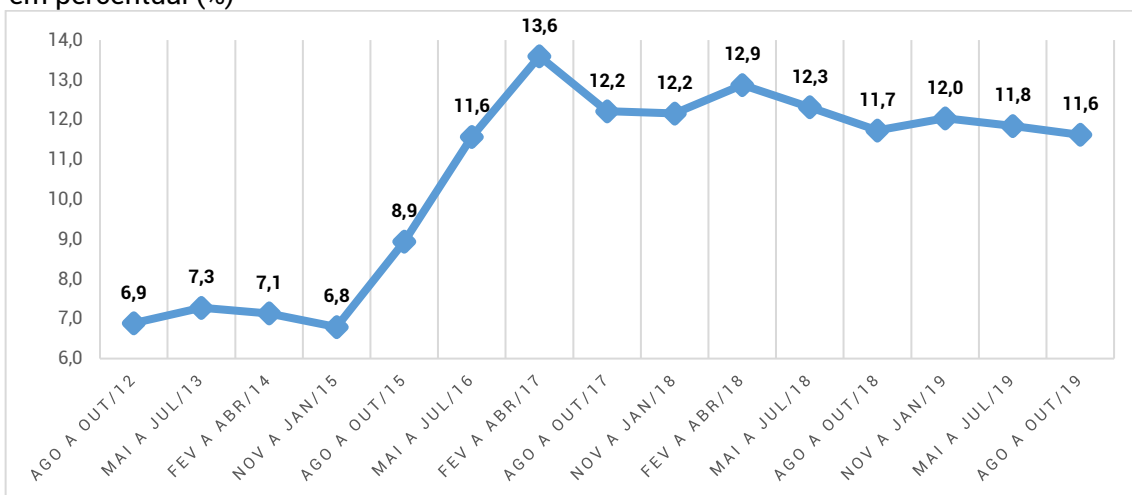
2.4 Mercado de Trabalho

2.4.1 Ocupação

Taxa de desocupação declina para 11,6% no trimestre móvel encerrado em outubro, atingindo 12,4 milhões de pessoas

O maior número de oportunidades de trabalho disponíveis, refletido pelo aumento de 1,4 milhão de ocupados no comparativo interanual, contribuiu para a redução da taxa de desocupação, que ficou em 11,6%, entre os meses de agosto e outubro de 2019, abrangendo um total de 12,4 milhões de pessoas desocupadas no país, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNADc.

Gráfico 12 - Brasil: Taxa de desocupação das pessoas na força de trabalho, de 2012 a 2019, em percentual (%)



Fonte: PNAD Contínua Mensal/IBGE; trimestre móvel: agosto, setembro e outubro de 2019

Outro aspecto positivo foi a taxa de subutilização da força de trabalho¹¹, que assinalou queda de 0,8 p.p., em relação ao trimestre móvel anterior, passando de 24,6% para 23,8%, o que representa quase um milhão de pessoas a menos. Essa queda está associada a um maior número de pessoas trabalhando mais horas, o contingente de subocupados diminuiu 4,5%, em relação ao trimestre anterior, uma redução de 332 mil pessoas. Seguindo a mesma trajetória, o número de desalentados caiu 4,5%, em relação ao trimestre anterior, 217 mil pessoas a menos.

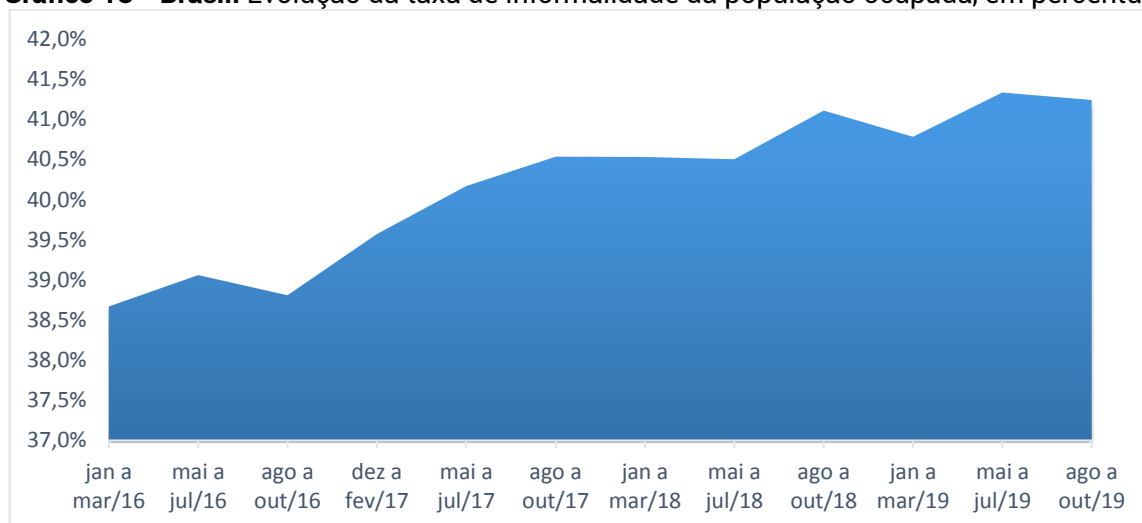
Taxa de informalidade no mercado de trabalho registra 41,2%, em decorrência da alta no emprego sem carteira assinada e do trabalho por conta própria

A população ocupada no país somou 94,1 milhões, o que significa um avanço de 1,6%, em relação ao mesmo período do ano anterior. Portanto, apesar do desemprego ainda alto, os dados

¹¹ De acordo com o IBGE, é considerado subutilizado todo aquele que: a) está desempregado; b) trabalha menos do que poderia; c) não procurou emprego, mas estava disponível para trabalhar; ou d) procurou emprego, mas não estava disponível para a vaga.

do IBGE mostram que o mercado de trabalho prossegue em trajetória de recuperação gradual, ainda que impulsionada pela informalidade, a qual, em 2019, atingiu nível recorde.

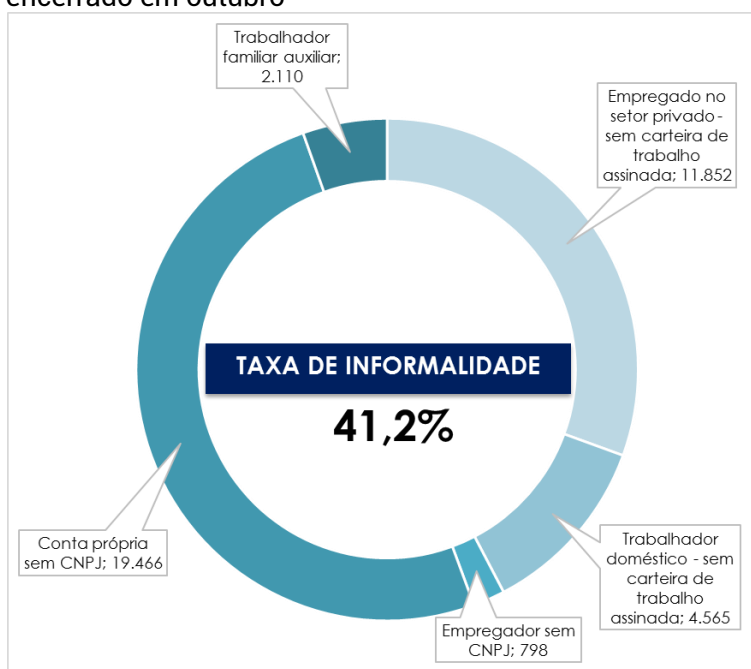
Gráfico 13 - Brasil: Evolução da taxa de informalidade da população ocupada, em percentual



Fonte: PNAD Contínua Mensal/IBGE; trimestre móvel: agosto, setembro e outubro de 2019

A taxa de informalidade no mercado de trabalho alcançou 41,2%, reunindo um contingente de 38,8 milhões de pessoas. Esse resultado deveu-se a dois recordes históricos. O primeiro refere-se ao número de empregados sem carteira assinada no setor privado que chegou a 11,9 milhões de pessoas, o que representa alta de 2,4%, frente ao mesmo período de 2018. O segundo recorde apontado na pesquisa está associado à quantidade de trabalhadores por conta própria, que chegou a 24,4 milhões de pessoas, traduzida em um avanço de 3,9%, em relação ao mesmo trimestre do ano passado.

Gráfico 14 - Brasil: Número de ocupados por posições na ocupação (em mil pessoas) – categorias de empregos informais e taxa de informalidade (%), no trimestre móvel encerrado em outubro

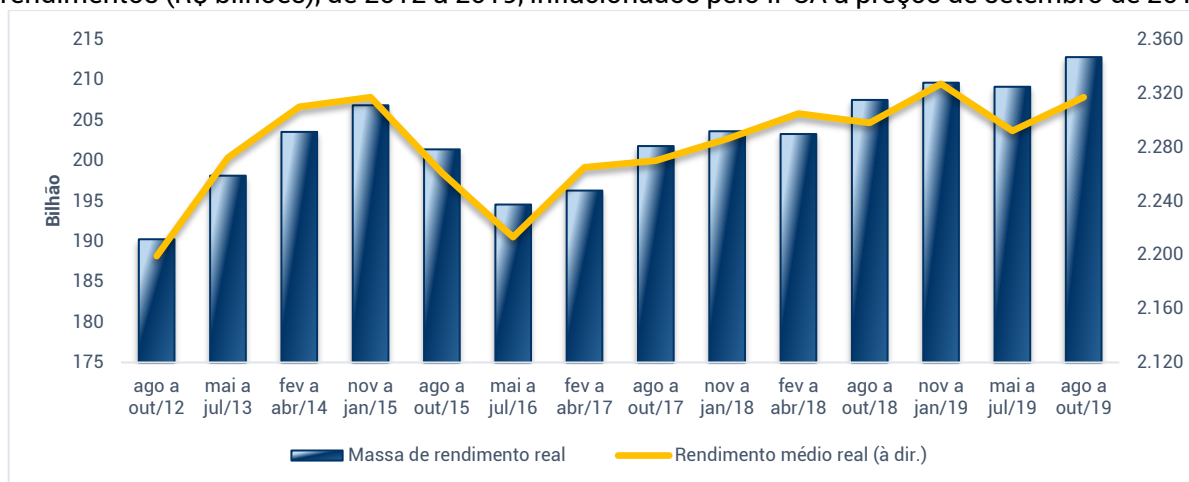


Fonte: PNAD Contínua Mensal/IBGE; trimestre móvel: agosto, setembro e outubro de 2019

Rendimento médio fica estável, enquanto massa de rendimento real cresce 1,8%

O rendimento médio real auferido pelas pessoas ocupadas foi de R\$ 2.320, no trimestre de agosto a outubro de 2019, registrando estabilidade, frente ao trimestre de maio a julho de 2019 e, também, na comparação interanual.

Gráfico 15 - Brasil: Rendimento médio real (R\$) de todos os trabalhos e massa real de rendimentos (R\$ bilhões), de 2012 a 2019, inflacionados pelo IPCA a preços de setembro de 2019



Fonte: PNAD Contínua Mensal/IBGE; trimestre móvel: agosto, setembro e outubro de 2019

A massa de rendimento real recebida pelas pessoas ocupadas no país foi estimada em R\$ 212,8 bilhões. Quando comparada ao trimestre móvel anterior, cresceu 1,8%, ou seja, mais de R\$ 3,7 bilhões. O aumento significativo pode ser explicado por fatores como o aumento da população ocupada e a diminuição do número de pessoas subocupadas por insuficiência de horas. Ressalta-se que o aumento da massa de rendimentos é um dos fatores que, juntamente com a queda dos juros e a expansão da concessão crédito, tem contribuído para o aumento do consumo das famílias – importante componente de sustentação do crescimento do PIB pela ótica da despesa.

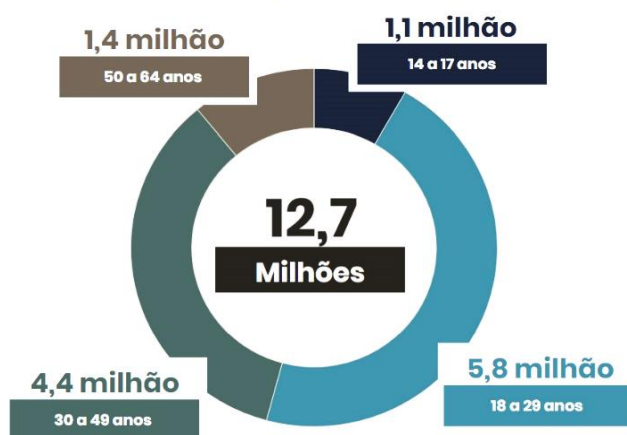
BOX 3: Desocupação entre jovens

Historicamente, a desocupação sempre foi elevada entre os mais jovens. Quando considerada a relação entre a força de trabalho e o número de pessoas desocupadas – taxa de desocupação – nessa faixa etária, o percentual chegou a 20,8%, atingindo um total de 5,8 milhões de jovens. No Nordeste, o desemprego, nessa parcela da população, alcançou 25%, patamar próximo ao registrado no Maranhão (24,9%).

Taxa de desocupação entre jovens

2º Trimestre 2019	Taxa de desocupação	Taxa de desocupação – 18 a 29 anos
Brasil	12,0%	20,8%
Nordeste	14,6%	25,0%
Maranhão	14,6%	24,9%
São Luís	17,6%	32,4%

Total de desocupados por faixa etária



Porcentagem do total de desocupados dentro de cada faixa etária



Fonte: Pnad

Diante deste quadro, o Governo Federal anunciou o **Programa Verde Amarelo**, com o objetivo de gerar 1,8 milhão de empregos para jovens de 18 a 29 até 2022. Dentre as principais medidas, destacam-se: i) redução de 30% a 34% dos custos para o empregador; ii) flexibilização do trabalho aos domingos; iii) incentivo ao microcrédito; e iv) previsão de mudanças jurídicas relacionadas a processos trabalhistas. A Medida Provisória nº 905/19 já está em vigor, mas depende do aval do Congresso Nacional para se manter válida.

2.4.2 Emprego Formal

No acumulado até novembro, todos os setores de atividade apresentaram saldo positivo

Segundo os dados do CAGED, o Brasil registrou saldo de 99,2 mil postos de emprego com carteira assinada, em novembro de 2019. O saldo atual configura o oitavo mês consecutivo de geração de empregos e o melhor resultado para o mês desde 2010 (+138,2 mil).

No tocante ao acumulado de janeiro a novembro, foi registrado saldo de 948,3 mil novos empregos. O país gerou 64 mil postos de trabalho a mais, quando comparado ao mesmo período de 2018 (+884,3 mil). Considerando a abertura setorial, sobressaiu-se o setor de Serviços (+495,6 mil), acompanhado pela Indústria de Transformação (+123,9 mil) e pelo Comércio (+123,6 mil).

Tabela 7 - Brasil: Saldo de emprego formal por subsetor de atividade econômica, em 2018 e 2019*, saldo mensal; Variação Absoluta

Subsetores de Atividade	Acumulado		Novembro		Variação Absoluta (b-a)
	2018 (a)	2019 (b)	2018	2019	
Total	884.299	948.344	58.664	99.232	64.045
Extrativa Mineral	2.533	6.432	-744	-290	3.899
Indústria de Transformação	122.703	123.931	-24.287	-24.815	1.228
SIUP ¹	9.731	6.512	-543	419	-3.219
Construção Civil	70.795	117.218	-13.854	-7.390	46.423
Comércio	85.230	123.621	88.587	106.834	38.391
Serviços	526.387	495.577	34.319	44.287	-30.810
Administração Pública	12.849	16.220	-1.122	-652	3.371
Agropecuária	54.071	58.833	-23.692	-19.161	4.762

Fonte: CAGED – Secretaria Especial de Previdência e Trabalho (ME); * Acumulado de janeiro a novembro, com ajustes até outubro; ¹S.I.U.P – Serviços Industriais de Utilidade Pública

- Em âmbito regional, todas as regiões apresentaram geração de vagas, no acumulado de janeiro a novembro de 2019, com destaque para as regiões Sudeste (+472 mil) e Sul (+208 mil);
- No Nordeste, Bahia (+42,0 mil), Maranhão (+15,3 mil) e Pernambuco (+15,1 mil) foram os estados que mais geraram empregos com carteira assinada, fazendo com que a região atingisse 112,1 mil novos empregos no ano.

2.5 Finanças Públicas

O resultado primário do Governo Central apresentou déficit de R\$ 63,8 bilhões no acumulado de 2019, o que representa uma melhora de 14,9% no comparativo interanual

Em outubro de 2019, o resultado primário do Governo Central, composto por Tesouro Nacional, Banco Central e Previdência Social, foi superavitário em R\$ 8,7 bilhões, frente ao superávit de R\$ 9,5 bilhões observado em outubro de 2018. A decomposição desse resultado evidencia que o Tesouro Nacional e o Banco Central exibiram superávit de R\$ 23,3 bilhões, enquanto a Previdência Social (RGPS) apresentou déficit de R\$ 14,6 bilhões.

Tabela 8 - Brasil: Resultado primário do Governo Central, em outubro de 2019, acumulado de janeiro a outubro de 2019, em R\$ milhões constantes de outubro de 2019, corrigidos pelo IPCA e taxa de crescimento real (%)

Descrição	2018	Outubro			Acumulado (janeiro – outubro)		
		2019	Cresc. Real 18/19 (%)	Var. Abs.	2019	Cresc. Real 18/19 (%)	Var. Abs.
I. Receita Total	1.545.618	134.799	-0,4	-566	1.283.393	1,1	13.756
II. Transf. por repartição de rec.	267.358	18.178	3,1	549	223.434	4,8	10.245
III. Receita Líquida (I-II)	1.278.260	116.620	-0,9	-1.115	1.059.959	0,3	3.511
IV. Despesa Total	1.406.670	107.947	0,0	-39	1.123.791	-1,0	-11.831
V. Fundo Soberano do Brasil	4.217	0	-	0	0	-100,0	-4.217
VI. Primário Governo Central	-124.193	8.673	-11,0	-1.076	-63.832	-14,8	11.125
VII. Resultado Primário/PIB	-1,75	1,41	-	-	-1,08	-	-
Resultado Previdência Social (RGPS)	-203.180	-14.635	8,0	-1.079	-180.971	3,1	-5.377

Fonte: STN

Com o resultado de outubro, o déficit primário do Governo Central, no acumulado de 2019, chegou a R\$ 63,8 bilhões, ante déficit de R\$ 74,9 bilhões no mesmo período de 2018, o que representa uma melhoria de 14,8%, em termos reais, sendo esse o melhor resultado acumulado para os dez primeiros meses do ano, desde 2016.

Esse resultado é composto por um superávit de R\$ 117,1 bilhões do Tesouro Nacional e do Banco Central e por um déficit de R\$ 181,0 bilhões na Previdência Social (RGPS). A redução real do déficit primário do Governo Central, no acumulado até outubro de 2019, ante o mesmo período do ano passado, decorreu, principalmente, da diminuição das despesas discricionárias, cujo resultado foi R\$ 16,7 bilhões inferior ao do mesmo período de 2018, e do aumento real das receitas líquidas de R\$ 3,5 bilhões.

A análise desagregada da Receita Total, no acumulado até outubro, evidencia que o incremento de R\$ 3,5 bilhões no comparativo interanual deveu-se, sobretudo, ao aumento:

- da Arrecadação Líquida para o RGPS (+2,9%), explicada, em parte, por mudanças ocorridas, a partir da Lei nº 13.670/2018 que, dentre outras medidas, revogou a desoneração da folha de pagamentos para vários setores econômicos¹². Além dessa mudança, também ocorreram recolhimentos extraordinários de cerca de R\$ 1,5 bilhão nos meses de junho e outubro que influenciaram o resultado do acumulado do ano;
- das Receitas Administradas pela Receita Federal do Brasil – RFB (+0,6%) impulsionadas, sobretudo, pelo aumento da arrecadação do Imposto sobre a Renda (+6,3%), refletindo o crescimento do trabalho assalariado e da aposentadoria dos setores público e privado; e da rubrica Outras Receitas Administradas pela RFB (+45,5%), cujo aumento foi influenciado pela reclassificação do resíduo de estoques de parcelamentos especiais ocorrida em maio de 2018. Cabe destacar que o estoque de tributos reclassificados nessa ocasião totalizou R\$ 7 bilhões.

Tabela 9 - Brasil: Receita Total desagregada em 2018, em outubro de 2019 e no acumulado de janeiro a outubro de 2019, em R\$ milhões constantes de outubro de 2019, corrigidos pelo IPCA, taxa de crescimento real (%) e Variação Absoluta

Descrição	2018	Outubro			Acumulado (janeiro – outubro)		
		2019	Cresc. Real 19/18 (%)	Var. Abs. (19-18)	2019	Cresc. Real (%)	Var. Abs. (19-18)
I. Receita Total	1.545.618	134.799	-0,4	-566	1.283.393	1,1	13.756
Receita Administrada pela RFB, exceto RGPS	943.083	80.583	-0,7	-601	791.712	0,6	4.657
Imposto de Importação	42.332	4.236	4,8	192	36.341	1,1	392
IPI	57.716	4.444	-10,1	-500	43.850	-8,2	-3.928
Imposto sobre a Renda	378.230	33.896	11,6	3.514	331.204	6,3	19.733
IOF	38.290	3.326	7,3	226	33.376	5,8	1.840
COFINS	261.782	20.043	-13,1	-3.028	198.344	-8,2	-17.654
PIS/PASEP	68.856	5.301	-7,9	-456	54.230	-4,8	-2.708
CSLL	81.982	8.948	19,7	1.473	73.540	3,5	2.467
CPMF	0	0	-	0	0	-	0
CIDE Combustíveis	4.142	244	3,1	7	2.342	-35,1	-1.268
Outras Adm. pela RFB	9.753	144	-93,4	-2.030	18.487	45,5	5.783
Incentivos Fiscais	-15	0	-	0	-48	279,9	-35
Arrecad. Líq. para o RGPS	406.932	33.947	3,3	1.096	328.542	2,9	9.310
Receitas não adm. pela RFB	195.617	20.268	-5,0	-1.061	163.186	-0,1	-176
II. Transf. por repartição de rec.TIÇÃO	267.358	18.178	3,1	549	223.434	4,8	10.245
III. Receita Líquida (I-II)	1.278.260	116.620	-0,9	-1.115	1.059.959	0,3	3.511

¹² Alguns setores excluídos do benefício da desoneração foram os de: hotéis, medicamentos, transporte ferroviário de cargas, transporte marítimo, etc. Para maiores informações, ver: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2018/Lei/L13670.htm.

Quanto ao desempenho da Despesa Total, observou-se que a redução de R\$ 11,8 bilhões no comparativo interanual foi influenciada, sobretudo, pela retração de 17,0% nas despesas discricionárias. Na abertura por funções, os componentes dessa rubrica que apresentaram as maiores reduções, em termos absolutos, foram: Educação (-R\$ 3,4 bilhões), Saúde (-R\$ 3,0 bilhões) e Defesa (-R\$ 2,6 bilhões).

Tabela 10 - Brasil: Despesa Total desagregada em 2018, em outubro de 2018 e 2019, acumulado de janeiro a outubro de 2018 e 2019, em R\$ milhões constantes de outubro de 2019, corrigidos pelo IPCA, taxa de crescimento real (%) e Variação Absoluta

Descrição	2018	Outubro			Acumulado (janeiro – outubro)		
		2019	Cresc. Real 18/19 (%)	Var. Abs.	2019	Cresc. Real 18/19 (%)	Var. Abs.
Despesa Total	1.406.670	107.947	0	-39	1.123.791	-1,0	-11.831
Benefícios Previdenciários	610.112	48.582	4,7	2.175	509.513	3,0	14.687
Pessoal e Encargos Sociais	310.207	23.719	2,4	561	252.689	1,1	2.631
Outras Despesas Obrigatórias	209.865	13.528	-8,3	-1.230	165.395	-5,9	-10.454
Desp. do Poder Exec. suj. à Prog. Fin.	276.486	22.118	-6,5	-1.545	196.195	-8,7	-18.696
Obrigatórias com Controle de Fluxo	142.748	12.154	1,3	155	114.547	-1,7	-1.990
Benefícios a servidores públicos	13.703	1.146	-6,5	-80	11.369	-1,7	-202
Bolsa Família	31.605	2.447	-6,1	-160	25.844	-0,8	-219
Saúde	85.649	7.727	6,8	495	69.545	0,1	52
Educação	6.705	541	0,8	4	5.061	-5,4	-291
Demais	5.085	293	-26,2	-104	2.727	-32,8	-1.331
<i>Discricionárias</i>	<i>133.737</i>	<i>9.963</i>	<i>-14,6</i>	<i>-1.700</i>	<i>81.648</i>	<i>-17,0</i>	<i>-16.705</i>
Saúde	30.524	2.256	-0,7	-15	20.899	-12,6	-3.009
Educação	26.033	2.095	-5,2	-116	15.815	-18,0	-3.481
Defesa	15.875	1.368	54,5	483	7.275	-26,1	-2.575
Transporte	11.172	942	-23,0	-282	7.002	-21,2	-1.883
Administração	8.173	852	23,5	162	5.408	-18,7	-1.247
Ciência e Tecnologia	4.418	274	-36,1	-155	2.427	-25,7	-841
Segurança Pública	3.651	258	-28,5	-103	2.560	-11,8	-343
Assistência Social	3.453	238	-15,7	-44	1.948	-29,2	-804
Demais	30.440	1.681	-49,2	-1.631	18.313	-12,1	-2.521

Fonte: STN

Cabe destacar, entretanto, que o resultado do leilão da cessão onerosa, que arrecadou cerca de R\$ 70,0 bilhões, e o recebimento de receitas extraordinárias com a venda de ativos de estatais permitiram a liberação total dos recursos que foram contingenciados, ao longo do ano corrente. Ademais, com o recebimento desses recursos, a perspectiva é a de que o resultado primário do Governo Central em 2019 seja de um déficit de R\$ 95,8 bilhões, segundo projeções da Instituição Fiscal Independente (IFI), valor inferior à meta estipulada na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), correspondente a R\$ 139,0 bilhões.

O resultado primário do setor público consolidado registrou um déficit de R\$ 33,0 bilhões, mas a expectativa é que encerre o ano abaixo da meta estipulada na LDO

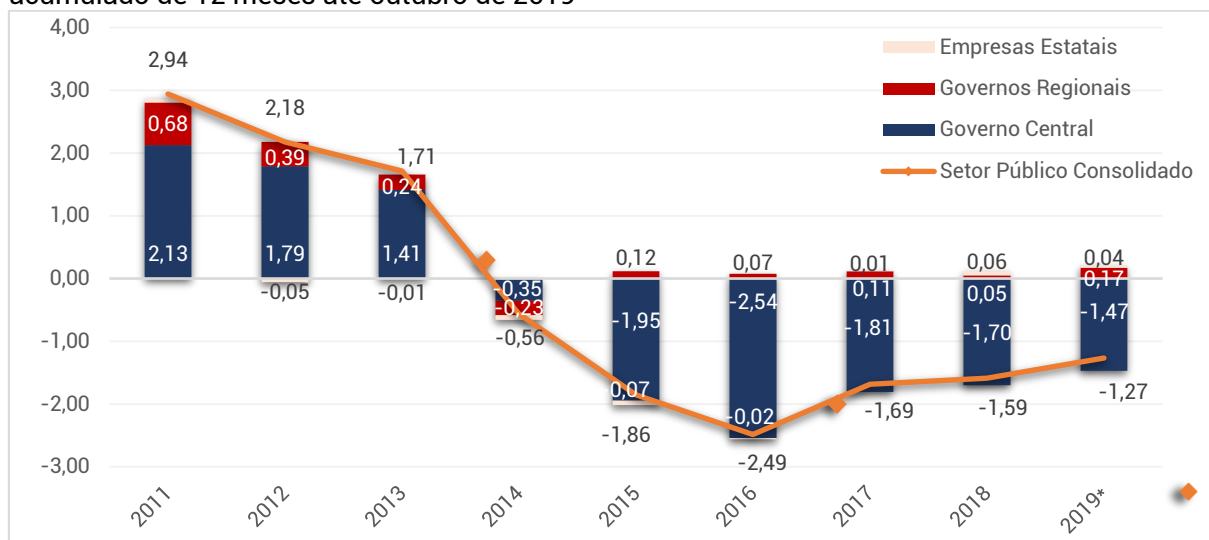
O setor público consolidado (Governo Central, estados, municípios e estatais, com exceção da Petrobras e da Eletrobras), por sua vez, registrou um superávit de R\$ 9,4 bilhões, em

outubro de 2019, o equivalente a 1,54% do PIB. Desse resultado, o Governo Central foi responsável por um superávit de R\$ 8,5 bilhões (1,4% do PIB), enquanto os governos regionais apresentaram déficit de R\$ 215,5 milhões (0,04% do PIB) e as empresas estatais um superávit de R\$ 1,1 bilhão (0,2% do PIB).

No acumulado até outubro de 2019, o resultado primário do setor público consolidado foi deficitário em R\$ 33,0 bilhões (0,56% do PIB), valor inferior ao observado no mesmo período do ano anterior, que foi deficitário em R\$ 51,5 bilhões. Na composição desse resultado, o Governo Central foi responsável por um déficit de R\$ 54,6 bilhões (0,93% do PIB), enquanto os governos regionais e as empresas estatais apresentaram superávits de R\$ 19,4 bilhões (0,33% do PIB) e R\$ 2,1 bilhões (0,04% do PIB), respectivamente.

Já no acumulado de 12 meses até outubro de 2019, o resultado primário do setor público consolidado foi deficitário em R\$ 89,7 bilhões (1,27% do PIB). Na composição desse resultado, o Governo Central foi responsável por um déficit de R\$ 104,4 bilhões (1,47% do PIB), enquanto os governos regionais e as empresas estatais apresentaram superávits de R\$ 12,0 bilhões (0,17% do PIB) e R\$ 2,6 bilhões (0,04% do PIB), respectivamente.

Gráfico 16 - Brasil: Decomposição do resultado do setor público consolidado em % do PIB, no acumulado de 12 meses até outubro de 2019



Fonte: BCB

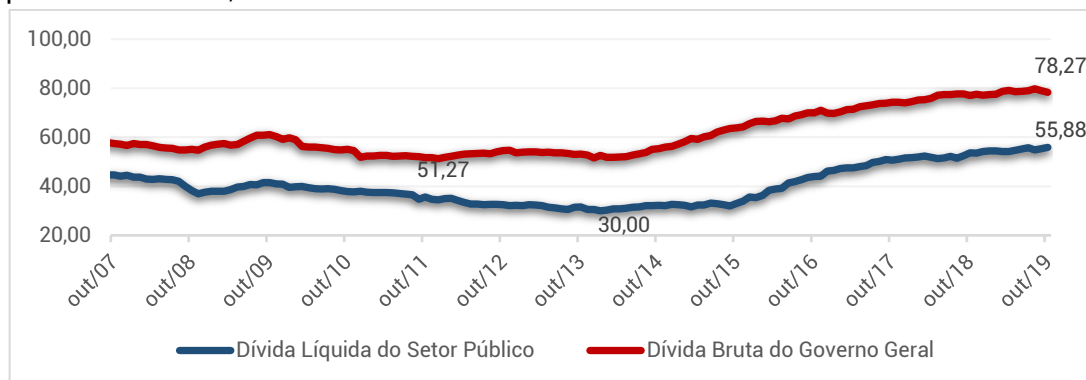
De acordo com a IFI, a expectativa é a de que os governos regionais e as empresas estatais apresentem um superávit de R\$ 9,5 bilhões em 2019, o que contribuirá para que o déficit do setor público consolidado encerre o ano em R\$ 86,3 bilhões, resultado inferior à meta estipulada na LDO, de R\$ 132,0 bilhões.

Em outubro de 2019, a Dívida Bruta do Governo Geral foi correspondente a 78,27% do PIB, representando um aumento de 1,22 p.p. no comparativo interanual

A Dívida Bruta do Governo Geral (DBGG), em outubro de 2019, foi correspondente a 78,27% do PIB (o equivalente a R\$ 5,54 trilhões), representando uma redução de 0,76 p.p., em relação ao mês anterior. Os fatores que contribuíram para essa redução, segundo o Banco Central do Brasil, foram: os resgates líquidos de dívida do governo geral (redução de 0,8 p.p.), a incorporação de juros nominais (aumento de 0,5 p.p.), o crescimento do PIB nominal (redução de 0,3 p.p.) e a valorização cambial do mês (redução de 0,2 p.p.).

No comparativo interanual, a relação DBGG/PIB apresentou um crescimento de 1,2 p.p. Esse resultado foi decorrente da incorporação de juros (aumento de 4,8 p.p.), de resgates líquidos da dívida (redução de 1,1 p.p.) e da variação positiva o PIB nominal (redução de 2,9 p.p.).

Gráfico 17 - Brasil: Dívida Bruta do Governo Geral e Dívida Líquida do Setor Público, em percentual do PIB, de 2007 a outubro de 2019



Fonte: BCB

Já a Dívida Líquida do Setor Público (DLSP), em outubro de 2019, foi correspondente a 55,88% do PIB (R\$ 3,96 trilhões), representando um aumento de 0,54 p.p., em relação ao mês anterior. De acordo com o BCB, esse resultado foi influenciado, principalmente, pela valorização cambial de 3,8% no mês (aumento de 0,7 p.p.), pela incorporação de juros nominais (aumento de 0,3 p.p.), pelo superávit primário (redução de 0,1 p.p.) e pelo crescimento do PIB nominal (aumento de 0,2 p.p.).

No comparativo interanual, a DLSP apresentou um aumento de 1,8 p.p., influenciada pelos seguintes fatores: incorporação de juros nominais (aumento de 4,3 p.p.); déficit acumulado (aumento de 0,5 p.p.); desvalorização cambial (redução de 0,6 p.p.); ajuste de paridade da cesta de moedas que integram a dívida externa líquida (redução de 0,5 p.p.); e crescimento do PIB nominal (redução de 2,0 p.p.), de acordo com o BCB.

Cabe destacar que o panorama atual de baixa inflação e de redução dos juros no cenário mundial tem influenciado a queda na taxa Selic (conforme evidenciado na seção de Inflação), o que contribui para a redução do custo da dívida pública. No entanto, de acordo com projeções realizadas pela Secretaria do Tesouro Nacional, a DBGG deve apresentar uma reversão da trajetória de alta somente em 2023.

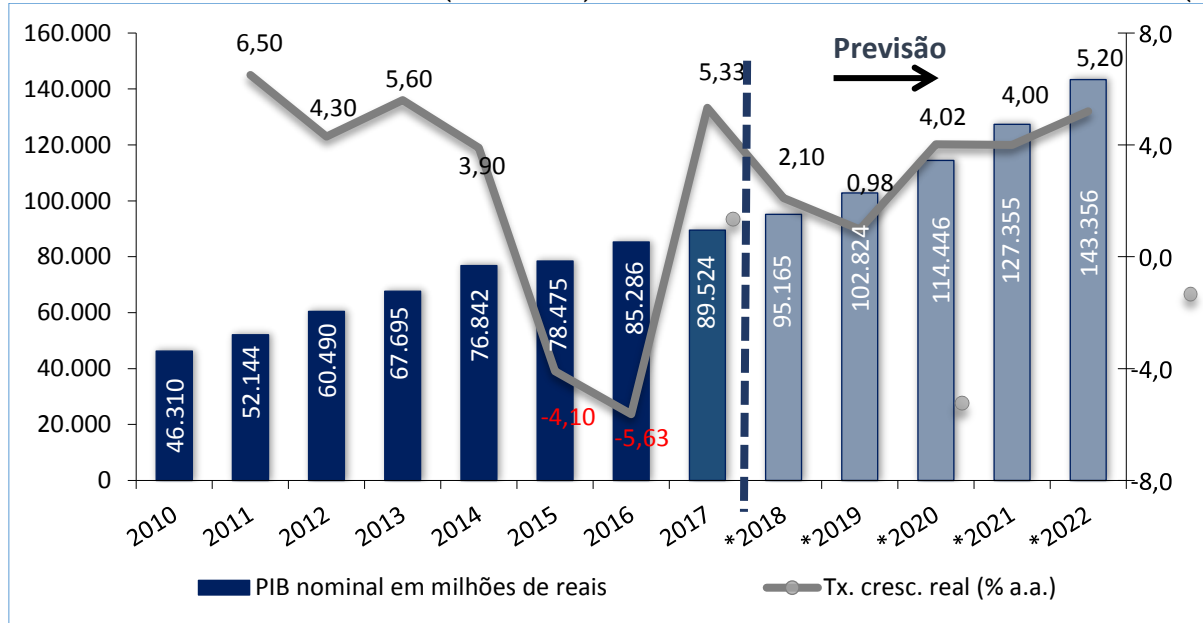
3 ABRANGÊNCIA ESTADUAL

3.1 Nível de Atividades

3.1.1 Produto Interno Bruto

A taxa de crescimento estimada para o PIB do Maranhão em 2019 foi mantida em 0,98%, assim como para os anos posteriores até 2022, tendo em vista que para o intervalo de 2020 a 2022, não foram observadas fortes mudanças nas perspectivas para a economia maranhense, a ponto de afetar significativamente as projeções atuais.

Gráfico 18 - Maranhão: PIB nominal (R\$ milhões) e taxa de crescimento real do PIB – 2010 a 2022 (%)



Fonte: IBGE; IMESC; *Elaboração (estimativas 2018-2019 e projeções 2020-2022)

O resultado de 2017 foi oficialmente divulgado pelo IMESC, em conjunto com o IBGE, no mês de novembro de 2019, e apontou uma significativa recuperação no PIB maranhense (+5,3%). Esse resultado foi explicado, basicamente, pela recuperação do setor agropecuário maranhense, com destaque para a produção de grãos, somado ao bom desempenho do setor Terciário, que foi influenciado por dez das 11 atividades que compõem o setor, com predominância nos segmentos de Comércio e Administração Pública, os quais possuem maior peso e apresentaram crescimento de 6,2% e 3,0%, respectivamente.

É importante ressaltar que as políticas anticíclicas implementadas pelo Governo do Estado nas áreas de saúde, segurança, educação, infraestrutura, entre outras foram também incisivas para o expressivo crescimento do PIB maranhense em 2017.

Agropecuária: o crescimento foi reavaliado para -2,3% em 2019, devido ao desempenho da safra de mandioca

De acordo com a estimativa¹³ de safra do IBGE para o Maranhão referente a outubro, apesar da produção de grãos no estado ter mantido a expectativa positiva para o ano em +11,0%, o crescimento estimado para o Valor Adicionado da Agropecuária no estado foi revisado para -2,3%, ante a -1,1%, conforme divulgado no Boletim de Conjuntura Econômica Maranhense do trimestre anterior.

¹³ Consultar seção referente à produção agrícola.

Vale ressaltar que a produção de mandioca, segundo a metodologia empregada no cálculo das Contas Regionais, faz parte da atividade de "Cultivo de lavouras temporárias não especificadas e serviços relacionados à agricultura", cujo peso na atividade da Agricultura gira em torno de 20,1%. Devido a isso, a queda na produção dessa cultura afeta fortemente o resultado do Valor Adicionado – VA do setor Primário.

Por outro lado, adianta-se que a expectativa para a safra vindoura é de crescimento na produção de grãos em 6,0%, segundo o prognóstico de safra para 2020. O grande destaque vai para a soja, com a expectativa de superar 3 milhões de toneladas (+11,0%), o que pode dar um novo impulso ao desempenho do setor agropecuário maranhense.

Indústria: o crescimento para 2019 foi mantido em 1,2%, com perspectivas de recuperação

De acordo com as reavaliações para o VA da Indústria, manteve-se o crescimento esperado para 2019 em 1,2%. A Construção Civil, que contribui com cerca de 38% do VA do setor Secundário maranhense, apresentou significativo aumento no número de ocupados no terceiro trimestre de 2019, em comparação com o trimestre imediatamente anterior (+15,0%), segundo dados da PNAD contínua trimestral. Do mesmo modo, o CAGED continua apontando recuperação na Construção Civil, com destaque para a atividade de Instalações Elétricas (+1.000 empregos).

De outro modo, a lenta recuperação da Indústria Extrativa (produção de Gás Natural) que, apesar de ter apontado um crescimento contra o trimestre anterior, ainda continua negativa no resultado acumulado do ano em comparação ao ano passado. Caso contrário, o setor Secundário poderia ter apresentado um crescimento estimado maior neste trimestre.

A mesma situação aplica-se aos Serviços de Utilidade Pública (SIUP), com destaque para a "Geração de Energia". No resultado do trimestre, essa atividade aponta uma leve recuperação, mas no acumulado do ano até setembro, indica ainda uma queda, em relação ao mesmo período do ano anterior. Essa atividade representa 55% do SIUP.

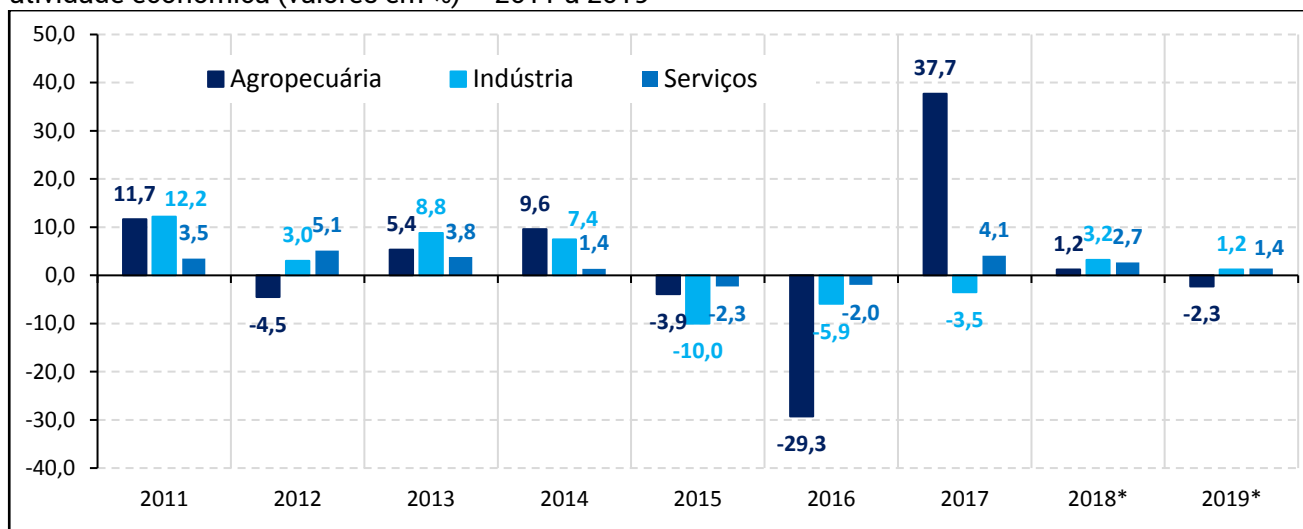
Serviços: o resultado desse setor foi reavaliado para 1,4%, em virtude da dinâmica positiva do Comércio e da Administração Pública

É sabido que o setor Terciário responde por mais de 70% do nível de atividades econômicas do Maranhão, contribuindo o Comércio com 19,1% do setor, enquanto a Administração Pública contribui com 40,8%, segundo dados oficiais do PIB, referentes ao ano de 2017.

Devido a aspectos conjunturais recentes, o crescimento no setor de Serviços maranhense deu-se, em virtude da recuperação, ainda que lenta, do Comércio e da Administração Pública. No caso da primeira atividade, tanto o aumento no número de empregos formais, segundo o CAGED, quanto o crescimento no Comércio Varejista Ampliado, de acordo com a PME, corroboraram para que o resultado do setor Terciário apresentasse melhora no terceiro trimestre.

De acordo com o CAGED, dados para outubro apontaram um aumento de 1,2 mil postos de trabalho no Comércio, enquanto a PME indicou um crescimento, ainda que tímido, de 0,2% no Varejista Ampliado e 0,3% no Varejista Restrito, no acumulado do ano. Com esses dados, a expectativa é que o setor Terciário maranhense possa ser reavaliado positivamente, conforme haja a consolidação dos dados referentes ao 4º trimestre.

Gráfico 19 - Maranhão: Variação em volume do Valor Adicionado do PIB, segundo os setores de atividade econômica (valores em %) – 2011 a 2019



Fonte: IBGE; IMESC *Elaboração própria

É importante mencionar que as projeções de PIB desenvolvidas pelo IMESC são trimestralmente atualizadas, à medida que os indicadores econômicos são consolidados e divulgados pelas fontes oficiais. Dessa forma, é possível delinear um cenário mais consolidado e aderente à dinâmica econômica estadual.

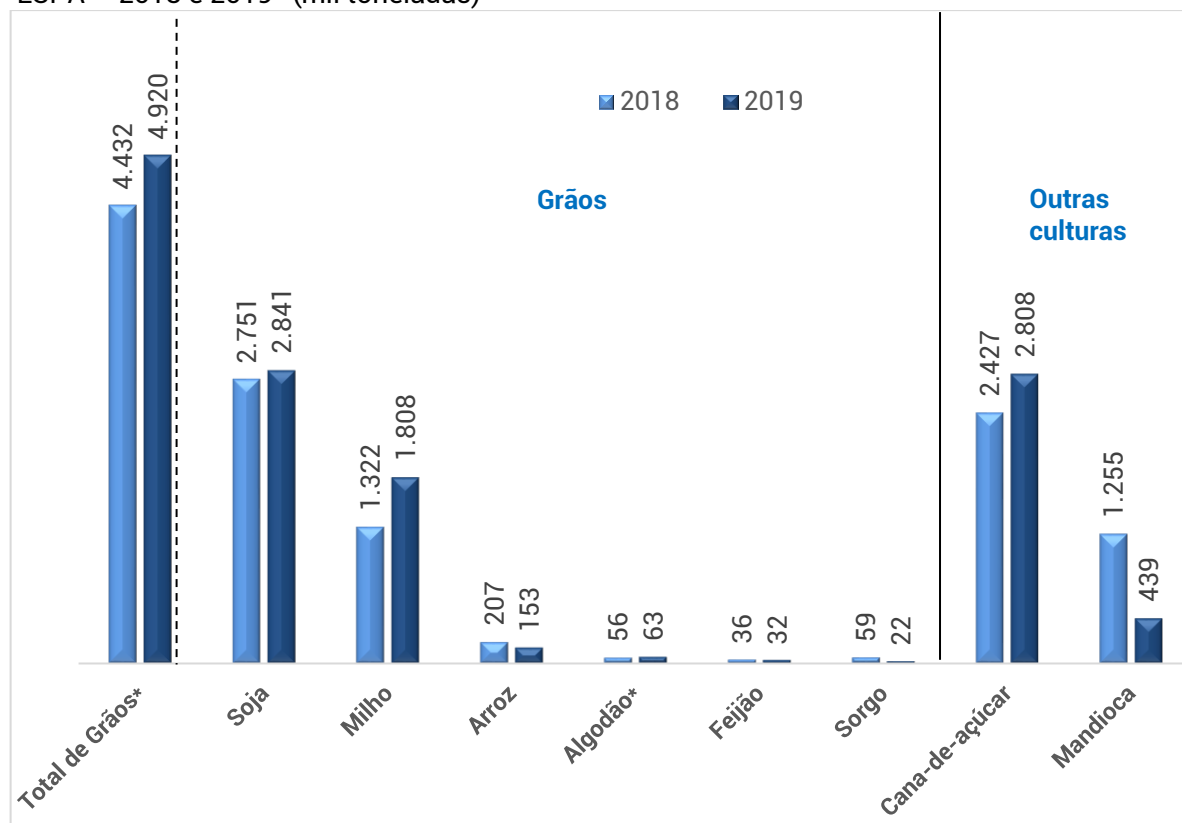
Para o ano de 2020, a expectativa é de crescimento no PIB estadual em torno de 4,0%, pois além da perspectiva de safra de grãos, que poderá crescer até 6,0%, pressupõe-se a continuidade das políticas de investimento público e a atração de investimento privado no estado do Maranhão. Esses fatores deverão impactar em setores estratégicos como, a Agropecuária, a Indústria da Construção, assim como o setor Terciário, com destaque para a Administração Pública.

3.1.2 Agricultura

Estimativa da produção graneleira maranhense registra 11% de crescimento, em relação a 2018, patamar recorde de 4,9 milhões de toneladas

De acordo com o LSPA, referente a outubro de 2019, a produção de grãos para o ano corrente continua estimada em 4,9 milhões de toneladas (t), um recorde para o estado. Em comparação com a safra de 2018, o crescimento esperado é de 11%. A segunda safra do milho foi a principal responsável pelo crescimento expressivo, uma vez que apresentou variação de 157%, em relação ao ano passado. Destacaram-se ainda, a melhora na produtividade do milho e do sorgo, o que ajudou a elevar em 17% o rendimento médio dos grãos no estado.

Gráfico 20 - Maranhão: Estimativa da produção das principais culturas acompanhadas pelo LSPA – 2018 e 2019* (mil toneladas)

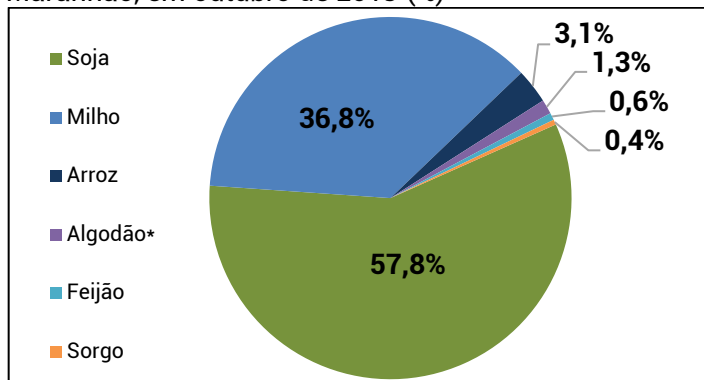


Fonte: LSPA/IBGE; *Dados referentes ao mês de outubro

A produção de milho deve alcançar um patamar de 1,8 milhão de toneladas, de acordo com o LSPA de outubro de 2019, o que representa uma variação de 36,7%, em relação à safra de 2018. Destaca-se que, em 2018, a estiagem prejudicou a produtividade da lavoura, em especial, na segunda safra. Já em 2019, as condições climáticas ajudaram a elevar o rendimento médio e a recuperar as perdas.

- Para a safra 2019/2020, a CONAB estima uma produção de 1,05 milhão de toneladas na primeira safra (+6,6%) e 773 mil toneladas na segunda safra (-3,9% em comparação com a safra de 2019). A diminuição na segunda safra deve-se, assim como em âmbito nacional, à menor janela de plantio, uma vez que a safra de soja está com perspectiva de ser plantada mais tarde do que no ano passado, dificultando o plantio do milho de segunda safra;
- Os municípios que devem apresentar as maiores quantidades produzidas de milho em 2019 são: Balsas (450 mil/t), Tasso Fragoso (300 mil/t) e São Raimundo das Mangabeiras (150 mil/t). Vale destacar que a produção de milho representa 36,5% da produção total de grãos no estado.

Gráfico 21 - Maranhão: Estimativa da participação das principais culturas no total de grãos produzidos no Maranhão, em outubro de 2019 (%)



Fonte: LSPA/IBGE; *Valores referentes ao caroço de algodão

O arroz, por sua vez, apresentou variação negativa na comparação com 2018, um recuo de 26,8%. O Censo Agropecuário de 2017 mostrou que a produção estava superestimada, fazendo com que os dados de produção estimada tivessem de ser revisados nos levantamentos seguintes.

Quanto ao algodão, em relação à safra passada, estima-se que a produção deva crescer 13,4%.

- O caroço de algodão, que representa 61% do peso do total de algodão herbáceo colhido, está estimado em 63,4 mil toneladas (1,4% do total de grãos), sendo o mesmo produzido em apenas três municípios (Balsas, Tasso Fragoso e Alto Parnaíba).

A mandioca, assim como o arroz, estava superestimada antes da realização do Censo Agropecuário de 2017 e deve apresentar uma produção de 439 mil toneladas neste ano, patamar inferior ao estimado no ano passado (1,26 milhão de toneladas). Atualmente, a produção de mandioca abrange 216 municípios, sendo mais expressiva em Cachoeira Grande, Tuntum e Barreirinhas.

A cana-de-açúcar deve registrar uma produção de 2,8 milhões de toneladas, variação de 15,7% (quarta maior do Brasil), em relação à safra passada. Os municípios com maior produção em 2019 devem ser São Raimundo das Mangabeiras (1,3 milhões/t), Campestre do Maranhão (400 mil/t) e Aldeias Altas (300 mil/t).

Safra maranhense de grãos deve registrar produção 6,3% maior em 2020

De acordo com o prognóstico da produção agrícola realizado pelo IBGE, o Maranhão deverá produzir, em 2020, cerca de 5,2 milhões de toneladas de grãos, 6,3% a mais que em 2019. A principal responsável por esse resultado é a soja, que deve produzir 11% a mais, em comparação com a safra desse ano, devido, sobretudo, ao aumento de 9,3% no rendimento médio da lavoura. O milho, por sua vez, deve registrar patamar semelhante ao de 2019, de aproximadamente 1,8 milhão de toneladas (-0,9%).

Em relação as outras culturas, a cana-de-açúcar deve atingir 2,9 milhões de toneladas, 4,0% a mais que na safra 2018/2019. Isso se deve, principalmente, ao aumento de 3,2% no rendimento médio da lavoura. Já para a mandioca, apesar do crescimento de 4,4% no rendimento médio, estima-se produção 2,1% menor do que a da safra anterior, uma vez que a área plantada deve apresentar recuo de 7,0%.

3.1.3 Indústria Maranhense

Sondagem aponta aumento do volume de produção em 0,38% no comparativo de doze meses

Com valor adicionado¹⁴ equivalente a 1,13% do resultado nacional e 8,51% do resultado do Nordeste, o setor industrial maranhense tem apresentado resistência, porém influenciado pela tendência nacional. Em setembro de 2019, a indústria nacional apresentou o quarto trimestre consecutivo de queda.

Em um panorama geral, o empresário da indústria maranhense tem apresentado confiança no setor, que pode ser verificado pelo índice confiança¹⁵ que está acima dos 50 pontos, acima do nível de satisfação da pesquisa. Isso é resultado, em grande medida, da postura adotada pelo Governo do Estado, com medidas de incentivo a investimentos, segundo a Federação das Indústrias do Estado do Maranhão – FIEMA. Conforme a pesquisa, dentre os pontos relevantes destacados pelos empresários responsáveis pelos maiores investimentos no estado, está a favorável política econômica do Governo Estadual, em especial a questão da segurança institucional garantida pelo Estado através de medidas regulatórias, a qual busca garantir trâmites fiscais mais justos, superando deficiências históricas que, segundo a classe empresarial, eram empecilhos aos investimentos locais.

Segundo dados da Sondagem Industrial Maranhense, pesquisa realizada pela FIEMA¹⁶, o comparativo de 12 meses até julho 2019 apresentou variação positiva, relacionada ao desempenho do volume de produção e da utilização da capacidade instalada – UCI, indicando aumento da produção e estoque produtos finais acima do planejado nesse período.

Tabela 11 - Maranhão: Variação percentual do comparativo de 12 meses no desempenho da indústria maranhense – dados atualizados até julho 2019

Indicadores	Variação (%) 12 meses
Volume de Produção	0,38
UCI ¹⁷ com relação ao usual para o mês	2,06

Fonte: FIEMA

Em setembro de 2019, o ICEI-MA registrou otimismo e atingiu 63 pontos, um aumento absoluto de 3,8 pontos em relação ao período anterior

Considerando a abertura por subsetores da Indústria, a Construção (59,7 pontos) obteve o maior aumento de otimismo, apresentando aumento de 3,89% no comparativo de doze meses. Em paralelo, a Indústria Extrativa e a de Transformação também registraram 59,7 pontos, apresentando recuo no comparativo de doze meses, embora mantendo-se acima dos 50 pontos (nível de otimismo da pesquisa).

A confiança do empresário industrial maranhense, segundo dados do ICEI-MA (Índice de Confiança do Empresário Industrial) divulgados pela FIEMA, mantém-se otimista. Apesar de avaliarem as condições da economia nacional como pouco favoráveis, os empresários industriais demonstraram ampliação do nível de otimismo de 3,8 pontos, em relação ao mês anterior e 4,3 pontos, em relação ao mesmo período do ano anterior.

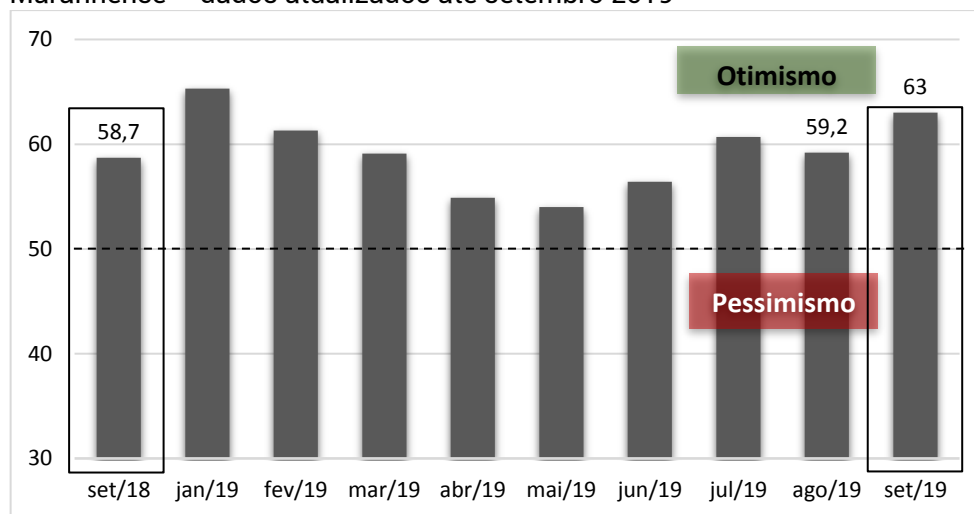
¹⁴ Participação do valor adicionado bruto a preços correntes da indústria.

¹⁵ O ICEI (Índice de Confiança do Empresário Industrial) é uma pesquisa elaborada pela Federação das Indústrias do Estado do Maranhão (FIEMA), em parceria com a Confederação Nacional da Indústria (CNI). O índice é obtido, a partir da ponderação dos resultados referentes às condições atuais e expectativas dos empresários em relação à economia brasileira, do Estado e da empresa. Os indicadores variam no intervalo de 0 a 100. Valores acima de 50 indicam situação melhor ou expectativa otimista.

¹⁶ O indicador varia de 0 a 100. Abaixo de 50 sinaliza queda na produção e acima aumento da produção.

¹⁷ Utilização da capacidade instalada refere-se ao nível de atividade da indústria, mostrando quantitativamente a produtividade do parque industrial que está em atividade (funcionamento de máquinas, suprimentos, etc.). Menor que 50 indica queda, UCI abaixo do usual, estoque de produtos finais abaixo do planejado ou expectativa negativa. Maior que 50, aumento, UCI acima do usual, estoque de produtos finais acima do planejado ou expectativa positiva.

Gráfico 22 - Maranhão: Índice de Confiança do Empresário Industrial Maranhense – dados atualizados até setembro 2019



Fonte: FIEMA

A explicação para esse otimismo pode ser justificada, em grande medida, pela política adotada pelo Governo do Estado, principalmente em relação à atração de investimentos (movimentação portuária, busca de novos investidores em outros países, geração de energia, etc.). É nesse sentido que é criado um ambiente favorável para investidores privados, através de investimentos em infraestrutura e logística.

Construção Civil apresenta resultados positivos nos últimos 12 meses e demonstra recuperação do setor no estado

O crédito facilitado, a redução dos juros para compra de imóveis, em consequência da queda da taxa Selic, têm sido alguns dos fatores que estimulam o setor da Construção Civil brasileira e maranhense. Os resultados foram positivos quanto à variação percentual, nos últimos 12 meses de desempenho da Indústria da Construção Civil maranhense. Destaca-se que os dados de geração de emprego formal no estado, em 2019, corroboram com os registros do ICEI da Construção Civil nesse período.

Tabela 12 - Maranhão: Variação percentual do comparativo de 12 meses do desempenho da Indústria da Construção Civil maranhense – dados atualizados até setembro de 2019

Indicadores	Variação (%)
ICEI-MA	3,89
Condições atuais com relação à economia Brasileira	20,47
Condições atuais com relação ao estado	23,08
Condições atuais com relação à empresa	10,32
Expectativa com relação à economia brasileira	2,63
Expectativa com relação ao estado	15,33
Expectativa com relação à empresa	2,21

Fonte: FIEMA

Dentre os componentes do ICEI da Construção Civil, houve variações positivas expressivas, tanto em relação às condições atuais, quanto em relação às futuras, nos itens relacionados às contribuições do estado para o setor. Notam-se os maiores percentuais no item "Expectativa com relação ao estado", em que o aumento do grau de otimismo foi de 15,33%. E na rubrica "Condições atuais com relação ao estado", registrou-se um incremento de 23,08%.

3.1.4 Serviços

Em setembro de 2019, o Maranhão apresentou queda de 1,7% do volume de serviços em sua variação mensal, conforme aponta a Pesquisa Mensal de Serviços (PMS)

Segundo a PMS realizada pelo IBGE, o Maranhão registrou redução de 1,7% do volume de serviços, quando comparamos setembro de 2019 com o mês imediatamente anterior. Esse resultado é explicado pela redução do tráfego de passageiros no segmento de transportes que ocorre nos meses de setembro, os quais tradicionalmente são desfavoráveis aos deslocamentos terrestres e aéreos.

Por outro lado, o setor de serviços maranhense, ao crescer 3,5% no acumulado de 12 meses até setembro de 2019, quando comparado ao mesmo período anterior, apresenta evolução (%) superior ao observado em âmbito nacional que cresceu 0,7% neste mesmo comparativo. A explicação para a melhora do indicador do volume de serviços, referente ao acumulado de 12 meses, deve-se ao fraco desempenho do setor em 2018, quando esse ainda se recuperava de forte recessão observada desde 2014. Essa evolução positiva observada em 2019 confirma o quadro de formação de expectativas positivas, ao se verificar a trajetória ascendente do volume de serviços, se comparados os resultados obtidos em setembro com os meses anteriores.

O resultado do volume de serviços no acumulado do ano até setembro de 2019, quando comparado a igual período de 2018, cresceu 3,4%, acompanhando a tendência de crescimento observada no comparativo do acumulado de 12 meses e no comparativo interanual que é relacionado a setembro de 2019, frente a igual período de 2018, e que cresceu 2,8%.

Quando se compara o desempenho do setor Serviços, dentro do setor terciário da economia, observa-se que o segmento do Comércio Varejista Ampliado cresceu 1,8%, no acumulado de 12 meses, indicando tendência de queda. Enquanto isso, o setor de serviços maranhense indica tendência de crescimento, ao subir 3,5% no mesmo comparativo, mostrando o setor de serviços em melhores condições, dentro de um quadro de perspectivas de demanda para os próximos meses neste ano.

Tabela 13 - Maranhão: Variação (%) dos indicadores de receita e volume de serviços, em setembro de 2019 (Base fixa 2014 = 100)

Serviços	Mensal			Interanual			Acumulado do ano 2019			Acumulado de 12 meses		
	Jul./19	Ago./19	Set./19	Jul./19	Ago./19	Set./19	Jul./19	Ago./19	Set./19	Jul./19	Ago./19	Set./19
Volume	2,0	0,8	-1,7	2,8	5,5	2,8	3,2	3,5	3,4	3,0	3,3	3,5
Receita	2,8	1,6	-2,1	3,8	9,2	5,9	6,0	6,5	6,4	6,5	6,7	6,7

Fonte: PMS/IBGE

Ressalta-se que as expectativas para este setor, nos últimos dois meses de 2019, devem ser ainda mais positivas, devido à expansão do crédito, influenciada pela redução da taxa Selic e a capacidade que essa variável possui em alavancar o volume de serviços, em especial, do segmento de transportes, o qual acompanha o aquecimento da economia.

3.1.5 Comércio Varejista

No Maranhão, o volume de vendas do varejo ampliado cresceu 1,5%, em outubro de 2019, quando comparado ao mês anterior

No acumulado de 12 meses, o volume de vendas do varejo ampliado cresceu 1,3%. Já no acumulado de janeiro a outubro de 2019, em comparação ao mesmo período em 2018, o crescimento foi 0,2%, o que indica perda de dinamismo no volume de vendas. Entretanto, as vendas do varejo ampliado cresceram 1,5% em outubro de 2019, em comparação com o mês

anterior, segundo a Pesquisa Mensal do Comércio – PMC, repondo as perdas em volume de vendas ocorridas em setembro.

Apesar de o varejo ampliado apresentar perda de dinamismo em suas vendas no acumulado do ano e no acumulado de 12 meses, existe expectativa positiva do empresariado do comércio para os meses de novembro e dezembro de 2019. O otimismo empresarial é evidenciado pelo aumento de postos de trabalho, o qual apresentou um saldo de 1.468 contratações no comércio em novembro de 2019, sendo esse o melhor desempenho para novembro, desde 2014, segundo dados do CAGED. Esse otimismo justifica-se pela forte sazonalidade presente no fim de ano com as promoções da *Black Friday* e a data festiva do Natal, além de recursos injetados na economia, como a liberação do saque de recursos do FGTS e do 13º salário.

A expansão do crédito e a capacidade que esse possui em alavancar o volume de vendas no comércio também são apontadas como fatores que contribuem para a elevação do otimismo empresarial, neste último bimestre de 2019. A expansão do crédito alcança as pessoas físicas, a partir das contratações de produtos (cheque especial, crédito pessoal e financiamento de imóveis), influenciadas pela redução de dois pontos percentuais da taxa Selic, entre julho e dezembro de 2019, sendo o atual patamar da Selic (4,5%) o mais baixo em sua série histórica.

Tabela 14 - Maranhão: Variação (%) dos indicadores do volume de vendas do Comércio Varejista Restrito e Ampliado, em setembro de 2019 (Base fixa 2014 = 100)

Indicadores	Mensal			Anual			Acumulado do ano 2019			Acumulado de 12 meses		
	Ago.19	Set.19	Out.19	Ago.19	Set.19	Out.19	Ago.19	Set.19	Out.19	Ago.19	Set.19	Out.19
Ampliado	2,3	-0,9	1,5	-0,5	-1,3	0,8	0,4	0,2	0,2	2,1	1,8	1,3
Restrito	3,7	-1,4	-0,3	1,5	-1,2	1,5	0,5	0,3	0,4	2,1	1,9	1,6

Fonte: PMC, IBGE

Ainda em relação ao varejo ampliado maranhense, as vendas tendem a se manter positivas em novembro de 2019, em face à alta de 3,4% em vendas de veículos no mês de novembro de 2019, em relação a novembro de 2018, conforme os dados da Federação Nacional da Distribuição de Veículos Automotores – FENABRAVE. Contribuíram para o resultado positivo interanual, a categoria “Caminhão + Ônibus”, que teve alta de 13,41% em suas vendas, e a categoria “Moto”, que também subiu 9,76%. As vendas de veículos, entre janeiro e novembro de 2019, registraram crescimento de 4,7%, quando comparado a igual período de 2018.

Analisando a variação mensal das vendas de veículos novos, houve queda de 10,5% em novembro, sendo que essa queda se deu, principalmente, pela redução de 11% nas vendas da categoria “Auto + Leve” e queda de 13% nas vendas da categoria “Moto”. Um dos fatores que contribuiu para a queda das vendas observadas, na passagem de outubro para novembro, está na necessidade que uma parte dos consumidores tem em evitar a desvalorização do bem comprado na passagem do ano.

Tabela 15 - Maranhão: Variações (%) do total de licenciamentos de veículos, em novembro de 2019

U.F.	Mensal			Interanual			Acumulado do ano 19			Acumulado de 12 meses		
	Set.19	Out.19	Nov.19	Set.19	Out.19	Nov.19	Set.19	Out.19	Nov.19	Set.19	Out.19	Nov.19
Maranhão	-5,7	8,5	-10,5	11,6	4,2	3,4	4,8	4,8	4,7	4,3	3,8	3,7

Fonte: FENABRAVE

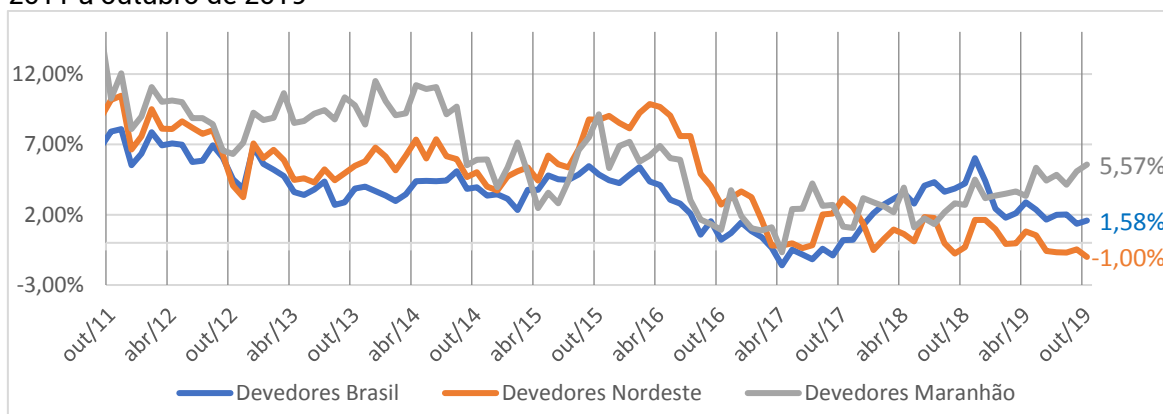
3.1.5.1 Inadimplência no Maranhão

O número de devedores no estado do Maranhão encerrou o mês de outubro de 2019 com aumento de 5,57%, quando comparado a outubro de 2018, conforme aponta a CDL São Luís

Segundo dados da Câmara de Dirigentes Lojistas de São Luís (CDL São Luís), o número de devedores cresceu 5,57%, no comparativo interanual entre outubro de 2019 e igual período do ano anterior, e alcançou, aproximadamente, 40% da população do estado acima de 18 anos. O aumento das dívidas compromete o orçamento pessoal e traz dificuldades para o consumidor realizar gastos futuros, por ter de direcionar mais recursos para o pagamento de compromissos financeiros (**Gráfico 23**).

Quando se compara o número de devedores no Maranhão com o mesmo dado no Brasil, verifica-se que também houve aumento em âmbito nacional de 1,58%, no comparativo entre outubro de 2019 e igual período anterior. Por outro lado, a região Nordeste apresentou redução de 1% no número de devedores nesse mesmo comparativo interanual.

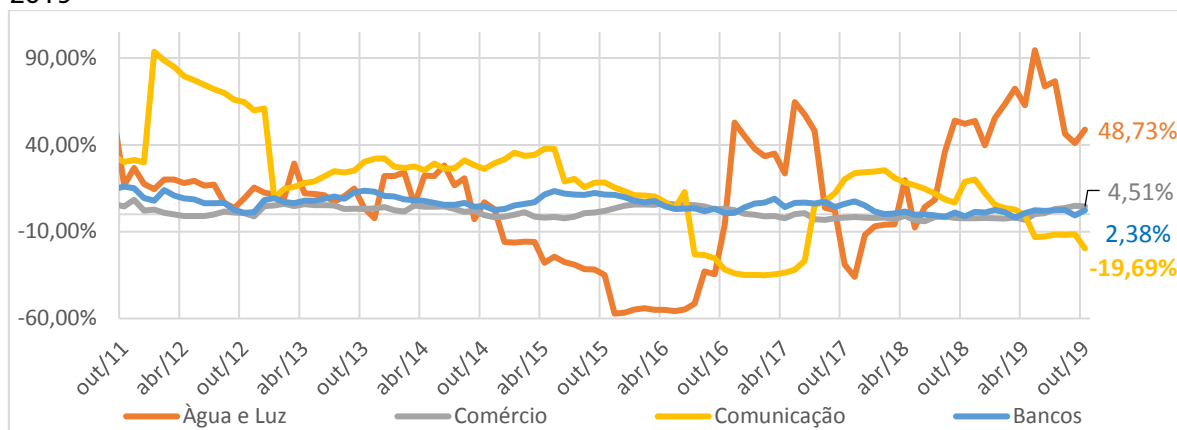
Gráfico 23 - Brasil, Nordeste e Maranhão: Variação (%) do número de devedores, de outubro de 2011 a outubro de 2019



Fonte: CDL São Luís.

Analisando a concentração do quantitativo de dívidas por setor credor, 48% das dívidas estão no setor Água e Luz, com avanço de 18,6%, neste mês de outubro de 2019, quando comparado a outubro de 2018. O aumento do comprometimento dos maranhenses com despesas relacionadas a esse setor também pode ser explicado pelo aumento de tarifas de serviços, conforme aponta o indicador de inflação IPCA calculado pelo IBGE. Segundo o IPCA, o indicador de energia elétrica residencial cresceu 7,34% e o indicador da taxa de água e esgoto cresceu 6,51%, ambos no mesmo comparativo do acumulado do ano de 2019.

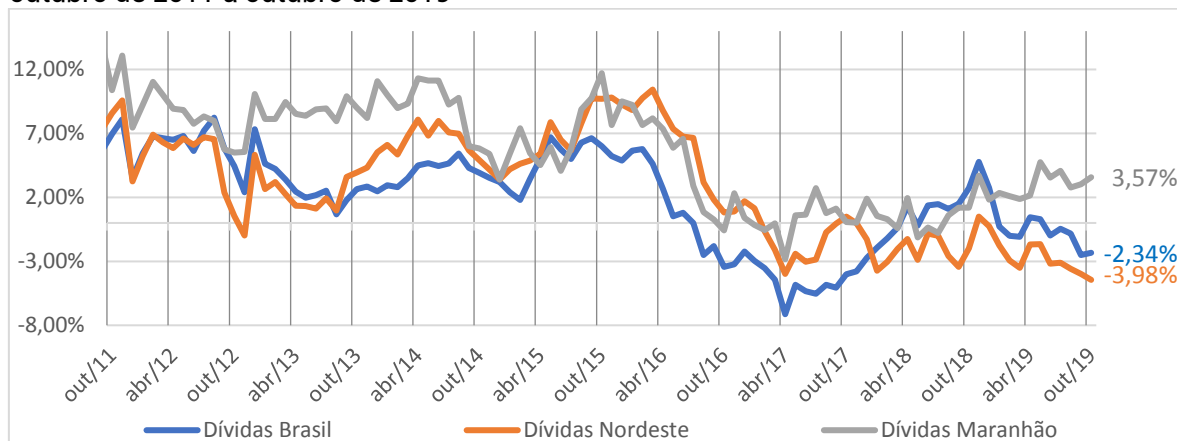
Gráfico 24 - Maranhão: Variação (%) de dívidas por setor credor, de outubro de 2011 a outubro de 2019



Fonte: CDL São Luís

- Analisando o número do quantitativo de dívidas por devedor no Maranhão, observa-se aumento de 3,57% em outubro de 2019, quando comparado a outubro de 2018.
- Esses dados indicam aumento do passivo, dentro da composição do planejamento financeiro dos maranhenses, com uma maior diversificação das dívidas que passam a abranger mais segmentos credores.
- O aumento de dívidas por devedor pode estar relacionado ao desejo do consumidor em buscar novas fontes de crédito que garantam suas necessidades de consumo.

Gráfico 25 - Brasil, Nordeste e Maranhão: Variação (%) do número de dívidas por devedor, de outubro de 2011 a outubro de 2019



Fonte: CDL São Luís

3.2 Comércio Exterior

3.2.1 Balança Comercial

Preço do alumínio é principal responsável pela redução do valor das exportações maranhenses no acumulado do ano

O saldo da balança comercial maranhense foi de US\$ 78,9 milhões, no acumulado de janeiro a outubro de 2019. A diminuição do saldo, em comparação a 2018, é consequência de uma diminuição do valor exportado (-14,6%), associada a um aumento no valor das importações (+24,9%). Com isso, a Corrente Comercial totalizou US\$ 5,6 bilhões, patamar um pouco acima do verificado no mesmo período do ano passado.

Tabela 16 - Maranhão: Balança Comercial de 2015 a 2019*, valores em US\$ milhões e variação em (%)

Anos	(A) Exportação (US\$ mi)	Exportação (Var %)	(B) Importação (US\$ mi)	Importação (Var %)	(A+B) Saldo (US\$ mi)	Saldo (Var %)	(A-B) Corrente Comercial (US\$ mi)
2015	3.050,1	9,1	-3.620,7	-48,8	-570,6	-86,6	6.670,8
2016	2.209,8	-27,5	-2.101,8	-42,0	108,1	-118,9	4.311,6
2017	3.032,1	37,2	-2.559,3	21,8	472,8	337,5	5.591,4
2018	3.828,1	26,3	-3.094,1	20,9	734,0	55,2	6.922,2
2018*	3.353,4	-	-2.228,2	-	1.125,2	-	5.581,5
2019*	2.862,6	-14,6	-2.783,7	24,9	78,9	-93,0	5.646,3

Fonte: Ministério da Economia; *Acumulado de janeiro a outubro

O complexo alumínio, responsável pela maior parte das exportações (cerca de 36% do valor exportado até outubro de 2019), apresentou queda significativa (26,4%) no valor exportado acumulado em 2019, em comparação com o mesmo período do ano anterior. Nesse mesmo período, a cotação do alumínio foi 16% menor que no mesmo período de 2018, fato que, associado a uma queda de -2,8% na quantidade exportada, pode explicar essa diminuição no valor.

Tabela 17 - Maranhão: Principais Complexos e Produtos exportados de 2018 até 2019*, valores em US\$ milhões, quantidade em (1.000 toneladas) e Crescimento (%)

Produtos	2018		2018*		2019*		Cresc. (%) 2019*/2018*	
	US\$ milhões	Kg milhões	US\$ milhões	Kg milhões	US\$ milhões	Kg milhões	Valor	Quant.
Total	3.828,1	8.417,0	3.353,4	7.165,7	2.862,6	8.970,7	-14,6	25,2
Complexo Alumínio	1.630,6	3.459,6	1.404,0	2.976,6	1.033,3	2.894,0	-26,4	-2,8
Complexo Soja	985,4	2.498,3	929,6	2.353,9	657,0	1.883,9	-29,3	-20,0
Complexo Celulose	866,8	1.325,3	785,3	1.205,6	582,5	929,7	-25,8	-22,9
Complexo Ferro	223,6	941,3	148,1	469,6	374,9	2.710,6	153,1	477,3
Ferro Gusa	142,6	370,0	116,6	299,7	126,9	381,5	8,9	27,3
Semimanufaturados de Ferro/Aço	11,7	23,0	11,7	23,0	1,2	2,9	-89,7	-87,5
Pelotas de Ferro	68,1	546,1	18,6	144,6	227,8	2.257,3	1.121,6	1.461,1
Milho	24,3	143,3	21,7	129,0	85,6	516,5	294,5	300,4
Complexo Têxtil	54,5	31,1	29,5	16,6	26,9	15,9	-8,9	-4,3
Complexo Proteína Animal	23,9	6,3	19,6	5,1	19,9	5,9	2,0	16,8
Bovinos	23,2	6,1	19,1	5,0	18,5	5,5	-3,1	11,3
Complexo Couro	4,4	1,9	3,9	1,6	1,0	0,6	-74,1	-59,7
Complexo Ouro¹	0,0	0,0	0,0	0,0	60,5	0,0	**	**
Complexo Cobre	0,0	0,0	0,0	0,0	1,9	0,4	**	**
Outros Complexos	14,6	9,9	11,8	7,8	19,0	13,0	61,6	66,5

Fonte: Ministério da Economia; ¹Valores de peso em milhares; *Acumulado do ano até outubro; **Valores distorcidos ou muito grandes

A soja, na comparação interanual, registrou queda de 29,3% em valor exportado, devido, sobretudo, à queda de 8% nos preços internacionais e à diminuição de 20% na quantidade exportada, associadas a uma menor demanda chinesa. O mesmo aconteceu com a celulose, que apresentou uma quantidade 22,9% menor em 2019. Isso pode ser explicado em parte pelo ajuste que as empresas produtoras estão fazendo, com vistas a diminuir os altos estoques da fibra.

As contribuições positivas ficaram por conta dos complexos ferro e milho. Para o primeiro, o grande aumento na produção de pelotas de ferro, por conta do desastre em Brumadinho, favoreceu a exportação maranhense, que atingiu 227,8 milhões de dólares em 2019. No segundo complexo, a safra recorde do grão, associada a uma cotação mais elevada (4% no

acumulado do ano), impulsionou a exportação de milho, que atingiu US\$ 85 milhões e movimentou 516,5 mil toneladas.

Combustíveis e lubrificantes impulsionam alta das importações maranhenses no acumulado de 2019

O valor das importações maranhenses registrou aumento de 25%, no período de janeiro a outubro de 2019, em comparação com o mesmo período de 2018. Esse resultado foi influenciado, principalmente pelo item Combustíveis e Lubrificantes, o qual teve alta de 64% no referido período, chegando a US\$ 1,9 bilhão, US\$ 741 milhões a mais que no ano passado.

Tabela 18 - Maranhão: Importações por grandes categorias econômicas (GCE) de 2018 a 2019*, valores em US\$ milhões, participação em (% do total) e variação em (%)

CATEGORIA	2018		2018*		2019*		Var % 19*/18*	
	US\$ mi	part.%	US\$ mi	part.%	US\$ mi	part.%	US\$ mi	%
Total	3.094	100	2.228	100	2.784	100	556	25
Bens de Capital	65	2	59	3	40	1	-19	-32
Bens de Capital	39	1	34	2	40	1	6	18
Equipamentos de transp. de uso ind.	26	1	25	1	0	0	-25	-100
Bens Intermediários	1.216	39	985	44	825	30	-161	-16
Peças e acess. equip. de transporte	26	1	24	1	18	1	-5	-22
Insumos Industriais	1.167	38	940	42	788	28	-153	-16
Alimentos e beb. destinados à ind.	22	1	21	1	18	1	-3	-15
Bens Diversos	0	0	0	0	0	0	0	-100
Combustíveis e Lubrificantes	1.780	58	1.155	52	1.897	68	741	64
Bens de Consumo	34	1	28	1	22	1	-6	-21
Bens de Consumo Duráveis	1	0	0	0	1	0	0	58
Bens de Consumo Não Duráveis	33	1	28	1	21	1	-6	-22

Fonte: Ministério da Economia, *acumulado de janeiro a outubro

No detalhamento por produtos, verifica-se que a Gasolina apresentou o maior crescimento, mais de 200% tanto no valor quanto na quantidade importada, atingindo US\$ 406,7 milhões. Entretanto, a quantidade importada ainda está abaixo da média dos últimos anos. Em 2015, por exemplo, foram importados pouco mais de 3 milhões de toneladas, o que totalizou US\$ 1,8 bilhão.

O Diesel, por sua vez, também registrou aumento significativo na quantidade importada, que passou de 1,5 milhão de toneladas para 2,4 milhões, crescimento de 56,6%. Com isso, o total desse combustível que entrou pelos portos maranhenses já superou, no acumulado de janeiro a outubro, o total importado durante todo o ano passado. Esse aumento pode estar associado à retomada, ainda que incipiente, do crescimento econômico na Região Nordeste.

Vale ressaltar que o Maranhão é importante via de entrada de Combustíveis e Lubrificantes que, apesar de serem contabilizados como importações do estado, são distribuídos para diferentes localidades nas UFs próximas.

Tabela 19 - Maranhão: Principais produtos das importações de 2018 a 2019*, valores em US\$ milhões, quantidade em mil toneladas e variação (%)

Produtos	2018		2018*		2019*		Var. 2019*/2018*	
	Valor	Quant.	Valor	Quant.	Valor	Quant.	Valor (%)	Quant. (%)
Total	3.094,1	7.715,3	2.228,2	5.841,0	2.783,7	7.106,7	24,9	21,7
Combustíveis e Lubrificantes	1.779,5	3.638,3	1.155,5	2.600,8	1.896,7	3.906,9	64,2	50,2
Diesel	1.473,9	2.252,4	964,3	1.534,1	1.439,9	2.401,8	49,3	56,6
Gasolinas	215,0	340,9	116,9	194,5	406,7	704,9	247,8	262,5
Coques, Hulhas e Derivados	90,2	1.044,9	74,1	872,1	49,9	800,1	-32,6	-8,3
Outros derivados do petróleo	0,5	0,1	0,1	0,0	0,2	0,1	40,9	39,1
Álcool/Etanol	463,7	893,5	385,3	741,2	258,7	499,9	-32,8	-32,6
Fertilizantes	432,9	1.645,7	322,7	1.249,7	367,5	1.366,9	13,9	9,4
Cloretos de Potássio	146,6	505,9	118,6	416,8	148,0	458,8	24,8	10,1
ADP ¹	93,3	222,8	61,1	148,8	77,7	209,0	27,2	40,4
Superfosfatos	87,4	510,2	69,3	398,8	74,6	443,1	7,5	11,1
Ureia	41,1	156,1	30,6	121,0	27,3	95,9	-10,7	-20,7
Sulfato de Amônio	11,1	73,5	7,9	53,1	8,9	57,1	12,6	7,5
Outros Fertilizantes e Intermediários	53,5	177,2	35,1	111,2	31,0	103,1	-11,8	-7,3
Outros Produtos	417,9	1.537,9	364,7	1.249,2	260,8	1.333,0	-28,5	6,7

Fonte: Ministério da Economia; *acumulado de janeiro a outubro; ¹Diidrogeno-Ortofosfato de Amônio

Ainda se destacou o aumento nos Fertilizantes (9,4% em quantidade), importante indicador do nível de atividade e otimismo do setor agrícola estadual e nacional. Ressalta-se que tanto o Maranhão quanto o Brasil devem apresentar safra recorde de grãos em 2019, segundo o IBGE¹⁸, com perspectivas de aumento na safra de soja para o ano que vem.

3.3 Investimentos

Investimentos públicos e privados em andamento somam R\$ 1 bilhão reais injetados na economia maranhense em 2019

Os investimentos em andamento, oriundos do setor privado no Maranhão, somam R\$ 939,78 milhões e os investimentos públicos estaduais totalizam R\$ 172 milhões, resultando em um montante de mais de R\$ 1 bilhão de reais injetados na economia do estado.

No setor público, a maior parte dos recursos em andamento foi destinada às obras de infraestrutura, influenciada, principalmente, pelas categorias: Urbanismo, Saneamento, Habitação e Transporte, com destaque para as obras de pavimentação e recuperação asfáltica de rodovias, pontes e vias urbanas, através do programa Mais Asfalto. Todas essas ações, além de melhorarem a mobilidade da população, favorecem a geração de oportunidades para empresas e trabalhadores, impulsionando a descentralização dos investimentos e contribuindo para o desenvolvimento regional nas localidades beneficiadas.

¹⁸ Para mais informações, consultar a seção da Agricultura.

Tabela 20 - Maranhão: Destinação de investimentos públicos estaduais por categoria, atualizados em 2019 (R\$ milhões)

Investimento Estimado	A iniciar	Em andamento	Concluído
Públicos	2,77	939,78	6768,47
Desenvolvimento econômico e social	1,60	163,06	348,74
Educação e cultura	1,14	117,30	531,62
Esporte e lazer	-	2,51	102,32
Infraestrutura	0,03	557,58	1219,74
Saúde	-	80,82	701,83
Segurança Pública	-	5,45	3827,55
Serviços e atendimentos públicos à população	-	13,07	36,68

Fonte: Secretaria de Comunicação e Articulação Política (SECAP)/Governo do Maranhão

No setor privado, a categoria "Movimentação Portuária" foi o responsável pela maior destinação de investimentos, advindos de parcerias público-privadas com a Empresa Maranhense de Administração Portuária (EMAP).

Tabela 21 -Maranhão: Destinação de investimentos privados estaduais em andamento por categoria, atualizados em 2019 (R\$ milhões)

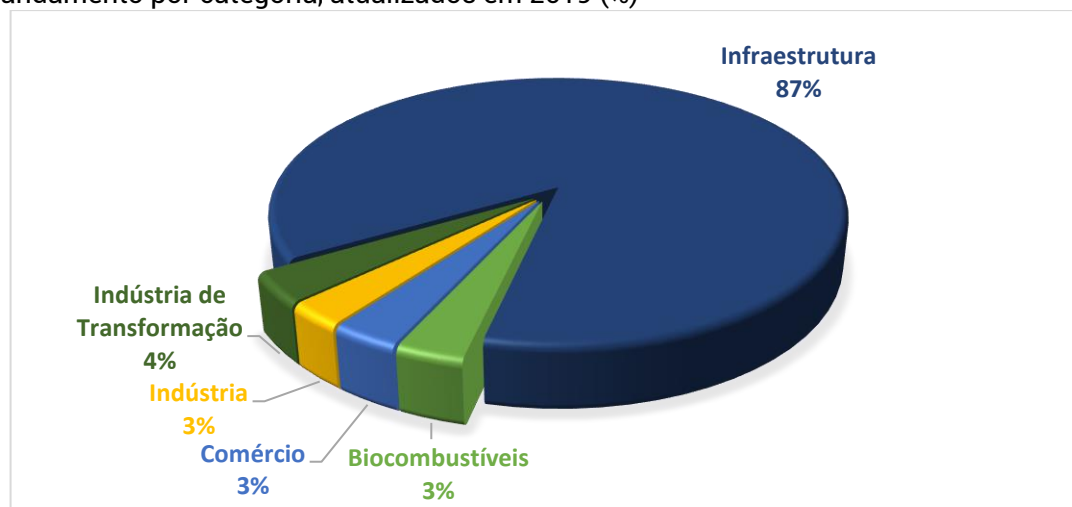
Investimento Estimado	Em andamento (em milhões R\$)
Privados	172,00
Biocombustíveis	200,00
Comércio	200,00
Indústria	172,00
Bebidas e Alimentos	172,00
Indústria de Transformação	220,00
Bebidas e Alimentos	116,00
Construção Civil	87,00
Máquinas e Equipamentos	17,00
Infraestrutura	5304,76
Energia	1.800,00
Ferrovias	1.277,00
Movimentação Portuária	2.147,76
Transporte/Logística	80,00

Fonte: SEINC; IMESC

O setor energético tem se destacado, em razão dos investimentos, principalmente, em geração de energia eólica, que vão desde pesquisas até implantação de novos Parques pela Ômega Energia no Complexo Delta Maranhão. Além disso, há os investimentos realizados pela Eneva, empresa que atua nos setores de exploração, geração e produção de petróleo, gás natural e comercialização de energia.

Os investimentos em energia, no estado, são de suma importância no barateamento de custos para o setor industrial, uma vez que a disponibilidade de energia a preços reduzidos pode possibilitar o aumento da competitividade das empresas.

Gráfico 26 - Maranhão: Destinação de investimentos privados estaduais em andamento por categoria, atualizados em 2019 (%)



Fonte: SEINC; IMESC

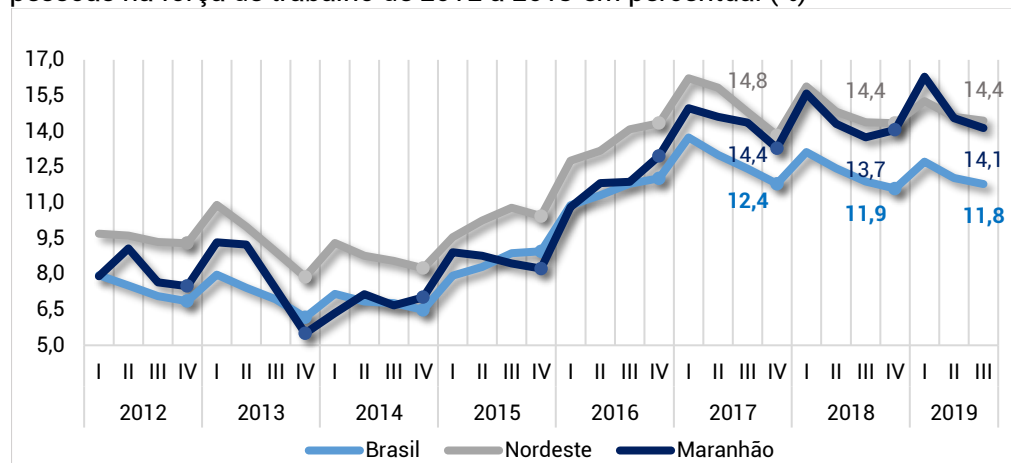
3.4 Mercado de Trabalho

3.4.1 Ocupação

Taxa de desocupação do Maranhão recua 0,5 p.p., em relação ao primeiro trimestre do ano, a segunda maior queda do Nordeste

Os dados da PNADc sobre o estado do Maranhão, relativos ao 3º trimestre de 2019, mostram que a taxa de desocupação registrou 14,1%, uma queda de 0,5 p.p., em relação ao trimestre anterior. Essa variação foi a segunda maior do Nordeste e representou a atenuação de 7 mil pessoas no contingente de desocupados no estado. Observou-se a mesma tendência na região Nordeste (14,4%) que, apesar da queda de 0,2 p.p., em relação ao segundo trimestre de 2019, ainda apresentou a maior taxa de desocupação dentre as regiões. Por sua vez, no país, a taxa recuou 0,3 p.p., alcançando 11,8% de desocupados no terceiro trimestre do ano. Todavia, na referência interanual, o Maranhão registrou alta de 0,4 ponto percentual, em comparação ao mesmo período do ano anterior, ao passo que o Nordeste permaneceu estatisticamente estável.

Gráfico 27 - Brasil, Nordeste e Maranhão: Taxa de desocupação trimestral das pessoas na força de trabalho de 2012 a 2019 em percentual (%)



Fonte: PNAD Contínua Trimestral/IBGE

O Maranhão apresentou 592 mil pessoas desalentadas¹⁹, alta de 0,7%, em relação ao trimestre anterior. Destaca-se a estiagem, que impactou a produção agrícola maranhense, entre 2015 e 2016, somada à lenta recuperação do nível de atividade do país, e vem contribuindo para o aumento no número de desalentados no estado.

No que se refere à taxa de subutilização²⁰ da força de trabalho, o Brasil atingiu percentual de 24,0%. Os estados Maranhão (41,6%) e Piauí (41,1%) registraram as maiores taxas, com estimativas acima de 40%.

Maranhão registra 2,3 milhões de ocupados no 3º trimestre de 2019, 35 mil a mais, em comparação com o trimestre anterior

O Maranhão atingiu um contingente de 2,27 milhões de pessoas ocupadas no 3º trimestre de 2019, patamar superior ao registrado no trimestre anterior. Foram 35 mil novas ocupações, em especial no setor da Construção (+27 mil).

O número de ocupados no Maranhão no 3º trimestre de 2019 também apresentou aumento na comparação interanual. Com exceção da Agropecuária, todos os grupamentos obtiveram variações positivas na comparação com o mesmo período do ano passado. O melhor resultado foi o da Construção, que registrou variação de 8,4% no número de ocupados, o equivalente a 16 mil ocupações, principalmente na atividade "Construção de Edifícios" (13,5 mil). Essa tendência é corroborada pelos dados do CAGED/ME, que vêm apontando nos últimos meses expressivo aumento do trabalho com carteira na Construção Civil. Outro destaque é a Indústria, que apresentou variação de 7,0% na mesma base de comparação, em especial na atividade "Moagem, fabricação de produtos amiláceos e de alimentos para animais" (+4,1 mil).

Além disso, a atividade que apresentou melhor resultado foi a de "Serviços Domésticos", com geração de 19 mil ocupações, contribuindo para o bom resultado do setor de Serviços. Contudo, na abertura por posições na ocupação, a maioria das vagas foi na posição "Trabalhador doméstico sem carteira".

Tabela 22 - Maranhão: Número de ocupados (em mil pessoas), segundo os grupamentos de atividade, de 2017 a 2019; Variação Absoluta e taxa de crescimento (%)

Grupamentos de Atividade	Anual		3º trimestre		Var. interanual		Partic. (%)	
	2017	2018	2018	2019	Abs.	%	2018	2019
Total	2.344	2.268	2.260	2.266	6	0,27	100,0	100,0
Agropecuária	416	347	379	339	-40	-10,6	16,8	15,0
Indústria	141	128	129	138	9	7,0	5,7	6,1
Indústria de Transformação	110	101	106	116	10	9,4	4,7	5,1
Construção	227	211	191	207	16	8,4	8,5	9,1
Comércio, reparação de veículos	540	512	507	513	6	1,2	22,4	22,6
Serviços, inclusive, APU, educação e saúde	1.019	1.070	1.054	1.069	15	1,4	46,6	47,2
Transporte, armazenagem e correio	94	101	100	97	-3	-3,0	4,4	4,3
Alojamento e alimentação	117	120	124	122	-2	-1,6	5,5	5,4
Informação, comunic., ativ. financ., imob. e adm.	114	125	120	134	14	11,7	5,3	5,9
Outros serviços	96	101	100	96	-4	-4,0	4,4	4,2
Serviços domésticos	147	144	141	161	20	14,2	6,2	7,1
Administração Pública, educação e saúde	451	479	469	459	-10	-2,1	20,8	20,3

Fonte: PNAD Contínua Trimestral/IBGE

¹⁹ Segundo o IBGE, a população desalentada é definida como aquela que estava fora da força de trabalho por uma das seguintes razões: a) não conseguia trabalho adequado; b) não tinha experiência ou qualificação; c) era considerada muito jovem ou idosa; ou d) não havia trabalho na localidade em que residia – e que, caso surgisse uma vaga de trabalho, estaria disponível para assumi-la.

²⁰ Segundo o IBGE, são identificados três componentes para composição desse indicador, sendo que dois componentes integram a força de trabalho: i) os subocupados por insuficiência de horas trabalhadas e os ii) desocupados; a eles somam-se os que integram a iii) força de trabalho potencial.

Em relação à Agropecuária, o setor continuou a apresentar resultado negativo, com perda de 40 mil ocupações. Esse fato impediu um crescimento mais significativo da ocupação no período analisado. As atividades de "Criação de bovinos" (-16 mil), "Cultivo de arroz" (-8,5 mil) e "Cultivo de mandioca" (-6,5 mil) foram as que mais influenciaram no resultado²¹.

Empregos sem carteira impulsionam alta da ocupação no estado no 3º trimestre, em relação ao ano anterior

Na abertura por posições na ocupação, evidencia-se que a ocupação ocorreu por meio da informalidade, com aumento de 38 mil empregados sem carteira assinada (+7,2%). As categorias "Empregado no setor privado" e "Trabalhadores domésticos", ambas sem carteira, foram as que apresentaram maiores aumentos, com 21 e 17 mil ocupações, respectivamente. Vale ressaltar que a taxa de formalização do setor privado maranhense é de 49,9%, isto é, metade dos empregados do setor privado possuem carteira assinada, a menor taxa do Brasil.

Tabela 23 - Brasil e Maranhão: Número de ocupados por posições na ocupação, categorias de emprego e taxa de crescimento (%) de 2017 a 2019

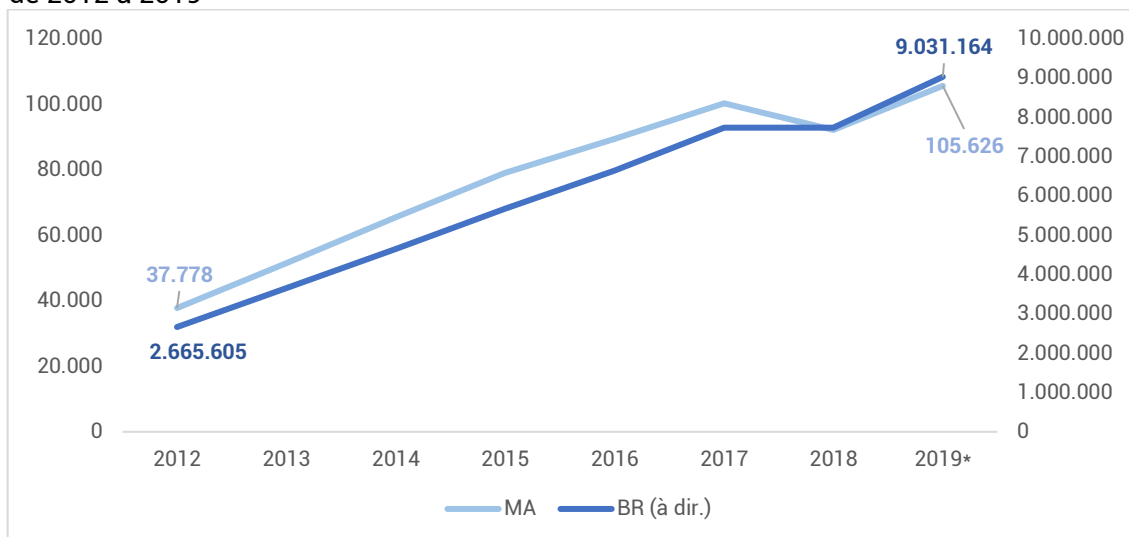
Posição na ocupação	2017	2018	Trimestre		Variação trimestre	
			3º tri 2018	3º tri 2019	Absoluta	(%)
Total – Brasil	91.770	92.736	92.333	93.801	1.468	1,6
Empregados formais e Servidores Públicos	46.534	46.317	46.407	46.499	92	0,2
Empregado no setor privado – c/carteira	33.237	32.942	32.909	33.075	166	0,5
Trabalhador doméstico – c/carteira	1.872	1.779	1.808	1.740	-68	-3,8
Empr. no setor público – c/carteira	1.159	1.228	1.290	1.268	-22	-1,7
Empr. no setor público – s/carteira	2.475	2.459	2.546	2.577	31	1,2
Empr. no setor público – militar e RJU	7.791	7.909	7.854	7.839	-15	-0,2
Total de Empregados s/ Carteira	15.532	15.965	15.886	16.374	488	3,1
Empregado no setor privado – s/carteira	11.056	11.488	11.453	11.838	385	3,4
Trabalhador doméstico – s/ carteira	4.476	4.477	4.433	4.536	103	2,3
Empregadores	4.390	4.520	4.416	4.368	-48	-1,1
Total Conta Própria	23.110	23.775	23.419	24.434	1.015	4,3
Trabalhador familiar auxiliar	2.206	2.158	2.204	2.127	-77	-3,5
Posição na ocupação	2017	2018	3º tri 2018	3º tri 2019	Absoluta	(%)
Total – Maranhão	2.344	2.268	2.260	2.266	6	0,3
Empregados formais e Servidores Públicos	830	836	825	815	-10	-1,2
Empregado no setor privado – c/carteira	424	411	417	420	3	0,7
Trabalhador doméstico – c/carteira	19	17	15	15	0	0,0
Empr. no setor público – c/carteira	24	22	29	19	-10	-34,5
Empr. no setor público – s/carteira	148	156	153	140	-13	-8,5
Empr. no setor público – militar e RJU	215	230	211	221	10	4,7
Total de Empregados s/ Carteira	565	530	526	564	38	7,2
Empregado no setor privado – s/carteira	438	403	400	421	21	5,3
Trabalhador doméstico – s/carteira	127	127	126	143	17	13,5
Empregadores	79	65	64	65	1	1,6
Total Conta Própria	776	753	764	752	-12	-1,6
Trabalhador familiar auxiliar	93	85	81	69	-12	-14,8

Fonte: PNAD Contínua Trimestral/IBGE

²¹ No caso das culturas do arroz e da mandioca, ambas seguem com tendência de produção negativa, segundo dados do LSPA/IBGE. Para mais detalhes, consultar Nota de Produção Agrícola (<http://imesc.ma.gov.br/porta/Post/show/producao-agricola>)

Os maiores resultados negativos ocorreram nas posições “Conta Própria” e “Trabalhador familiar auxiliar”, ambas com perda de 12 mil ocupados cada. Apesar disso, o estado continuou a registrar expressivo aumento na quantidade de Microempreendedores Individuais (MEI), acompanhando a tendência nacional.

Gráfico 28 - Brasil e Maranhão: Microempreendedor Individual – quantidade de optantes de 2012 a 2019*

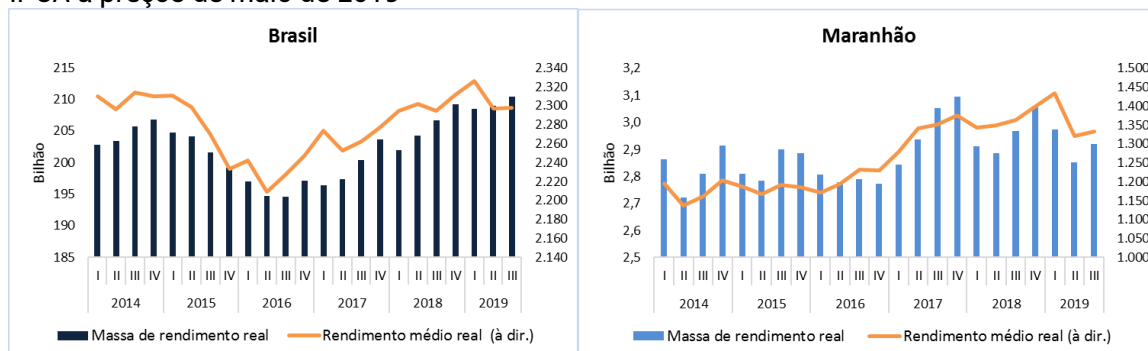


Fonte: Receita Federal; *Quantidade referente ao mês de setembro

Rendimento médio real das pessoas ocupadas no Maranhão registrou queda de 0,9%, em relação ao segundo trimestre de 2019

A massa de rendimentos reais da população ocupada do Maranhão (R\$ 2,9 bilhões) registrou variação de 2,1% no 3º trimestre de 2019, em comparação com o trimestre anterior, e queda de 1,6% em relação ao mesmo período do ano anterior. Em se tratando dos rendimentos reais da população ocupada, o Maranhão apresentou rendimento médio de R\$ 1,3 mil no terceiro trimestre de 2019, o que representou uma alta de 0,9% no confronto com o trimestre imediatamente anterior e queda de 2,2% no comparativo interanual.

Gráfico 29 - Brasil e Maranhão: Rendimento Médio real (R\$) de todos os trabalhos e massa real de rendimentos (R\$ bilhões), do 1º trimestre de 2014 ao 2º trimestre de 2019, inflacionados pelo IPCA a preços de maio de 2019



Fonte: PNAD Contínua Trimestral/IBGE

A partir da análise dos microdados, evidenciou-se que a queda da massa de rendimento real do Maranhão, na comparação interanual, ocorreu principalmente nas atividades de "Administração Pública e regulação da política econômica e social – estadual" (-R\$ 45,2 milhões) e "Criação de bovinos" (-R\$ 36,4 milhões). Por outro lado, as atividades relacionadas a "Pré-escola e ensino fundamental" (+R\$ 54,8 milhões) e "Atividades imobiliárias" (+R\$ 23,2 milhões) foram as que registraram melhor desempenho em termos de massa de rendimentos do trabalho.

3.4.2 Emprego Formal

No acumulado até novembro, mais de 15 mil novos postos de trabalho foram gerados no estado

Como resultado de 12.465 admissões e 11.302 desligamentos, o Maranhão registrou 1.163 admissões líquidas em novembro de 2019, o melhor resultado do estado para os meses de novembro desde 2010, quando foram abertas 1,9 mil novas vagas.

Tabela 24 - Maranhão: Geração de emprego formal de 2017 a 2019*, segundo subsetores de atividade; saldo Mensal, acumulado e Variação Absoluta

Subsetores de Atividade	Anual		Acumulado		Novembro		Variação Absoluta (b-a)
	2017	2018	2018 (a)	2019 (b)	2018	2019	
Total	2.299	9.970	13.191	15.342	-280	1.163	2.151
Extrativa Mineral	-170	66	64	69	25	-6	5
Indústria de Transformação	-2.151	-167	467	1.455	-1.026	22	988
Produtos minerais não metálicos	-765	277	323	-73	14	15	-396
Metalúrgica	-56	195	254	-169	87	91	-423
Mecânica	164	-339	-342	-257	-39	-17	85
Material elétrico e de comunicações	-49	16	15	18	-1	4	3
Material de transporte	-37	11	5	-10	-3	4	-15
Madeira e do mobiliário	-232	-16	-17	77	-1	27	94
Papel, papelão, editorial e gráfica	8	90	100	-77	-22	6	-177
Borracha, fumo, couros, similares	-25	65	57	-3	-22	2	-60
Química de prod. farm., vet.	-1.008	-144	3	651	-1.029	-44	648
Têxtil do vestuário e tecidos	-47	39	41	-19	13	-4	-60
Calçados	5	5	5	8	0	0	3
Alimentos e bebidas	-109	-366	23	1.309	-23	-62	1.286
SIUP ¹	73	406	417	-18	7	3	-435
Construção Civil	626	-3.702	-2.438	3.439	-330	84	5.877
Comércio	-438	2.498	2.420	2.285	899	1.468	-135
Comércio Varejista	-245	2.325	2.176	2.097	874	1.348	-79
Comércio Atacadista	-193	173	244	188	25	120	-56
Serviços	4.416	9.111	10.162	7.598	98	-510	-2.564
Inst. de crédito, seg.	-88	35	42	21	19	-11	-21
Com. e adm. de imóveis, valores	-27	2.749	3.049	1.105	186	76	-1.944
Transportes e comunicações	1.591	358	391	314	-93	10	-77
Alojamento, alimentação, etc.	368	3.745	3.767	-1.268	16	-258	-5.035
Serv. médicos, odont. e vet.	2.018	1.679	1.721	6.107	34	-273	4.386
Ensino	554	545	1.192	1.319	-64	-54	127
Administração Pública	62	421	411	-618	144	4	-1.029
Agropecuária	-119	1.337	1.688	1.132	-97	98	-556

Fonte: CAGED – Secretaria Especial de Previdência e Trabalho (ME); * Acumulado de janeiro a novembro, com ajustes até outubro; ¹S.I.U.P – Serviços Industriais de Utilidade Pública

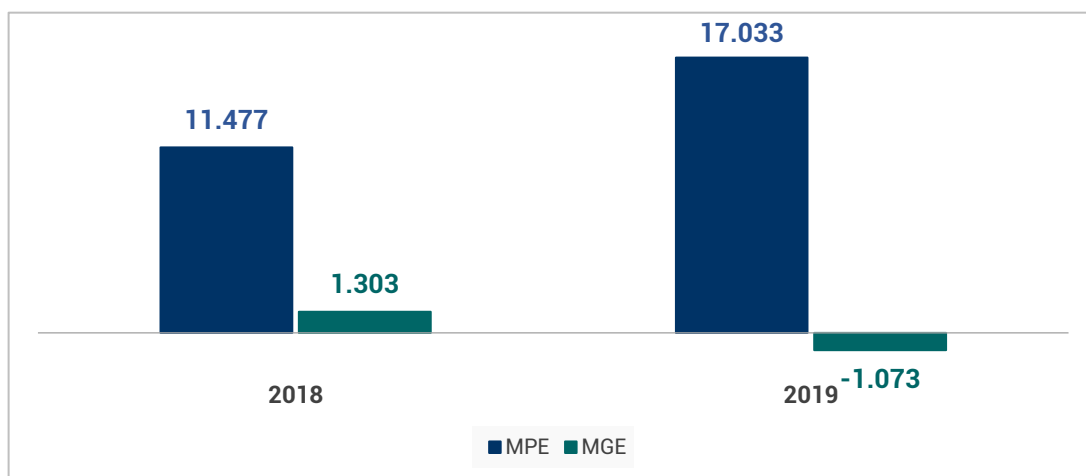
No que se refere ao resultado de janeiro a novembro de 2019, o Maranhão apresentou saldo de 15,3 mil admissões líquidas. Em relação à distribuição setorial, o setor de Serviços (+7,6 mil), apesar do resultado mensal negativo, apresentou o maior saldo de contratações líquidas no ano. O subsetor "Serviços médicos, odontológicos e veterinários" (+6,1 mil) foi o que mais se destacou, devido ao resultado do segmento de "Atividades de apoio à gestão de saúde".

Outros setores que se destacaram no acumulado do ano foram a "Construção Civil" (+3,4 mil), "Comércio" (+2,3 mil) e a "Indústria de Transformação" (+1,5 mil). No setor da "Construção Civil", a atividade "Instalações elétricas" (+1,3 mil) sobressaiu-se em relação as demais. Já no "Comércio", a atividade "Comércio Varejista de Mercadorias em Geral" (+1,4 mil) foi a principal responsável pelo resultado do referido setor. Por último, o segmento que mais mobilizou mão de obra formal na "Indústria de Transformação" foi o "Fabricação de açúcar em bruto" (+1,4 mil).

Micro e Pequenas Empresas geraram 17 mil empregos no ano

Em 2019, as Micro e Pequenas Empresas (MPE) foram responsáveis pela geração de 17 mil empregos formais no Maranhão²², uma variação de 48%, em relação a 2018, impulsionada principalmente pelo setor de Serviços (+11 mil). Por outro lado, as Médias e Grandes Empresas (MGE) extinguíram cerca de 1 mil postos de trabalho no acumulado do ano.

Gráfico 30 - Maranhão: Saldo de empregos gerados, segundo porte das empresas, acumulado* de 2018 e 2019



Fonte: CAGED – Secretaria Especial de Previdência e Trabalho (ME); * Acumulado até novembro (ajustado até outubro);¹ O Sebrae não classifica o porte de empresas que pertencem à Administração Pública

No acumulado de janeiro a novembro de 2019, o trabalho intermitente assinalou 1,9 mil empregos

No **Gráfico 31**, destacam-se os números da flexibilização trabalhista, nos dez meses do ano, no que se refere ao trabalho em regime parcial²³ e trabalho intermitente²⁴.

No acumulado de janeiro a novembro de 2019, o trabalho em regime parcial registrou saldo de 479 contratações líquidas, geradas principalmente no setor de Serviços (+418). O

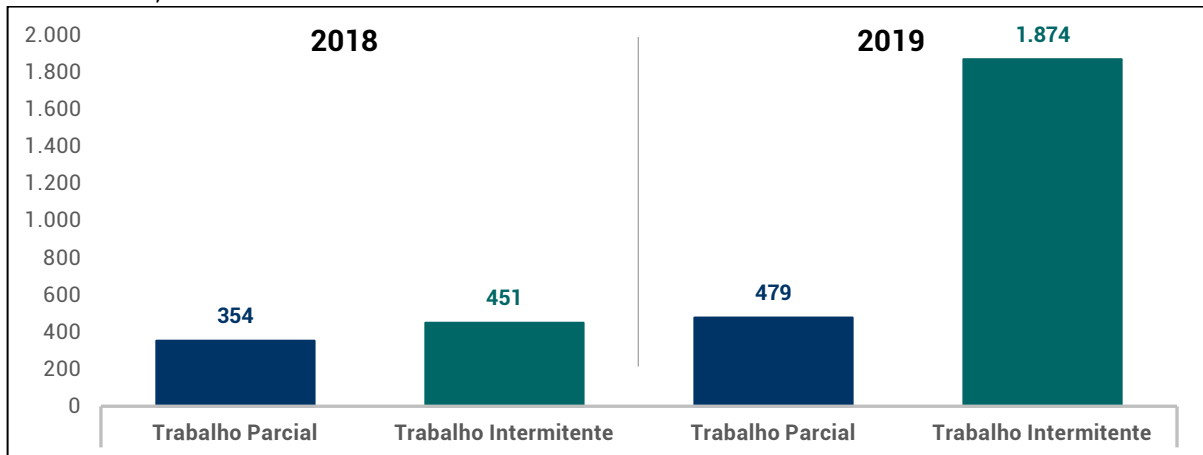
²² Utiliza-se a classificação de porte de empresas do SEBRAE.

²³ De acordo com a regulamentação legal, considera-se trabalho em regime de tempo parcial aquele cuja duração semanal não exceda a 30 horas semanais, sem a possibilidade de horas suplementares, ou, ainda, aquele cuja duração semanal não exceda a 26 horas, com a possibilidade de até 6 horas suplementares semanais.

²⁴ No que concerne ao trabalho intermitente, as regras alteradas pela MP 808/2017 criam uma nova modalidade de contrato de trabalho no qual a prestação de serviços, com subordinação, não é contínua, ocorrendo com alternância de períodos de prestação de serviços e de inatividade, determinados em horas, dias ou meses, independentemente do tipo de atividade do empregado. O contrato deve ser registrado em regime celetista, ainda que previsto em convenção ou acordo coletivo.

trabalho intermitente assinalou 241 admissões líquidas em novembro, alcançando 1.874 empregos gerados no ano. Quando comparado ao mesmo período do ano anterior, essa modalidade apresentou um crescimento bastante significativo, sobretudo, no setor do Comércio, que gerou 1,3 mil empregos. Houve ainda 968 desligamentos, mediante acordo entre empregado e empregador no ano, sendo os setores Serviços (-475) e Comércio (-257) os que obtiveram maiores desmobilizações.

Gráfico 31 - Maranhão: Saldo de emprego com carteira em regime parcial e trabalho intermitente, acumulado* de 2018 e 2019



Fonte: CAGED – Secretaria Especial de Previdência e Trabalho (ME); * Acumulado até novembro (ajustado até outubro)

126 municípios apresentaram resultado positivo no acumulado de janeiro a novembro de 2019, com destaque para a capital São Luís, Coelho Neto e Campestre do Maranhão

Dentre os municípios que mais geraram empregos no maranhão, estão: São Luís (+7,7 mil); Coelho Neto (+1,4 mil); e Campestre do Maranhão (+1,1 mil).

Em São Luís, o setor de Serviços manteve-se como maior gerador de postos de trabalho no acumulado do ano, em virtude da atividade "Apoio à gestão de saúde" (+6,2 mil). Além disso, a Construção Civil também contribuiu significativamente para o resultado acumulado, a partir do segundo semestre, em especial na atividade de "Instalações elétricas", que registrou saldo de 1.389 novos empregos no ano.

Tabela 25 - Municípios Maranhenses: Saldo de empregos celetistas por município, segundo setores de atividade: maiores e menores saldos de contratação no acumulado* de 2019

Ordem	Município	Extrativa Mineral	Indústria Transf.	SIUP¹	Construção Civil	Comércio	Serviços	Adm. Pública	Agro-pecuária	Total
	Total	69	1.455	-18	3.439	2.285	7.598	-618	1.132	15.342
1º	São Luís	18	311	16	1.591	353	5.717	-241	-42	7.723
2º	Coelho Neto	0	1.338	0	43	9	3	0	-7	1.386
3º	Campestre do Maranhão	0	122	0	-20	11	76	0	939	1.128
4º	Vila Nova dos Martírios	0	6	0	717	-1	5	0	69	796
5º	Balsas	-8	2	3	37	221	218	0	293	766
6º	Caxias	0	-14	-6	-33	383	114	0	95	539
7º	Timon	0	100	-3	-2	212	166	0	-5	468
8º	Santo Antônio dos Lopes	0	0	-4	434	-9	17	0	0	438
9º	Pedreiras	0	29	-3	312	55	-12	0	2	383
10º	São Raimundo das Mangabeiras	0	189	0	61	-17	6	0	86	325

208º	Santa Inês	0	-10	-6	25	54	-140	0	2	-75
209º	Tuntum	0	-3	0	0	-5	1	0	-87	-94
210º	Sítio Novo	0	1	0	-114	1	7	0	5	-100
211º	Urbano Santos	0	0	1	0	-34	3	0	-72	-102
212º	Bacabeira	-12	-28	0	-81	17	-6	0	-2	-112
213º	Açailândia	0	-379	7	33	133	121	0	-51	-136
214º	Imperatriz	-8	-108	5	-376	106	350	-374	217	-188
215º	Itapecuru Mirim	-23	-192	-9	31	-27	-12	0	-6	-238
216º	São Jose de Ribamar	0	15	-43	12	-37	-242	0	14	-281
217º	Grajaú	14	-83	0	21	42	80	0	-376	-302

Fonte: CAGED – Secretaria Especial de Previdência e Trabalho (ME); * Acumulado até novembro (ajustado até outubro)

Em Coelho Neto (+1,4 mil), a Indústria de Transformação concentrou a maior parte das novas vagas geradas, com destaque para a atividade de “Fabricação de açúcar em bruto”, responsável por saldo de 1.357 empregos, a maior parte gerada no mês de julho, época de colheita da cana-de-açúcar.

Em Campestre do Maranhão, a atividade de “Cultivo de cana-de-açúcar” gerou 950 empregos com carteira em 2019, fazendo com que a Agropecuária fosse o setor que mais impactou no resultado acumulado do ano. Destacou-se, ainda, a atividade de “Fabricação de álcool”, do setor da Indústria de Transformação, que acumulou 133 vagas adicionais. Entre os saldos negativos mais expressivos, destacam-se os municípios de Grajaú (-302), São José de Ribamar (-281) e Itapecuru Mirim (-238).

Em Grajaú, as atividades de “Apoio à produção florestal” (-307) e “Produção florestal – florestas nativas” (-119) foram as que apresentaram maiores saldos negativos. As demissões nas atividades relacionadas à produção florestal podem ser resultantes de diminuição na produção de celulose, por parte de empresas da região, em função dos elevados estoques mundiais da *commodity*.

Em São José de Ribamar, o setor de Serviços foi o maior responsável pelo saldo negativo no acumulado do ano, com a atividade de “Vigilância e segurança privada” (-285), como principal responsável pelo desempenho negativo do setor. Já em Itapecuru Mirim, a atividade “Fabricação de produtos cerâmicos para uso na construção” (-150) foi a que mais contribuiu para a perda de vagas no município em 2019.

3.5 Finanças Públicas

[Na contramão do ocorrido no cenário nacional, o estado do Maranhão tem apresentado melhora na arrecadação própria em 2019](#)

A Receita Total do estado do Maranhão foi equivalente a R\$ 14,3 bilhões, no acumulado de janeiro a outubro de 2019, de acordo com os dados disponibilizados pela Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento (SEPLAN/MA)²⁵. Desse total, R\$ 13,5 bilhões foram oriundos das Receitas Correntes e R\$ 206,3 milhões das Receitas de Capital.

²⁵ O sistema da SEPLAN, utilizado para o acompanhamento das receitas e despesas do estado, encontra-se em fase de atualização, o que impossibilita uma análise comparativa dos dados com relação a períodos anteriores.

Tabela 26 - Maranhão: Receitas Correntes e de Capital, em R\$ milhões correntes e % total, no acumulado de janeiro a outubro de 2019*

Descrição	R\$
Receitas Correntes	13.564,72
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	6.591,59
Contribuições	421,79
Receita de Serviços	3,48
Receita Patrimonial	87,84
Outras Receitas Correntes	176,50
Transferências Correntes	6.283,52
Receitas Correntes Intraorçamentárias	457,82
Receitas de Capital	206,35
Alienação de Bens	0,55
Operações de Crédito	166,24
Outras Receitas de Capital	31,76
Transferências de Capital	7,81
Receitas Intraorçamentárias de Capital	103,53
Total Geral	14.332,42

Fonte: SEPLAN. *Dados passíveis de alteração

A análise desagregada das Receitas Correntes evidencia que aquelas que mais contribuíram para o resultado agregado foram as Receitas Tributárias (R\$ 6,6 bilhões) e as Transferências Correntes (R\$ 6,2 bilhões). Já em relação às Receitas de Capital, aquelas que apresentaram maior relevância durante o período foram as Operações de Crédito (R\$ 166,2 milhões), cujos recursos têm sido utilizados para a realização de obras como a implantação do BRT (que deve beneficiar a população dos municípios de Paço do Lumiar, Raposa, São José de Ribamar e São Luís) e do Programa Mais Asfalto.

Quanto às Receitas Tributárias, observou-se que os tributos estaduais apresentaram um aumento de 7,5%, no comparativo do acumulado de janeiro a novembro de 2018 e o mesmo período de 2019. Vale ressaltar que o resultado do ano tem refletido o crescimento da arrecadação do ICMS, influenciada: a) pela entrada em vigor da Medida Provisória nº 292/2019 que instituiu o Programa de Pagamento e Parcelamento, com redução de multas e juros de débitos fiscais²⁶; b) pelas alterações na lei nº 7.799/2002 e na lei nº 8.6208/2004, por meio do Projeto de Lei 239/18, que incluiu novos itens na cobrança do ICMS; e pelo aumento da importação de combustíveis, conforme apresentado posteriormente.

Cabe destacar que a referida lei, que entrou em vigor em março de 2019, instituiu a alíquota de 16,5% nas operações internas e na importação de óleo diesel e biodiesel do exterior; incluiu os refrigerantes na lista dos itens cuja alíquota do ICMS é correspondente a 25%; instituiu a cobrança de 1% em alíquotas de IPVA para veículos automotivos vendidos por locadoras de veículos para uso na atividade empresarial; instituiu a cobrança de 28,5% de ICMS nas operações internas e na importação do exterior realizadas com os seguintes produtos: armas e munições, bebidas isotônicas, bebidas energéticas, gasolina, etc.

²⁶ Para mais detalhes, ver: <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=377434>.

Tabela 27 - Maranhão: Arrecadação de tributos estaduais em 2018, em novembro de 2019 e no acumulado de janeiro a novembro de 2019, em R\$ milhões, corrigidos pelo IPCA de novembro de 2019 e crescimento real (%)

Descrição	2018	Novembro			Acumulado (janeiro – novembro)		
		2019	Cresc.Real 18/19(%)	Var. Abs.	2019	Cresc.Real 18/19(%)	Var. Abs.
ICMS	6.516,14	658,24	2,9	18,79	6.100,86	0,8	45,84
ITCD	16,68	1,16	-46,7	-1,02	16,33	14,2	2,03
FUMACOP	328,40	55,58	44,1	17,00	576,67	92,0	276,36
IPVA	412,52	11,07	12,5	1,23	437,80	8,2	33,31
Outros*	683,83	74,93	30,3	17,42	825,90	31,2	196,35
Total Geral	7.957,56	800,98	7,1	53,42	7.957,57	7,5	553,90

Fonte: SEFAZ (ORACLE). ¹ Refere-se aos contribuintes inscritos e não inscritos, mas que realizam a arrecadação de ICMS. ² Taxas cobradas por todas as Secretarias da Fazenda, Segurança, DETRAN, Vigilância, Bombeiros etc.; Multas aplicadas pelas Secretarias da Fazenda, Ambiente, Vigilância, Meio Ambiente, TCE, PROCON etc.; Contribuições para Fundos Públicos (Fundo da Indústria, do Meio Ambiente, de Combate ao Câncer, entre outros) *Dados coletados em 05/12/19.

A análise do ICMS por setor de atividade econômica indica que, no comparativo interanual entre janeiro e outubro de 2019 e o mesmo período de 2018, houve o aumento na arrecadação em todos os setores. O Primário apresentou um crescimento de 16,0%, com destaque para o grupo de atividade Agricultura (+R\$ 5,5 milhões); o Terciário registrou um crescimento de 9,1%, com destaque para o grupo de atividade Combustível (+R\$ 131,8 milhões), influenciado pelo aumento da importação de combustíveis e o setor Secundário apresentou um crescimento de 6,5%, com destaque para a Indústria de Transformação (+R\$ 139,6 milhões).

Tabela 28 - Maranhão: Arrecadação de ICMS por setor de atividade econômica em 2018, em outubro de 2019, em R\$ milhões, corrigidos pelo IPCA de outubro de 2019, crescimento real 2018/2019 (%) e Variação Absoluta

Descrição		2018	Outubro			Acumulado (janeiro – outubro)		
			2019	Cresc. Real (%)	Var. Abs.	2019	Cresc. Real (%)	Var. Abs.
PRIMÁRIO	Agricultura	12,65	3,83	123,7	2,12	15,79	54,5	5,57
	Pecuária	32,51	3,20	28,5	0,71	26,78	1,4	0,36
	Pesca e Aquicultura	0,73	0,04	-46,8	-0,04	0,56	-13,4	-0,09
	Produção Florestal	1,84	0,33	51,6	0,11	1,93	24,6	0,38
	Subtotal	47,73	7,41	64,5	2,90	45,06	16,0	6,22
SECUNDÁRIO	Combustível ¹	2.146,70	198,54	29,5	45,19	1.842,40	7,1	121,95
	Energia Elétrica	121,00	1,32	-78,3	-4,76	11,57	-90,1	-105,67
	Indústria de Transfor.	1.033,49	109,64	15,0	14,34	973,73	16,7	139,64
	Indústria Extrativa	9,01	2,73	183,5	1,76	24,97	242,0	17,67
	Indústria – outras	2,30	0,31	-4,1	-0,01	2,26	22,6	0,42
	Subtotal	3.312,50	312,53	22,1	56,52	2.854,92	6,5	174,01
TERCIÁRIO	Combustível ²	138,09	32,92	328,7	25,24	247,66	113,9	131,88
	Comércio Atacadista	1.095,67	100,12	-0,1	-0,13	947,05	6,6	58,34
	Comércio Varejista	1.026,00	90,19	8,7	7,21	882,38	4,9	40,88
	Energia Elétrica	861,53	77,57	-3,5	-2,78	734,54	7,0	48,05
	Outros Serviços	76,44	8,09	18,1	1,24	70,46	15,5	9,45
	Serv. de Comunicação	378,97	32,40	3,3	1,03	321,48	0,7	2,13
	Serv. de Transporte	223,79	18,49	-7,2	-1,42	170,84	-5,1	-9,15
	Subtotal	3.800,50	359,78	9,2	30,38	3.374,41	9,1	281,59

Fonte: ORACLE (SEFAZ). * Dados coletados em 09/12/19. ¹ Fazem parte desse grupo, as atividades de extração de petróleo e gás natural; de fabricação de álcool e de derivados do petróleo e de refino de óleos lubrificantes. ² Fazem parte desse grupo, atividades relacionadas ao comércio atacadista e à distribuição de combustíveis.

Quanto às transferências constitucionais para o estado, observou-se um crescimento de 3,5%, no comparativo do acumulado de janeiro a novembro de 2018 e o mesmo período de 2019. Esse resultado foi influenciado, sobretudo, pelo incremento de R\$ 239,75 milhões no Fundo de Participação dos Estados (FPE).

No que tange às transferências realizadas para os municípios maranhenses, verificou-se um crescimento de 6,7%, durante o período. Esse resultado foi influenciado pelo crescimento das transferências para o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB) (+R\$ 248,3 milhões) e para o Fundo de Participação dos Municípios (FPM) (+R\$ 151,7 milhões) e, pelo aumento expressivo do pagamento de *royalties* da mineração aos municípios maranhenses cortados pela ferrovia Carajás, a partir do mês de maio.

Tabela 29 - Maranhão: Transferências constitucionais para o Maranhão em 2018, em novembro de 2019, no acumulado de janeiro a novembro de 2019, em R\$ milhões, corrigidos pelo IPCA de novembro de 2019, crescimento real 2018/2019 (%) e Variação Absoluta

Descrição	2018	Novembro			Acumulado (janeiro – novembro)		
		2019	Cresc. Real 18/19(%)	Var. Abs.	2019	Cresc. Real 18/19(%)	Var. Abs.
Estado	7.022,21	612,63	5,8	33,37	6.560,84	3,5	219,19
FPE	5.371,81	481,81	7,7	34,39	5.070,83	5,0	239,75
FUNDEB	1.461,29	117,05	1,8	2,01	1.365,81	2,1	27,65
Demais ¹	189,11	13,77	-18,0	-3,03	105,51	-24,9	-34,97
Municípios	9.181,38	776,57	6,9	50,34	8.882,02	6,7	556,55
FPM	3.600,54	296,48	8,0	21,84	3.289,23	4,8	151,74
FUNDEB	5.411,99	453,61	4,4	19,09	5.281,61	4,9	248,38
Demais ²	168,85	26,48	55,1	9,41	311,18	101,0	156,40

Fonte: STN. ¹ Fazem parte dessa rubrica a Cide-combustíveis, o IOF-Ouro, o IPI vinculado à exportação, as transferências relacionadas à Lei Kandir e os royalties. ² Fazem parte dessa categoria todas as transferências citadas anteriormente, substituindo-se o IPI-EXP pelo ITR.

No acumulado do ano de 2019, os gastos com Educação superaram os gastos com Previdência Social no Maranhão

As despesas do estado totalizaram R\$ 13,4 bilhões, no acumulado de janeiro a outubro de 2019. Desse montante, R\$ 11,8 bilhões foram direcionados para as Despesas Correntes e R\$ 1,6 bilhão para as Despesas de Capital. Dentre as primeiras, R\$ 7,7 bilhões foram direcionados para os gastos com Pessoal e Encargos Sociais e R\$ 3,8 bilhões para a rubrica Outras Despesas Correntes. Já entre as Despesas de Capital, o destaque foi para a realização de Investimentos, cujo total foi correspondente a R\$ 947,6 milhões.

Tabela 30 - Maranhão: Despesas Correntes e de Capital, no acumulado de janeiro a outubro de 2019, em R\$ milhões correntes

Descrição	R\$ milhões
Despesas Correntes	11.852,80
Pessoal e encargos sociais	7.671,32
Juros e encargos da dívida	337,97
Outras despesas correntes	3.843,51
Despesas de Capital	1.603,53
Investimentos	947,60
Inversões financeiras	103,53
Amortização da dívida	552,39
TOTAL	13.456,33

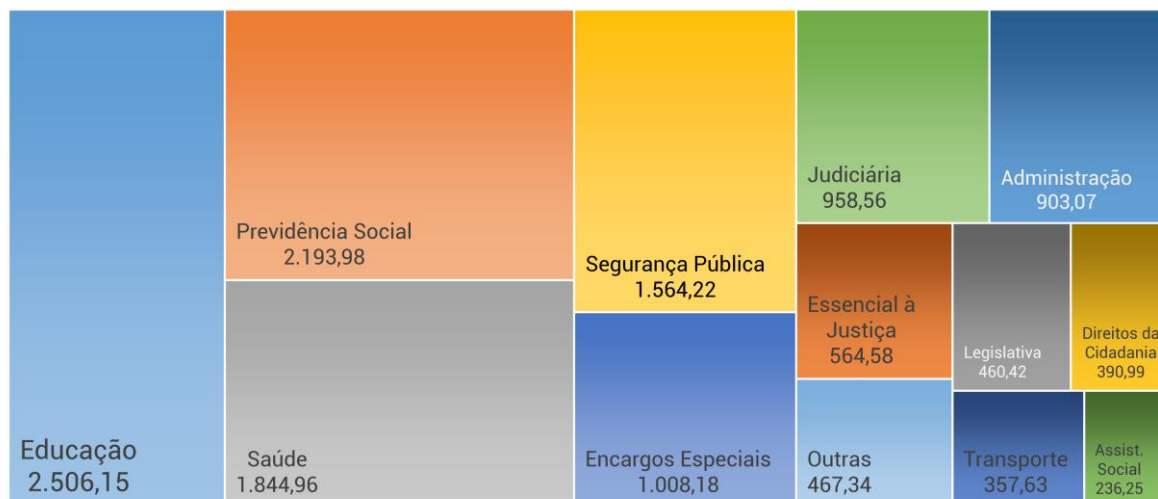
Fonte: SEPLAN. *Dados passíveis de alteração

Quanto aos gastos por função, observou-se que, no acumulado de janeiro a outubro de 2019, as áreas que receberam os maiores volumes de recursos no Maranhão foram: Educação (R\$ 2,5 bilhões), Previdência Social (R\$ 2,1 bilhões), Saúde (R\$ 1,8 bilhão) e Segurança Pública (R\$ 1,5 bilhão).

Cabe destacar que o maior volume de recursos direcionado para a área educacional tem se traduzido na realização de obras relacionadas ao Programa Escola Digna, às obras

direcionadas aos Instituto Estadual de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (IEMA), à melhoria na rede física de educação, à expansão da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), além de outras obras em andamento no estado.

Figura 3 - Maranhão: Gastos por função, no acumulado de janeiro a outubro de 2019*, em R\$ milhões correntes



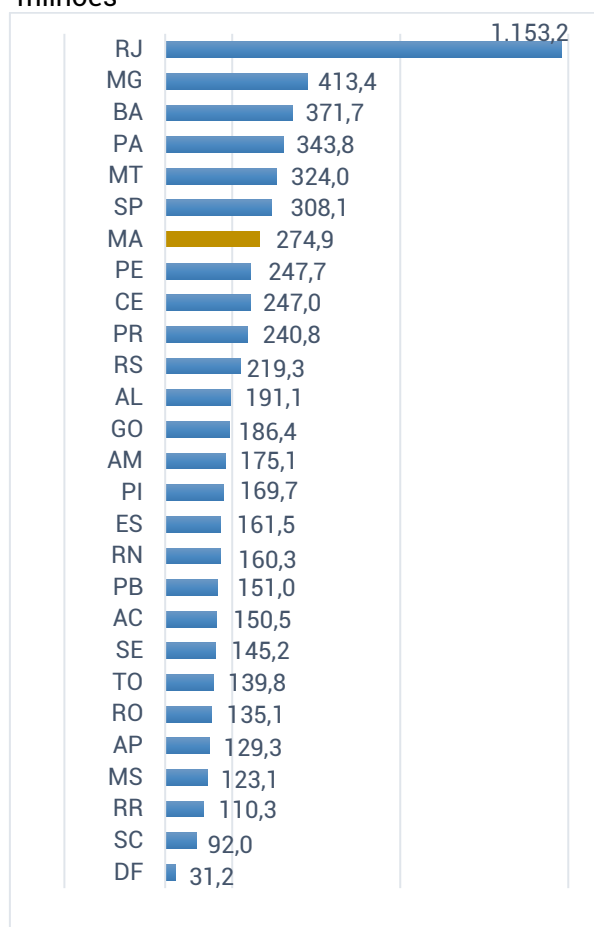
Fonte: SEPLAN. *Dados passíveis de alteração; **Fazem parte dessa rubrica as seguintes funções: Urbanismo, Agricultura, Cultura, Ciência e Tecnologia, Saneamento, Gestão Ambiental, Indústria, Desporto e Lazer, Comércio e Serviços, Trabalho, Habitação, Organização Agrária e Energia.

Em 31 de dezembro de 2019, o governo federal transferiu, para os estados e municípios, R\$ 11,73 bilhões provenientes do megaleilão dos campos do pré-sal realizado em novembro. Para o Maranhão, foram direcionados R\$ 274,9 milhões e, para os municípios do estado, o montante de R\$ 223,8 milhões, totalizando R\$ 498,8 milhões, que devem ser observados nos resultados fiscais de janeiro de 2020.

Esse volume de recursos representa 4,2% do total direcionado aos estados, cujo critério de repartição foi definido pela lei nº 13.885/2019. De acordo com a referida lei, depois de retirada a parte direcionada à Petrobras, 15% deve ser direcionado aos estados, 15% aos municípios e 3% aos estados confrontantes à plataforma em que ocorre a extração do petróleo que, nesse caso, é apenas o Rio de Janeiro.

Do volume de recursos direcionados aos estados, a distribuição deve ocorrer da seguinte forma: dois terços serão distribuídos, de acordo com o FPE, e o restante deve ser repartido, de acordo com os critérios da Lei Kandir. Considerando essas determinações, o montante direcionado para cada estado pode ser observado no **Gráfico 32**.

Gráfico 32 - Distribuição dos recursos da cessão onerosa por unidades da federação, em R\$ milhões



Fonte: Ministério da Economia

Ainda, de acordo com a lei nº 13.885/2019, esse volume de recursos deve ser direcionado prioritariamente para o pagamento das despesas previdenciárias, e os estados que garantirem uma reserva financeira para o pagamento dessas obrigações podem direcionar o excedente montante para a realização de investimentos.

Vale destacar que, no cerne do debate, em âmbito nacional, acerca da necessidade de realização da Reforma da Previdência em estados e municípios, apenas sete estados já aprovaram projetos que estabelecem mudanças na previdência dos seus servidores, quais sejam: Maranhão, Acre, Alagoas, Espírito Santo, Paraná, Piauí e Mato Grosso do Sul.